

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RICARDO MARQUES DE MELLO

**TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS NA REVISTA
BRASILEIRA DE HISTÓRIA: 1981-2000**

BRASÍLIA
2012

RICARDO MARQUES DE MELLO

**TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS NA REVISTA
BRASILEIRA DE HISTÓRIA, 1981-2000**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial ao título de Doutor.

Orientadora: Dra. Tereza Cristina Kirschner.

BRASÍLIA
2012

BANCA EXAMINADORA

Brasília, 14 de maio de 2012

Dra. Tereza Cristina Kirschner (UnB – Presidente)

Dr. Carlos Fico da Silva Júnior (UFRJ)

Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB)

Dra. Lucília de Almeida Neves Delgado (UnB)

Dra. Rosana Uihôa Botelho (UNICEUB)

Dra. Ivone de Fátima Oliveira (UnB – Suplente)

À minha mãe, com todo carinho.

AGRADECIMENTOS

A seção de agradecimentos diz respeito a um exercício de lembrança, nem sempre justo: a memória é falha e, provavelmente, muitos amigos e colegas que contribuíram de modos distintos não serão mencionados. Por isso, desde já, peço desculpas e compreensão: embora eu lide com o tempo, sou sempre submetido às suas armadilhas.

Para além desta ressalva, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela concessão da oportuna bolsa de estudos, afinal, como dizia Rauzito, dois problemas se misturam, “a verdade do universo e a prestação que vai vencer”. Se a primeira é insistentemente perseguida e inalcançável, a segunda nos persegue e dela não se escapa: grato CNPq! Também agradeço à Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília e as gestoras e secretários que por lá passaram.

No percurso do doutorado, fui privilegiado com o apoio de muitas pessoas. Agradeço aos professores e amigos que me auxiliaram de maneiras diferentes, mas todas muito obsequiosas e providenciais. Sou enormemente grato aos professores Estevão de Rezende Martins, Diva do Couto Gontijo Muniz, Maria Therezinha Ferraz Negrão de Mello e Selma Alves Pantoja, e aos amigos Raphael Feldhues, Marcelo Tadeu, Pedro Grawunder, Bistra Apostolova e Luís Cláudio de Moura.

Agradeço ao incentivo caloroso dos meus familiares, especialmente aos meus cinco tios – Roberval, Rodolfo, João Roberto, Edmur e Itamar –, e suas respectivas famílias, que residem em Brasília: muito obrigado. Sou muitíssimo grato também aos meus pais – Valmir e Carmen –, irmãos – Cris, Fábio, Michelle –, cunhados – Heloisa, Zeca, André, Andresa –, e seus respectivos rebentos, além, evidentemente, do seu Geraldino e dona Zilda. À minha querida esposa, Alexsana, companhia e incentivo de todas as horas, a minha mais profunda gratidão.

Por fim, quero dar um agradecimento especial à minha orientadora, professora Tereza Cristina Kirschner, que, neste longo período de convivência, sempre foi muito paciente, tolerante e perspicaz: uma profissional e amiga admirável.

A consciência histórica não pode deixar de começar por si mesma.
Karl Löwith.*

* LÖWITH, Karl. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, 1991. p.16.

MELLO, Ricardo Marques de. **Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História, 1981-2000**. 125 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

RESUMO

Nesta tese investiguei a *Revista Brasileira de História* entre 1981 e 2000 a fim de identificar suas tendências historiográficas. Por conta da heterogeneidade das fontes, abstraí as especificidades de cada texto e analisei os elementos comuns a todos eles, os quais denominei de *opções historiográficas*: recorte temporal, recorte espacial, área historiográfica, orientação teórica, perspectiva predominante da interpretação e fontes usadas. Posteriormente, apresentei como conceituei cada uma dessas opções historiográficas para padronizar as informações extraídas dos artigos e organizá-las em tabelas. As próprias características dos dados propiciaram uma divisão entre eles em dois períodos: 1981-1990 e 1991-2000. Com tabelas contrastivas, tornou-se perceptível que a passagem da década de oitenta à de noventa apresentava mudanças significativas nas preferências por determinadas opções historiográficas, entre outras, a predileção por áreas deslocou-se da história social à cultural; os recortes temporais do século XX tornaram-se preponderantes; os recortes espaciais relativos ao Brasil como um todo aumentaram sua participação; predominaram os textos sem orientação teórica; a perspectiva interpretativa representacional prevaleceu e o uso de fontes oficiais diminuiu. Essas alterações, contudo, não ocorreram simultaneamente em todos os artigos: houve a coexistência de opções em descensão com aquelas em ascensão. Justamente por isso, no último capítulo, caracterizei as tendências historiográficas considerando as inclinações no uso de *cada* opção historiográfica individualmente.

Palavras-chave: historiografia brasileira, tendências historiográficas, Revista Brasileira de História.

MELLO, Ricardo Marques de. **Historiographical trends in the Revista Brasileira de História, 1981-2000.** 125 p. Thesis (Philosophy Doctor) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ABSTRACT

This thesis investigated the Revista Brasileira de História between 1981 and 2000 in order to identify their historiographical trends. Because of the heterogeneity of sources I analyzed the elements common to them all, which termed the historiographical options: time frame, spatial area, area of historiography, theoretical orientation, prospect interpretation and predominant sources used. Later, I standardize the information extracted from articles, to finally organize them into tables. The characteristics of the data provided a division between them in two periods: 1981-1990 and 1991-2000. With contrastive table, it became apparent that the passage of the eighties the ninety showed significant changes in preferences for certain options: the predilection for areas shifted from social to cultural history, the time periods of the twentieth century became predominant, the space clippings relating to Brazil as a whole increased, prevalence of texts without theoretical guidance, the interpretive perspective representational prevailed and the use of official sources decreased. These changes, however, did not occur simultaneously in all items: there was the coexistence of descent with those options on the rise.

Key Words: Brazilian historiography, historiographical trends, Revista Brasileira de História.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Procedimentos Metódicos	36
1.1. Análise dos artigos	37
1.1.1. RBH.....	39
1.1.2. Autor(a)	39
1.1.3. Âmbito de Interesse	39
1.1.3.1. Áreas Historiográficas	39
1.1.3.1.1. História Social	44
1.1.3.1.2. História Cultural	45
1.1.3.1.3. História Política	49
1.1.3.1.4. História Econômica.....	50
1.1.3.1.5. História das Idéias.....	50
1.1.3.1.6. Historiografia	53
1.1.3.1.7. Teoria/ Filosofia/ Metodologia da História	54
1.1.3.1.8. Ensino de História	54
1.1.3.2. Recorte Cronológico ou Temporal.....	56
1.1.3.3. Recorte Espacial	57
1.1.4. Orientações Teóricas	57
1.1.5. Perspectiva predominante na interpretação.....	60
1.1.6. Tipos de fontes.....	66
1.1.7. Observações	66
1.2. Agrupamento dos dados	68
2. Apresentação dos dados	70
2.1. Âmbito de Interesse	72
2.1.1. Área historiográfica	72
2.1.2. Recorte temporal.....	75
2.1.3. Recorte espacial.....	79
2.2. Orientações teóricas	84
2.3. Perspectiva predominante da interpretação.....	89
2.4. Tipos de fontes usadas nos artigos.....	91
3. As tendências historiográficas na RBH	98
3.1. Área historiográfica	99
3.2. Recorte cronológico ou temporal.....	100
3.3. Recorte espacial.....	102
3.4. Orientações teóricas	104
3.5. Perspectiva predominante da interpretação.....	108
3.6. Fontes	109
Considerações Finais	114
Referências	118
Fontes	118
Bibliografia.....	121

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabelas

Tabela n. 1. Recorte cronológico de teses e dissertações sobre História do Brasil.....	11
Tabela n. 2. Recorte cronológico de teses e dissertações sobre História não brasileira	12
Tabela n. 3. Recorte cronológico de artigos sobre História do Brasil.....	13
Tabela n. 4. Temas e abordagens de artigos publicados em periódicos brasileiros que editam trabalho de história	14
Tabela n. 5. Linhas Temáticas na Revista Brasileira de História, 1981-1998	27
Tabela n. 6. Recorte cronológico de textos na Revista Brasileira de História, 1981-1998.....	28
Tabela n. 7. Número, volume, dossiê e quantidade de artigos em cada RBH	71
Tabela n. 8. Áreas historiográficas, 1981-2000	72
Tabela n. 9. Áreas historiográficas, 1981-1990	73
Tabela n. 10. Áreas historiográficas, 1991-2000	74
Tabela n. 11. Áreas historiográficas, 1981-1990	75
Tabela n. 12. Áreas historiográficas, 1991-2000	75
Tabela n. 13. Áreas historiográficas, 1981-2000	75
Tabela n. 14. Recorte temporal, 1981-2000	76
Tabela n. 15. Recorte temporal, 1981-1990	77
Tabela n. 16. Recorte temporal, 1991-2000	78
Tabela n. 17. Recorte temporal, 1981-1990	79
Tabela n. 18. Recorte temporal, 1991-2000	79
Tabela n. 19. Recorte espacial, 1981-2000	80
Tabela n. 20. Recorte espacial, 1981-1990	82
Tabela n. 21. Recorte espacial, 1991-2000	82
Tabela n. 22. Recorte espacial por continente, 1981-2000	83
Tabela n. 23. Recorte espacial comparativo entre Brasil e outros territórios, 1981-2000	83
Tabela n. 24. Recorte espacial por região geográfica, 1981-2000	84
Tabela n. 25. Orientações teóricas, 1981-2000	85
Tabela n. 26. Orientações teóricas, 1981-1990	86
Tabela n. 27. Orientações teóricas, 1991-2000	87
Tabela n. 28. Orientações teóricas, 1981-1990	88
Tabela n. 29. Orientações teóricas, 1991-2000	88
Tabela n. 30. Perspectiva predominante da interpretação, com textos de discussão bibliográfica 1981-2000	90
Tabela n. 31. Perspectiva predominante da interpretação atualizada, sem os textos de discussão bibliográfica, 1981-2000	90
Tabela n. 32. Perspectiva predominante da interpretação, 1981-1990	91
Tabela n. 33. Perspectiva predominante da interpretação, 1991-2000	91
Tabela n. 34. Artigos que usaram fonte oficial, 1981-2000	91
Tabela n. 35. Artigos que usaram fonte oficial, 1981-1990	92
Tabela n. 36. Artigos que usaram fonte oficial, 1991-2000	92
Tabela n. 37. Fontes oficiais, 1981-2000	92
Tabela n. 38. Fontes não-oficiais, 1981-2000.....	94

Figura

Figura n. 1. Esquema da matriz disciplinar da ciência da história	20
---	----

Quadros

Quadro n. 1. Tendências teóricas na RBH, 1981-1990	115
Quadro n. 2. Tendências teóricas na RBH, 1991-2000	115

INTRODUÇÃO*

O interesse pela história da historiografia brasileira é crescente. Uma série de novos estudos sobre a produção dos séculos XIX e XX tem contribuído para o conhecimento do campo. Brasil afora surgem periódicos específicos, grupos de pesquisa, publicação de livros, encontros e conferências com especialistas. Os objetos e as abordagens multiplicam-se: trabalhos sobre temas, autor(es), correntes de pensamento, debates, entre tantas outras possibilidades, propiciam um volume e diversidade até então desconhecidos.

Dentre pesquisas recentes, um número razoável de trabalhos analisa as tendências historiográficas das duas últimas décadas do século XX, possivelmente por ser considerado um momento de inflexão na produção do conhecimento histórico no Brasil. Com este recorte cronológico, destacam-se os trabalhos de Carlos Fico e Ronald Polito, José Jobson de Arruda, Astor Antônio Diehl e Silvia Regina Ferraz Petersen. O que há em comum nas obras desses autores é o propósito de efetuar um balanço da área, em uma tentativa de apreender os contornos da produção do período. Em outros termos, não se pautam por temas, autores, escolas de pensamento ou abordagens específicas, mas se remetem às características da historiografia brasileira como um todo.¹

Carlos Fico e Ronald Polito, por exemplo, investigaram o conhecimento histórico brasileiro da década de oitenta a partir de um conceito de historiografia que

* Este texto foi redigido em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, assinado entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e que entrou em vigor em 2009. Apenas nas citações diretas ou expressões, criadas pelos autores a que fiz referência, mantive a ortografia anterior ao Acordo.

¹ Considerei desnecessário incluir na revisão da literatura autores cujas pesquisas não ultrapassaram a década de setenta, como José Honório Rodrigues, Francisco Iglésias e José Roberto do Amaral Lapa, conquanto eu reconheça a relevância de suas obras para os estudos da história da historiografia até a década de setenta e, para efeitos comparativos, dos anos posteriores. Remeter-me-ei aos trabalhos dedicados a décadas anteriores à de oitenta e a análises historiográficas temáticas, portanto, apenas oportunamente, quando necessário. Além disso, preferi textos os quais pautaram a análise na história da historiografia brasileira de modo geral, isto é, que não se reportam a um tema, área ou abordagem específicos.

engloba a produção, a disseminação e a repercussão das obras historiográficas.² Em relação à produção, analisaram teses de livre-docência e de doutorado, dissertações de mestrado, artigos, obras de referência, transcrições, instituições, associações, congressos, seminários, entre outros eventos. No que se refere à disseminação, pautaram a investigação, sobretudo, no mercado editorial e na publicação de livros de história. E, por fim, para compreenderem a repercussão das obras historiográficas, analisaram resenhas, ensaios bibliográficos, entrevistas, polêmicas, prêmios, presença dos historiadores na mídia e livros de história que frequentaram a lista dos mais vendidos. O material empírico a partir do qual realizaram a pesquisa, portanto, é farto e variado.

Especificamente a respeito da produção, Fico e Polito examinaram recortes espacial, temporal e temático. Além disso, baseados nesses e em outros dados, alcançaram algumas conclusões acerca das características teóricas e influências externas da produção histórica do período.

Comparadas às décadas precedentes, na de oitenta aprofundou-se, de acordo com Fico e Polito, a tendência em delimitar recortes cronológicos de períodos mais próximos ao presente do historiador, e espacial focado no território brasileiro. Os recortes das *teses* e *dissertações*, cujos objetos diziam respeito à história do Brasil (90,7% do cômputo geral), apresentados pelos autores foram divididos da seguinte maneira:

² FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História do Brasil (1980 – 1989)**: série de dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. v. 2.

RECORTE CRONOLÓGICO	PERCENTUAL (%)
BRASIL COLÔNIA	14%
BRASIL IMPÉRIO	26,3%
BRASIL REPÚBLICA	59,2%
TOTAL	99,5%

Tabela n. 1. Recorte cronológico de teses e dissertações sobre História do Brasil. Fonte: FICO, C.; POLITO, R. **A História do Brasil (1980 – 1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. v. 1. p. 54. Adaptada.³

Os textos que *não* investigaram a história do Brasil perfazem 9,3% do cômputo geral e foram, dentro desse percentual, divididos da seguinte maneira:⁴

RECORTE CRONOLÓGICO	PERCENTUAL (%)
HISTÓRIA ANTIGA	14,4%
HISTÓRIA MEDIEVAL	26,3%
HISTÓRIA MODERNA	11,8%
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA	21%
HISTÓRIA DA AMÉRICA	26,3%
TOTAL	99,8%

Tabela n. 2. Recorte cronológico de teses e dissertações sobre História não brasileira. Fonte: FICO, C.; POLITO, R. **A História do Brasil (1980 – 1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. v. 1. p. 56. Adaptada.

Dentre os recortes espaciais mais privilegiados do território nacional nas teses e dissertações, os autores fazem a seguinte observação: “via de regra, estados que não possuem pós-graduações não são estudados”.⁵ De fato, pelo levantamento

³ Os autores usam a expressão “período histórico abordado”. Alterei para “Recorte Cronológico” a fim de padronizar as tabelas e por considerar que esta substituição mantém o mesmo sentido da expressão usada originalmente pelos autores.

⁴ Cf. FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História do Brasil (1980 – 1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. v. 1. pp. 54-56.

⁵ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História do Brasil (1980 – 1989)**. *Op. Cit.* 1992. v. 1. p. 55.

realizado, os recortes mais executados correspondem aos espaços nos quais estavam localizados os centros de pesquisa acadêmica: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Bahia.⁶

Em relação aos *artigos*, números semelhantes. Entre aqueles relativos à história do Brasil (70,9% do total), as informações são as seguintes:

RECORTE CRONOLÓGICO	PERCENTUAL (%)
BRASIL COLÔNIA	16,9
BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO	4,2
BRASIL IMPÉRIO	24,0
BRASIL IMPÉRIO E REPÚBLICA VELHA	4,9
BRASIL REPÚBLICA	50,0
TOTAL	100,0

Tabela n. 3. Recorte cronológico de artigos sobre História do Brasil. Fonte: FICO, C.; POLITO, R. **A História do Brasil (1980 – 1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. v. 1. p. 69. Adaptada.

O gráfico que apresenta os dados relativos aos *artigos* os quais realizaram um recorte espacial fora do território brasileiro, porém, é impreciso, impossibilitando uma decodificação em percentuais. Não obstante, ele sugere uma proporção similar àquela encontrada nas teses e dissertações. A diferença é que, no cômputo geral dos novecentos artigos analisados, duzentos e sessenta e dois não são de história do Brasil. Logo, 29,1% deles dizem respeito a recortes relativos à história Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea e de história da América.⁷

No que se refere às opções temáticas e de abordagens, os autores identificaram os seguintes números:⁸

⁶ Cf. FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História do Brasil (1980 – 1989)**. *Op. Cit.* 1992. v. 1. p. 73.

⁷ Cf. FICO, C.; POLITO, R. **A História do Brasil (1980 – 1989)**. *Op. Cit.* v. 1. Inferência realizada com base nas pp. 69-70.

⁸ Cf. FICO, C.; POLITO, R. **A História do Brasil (1980 – 1989)**. *Op. Cit.* v. 1. p. 71. Os autores não calcularam o percentual, apenas expuseram a quantidade de artigos referentes a cada tema/ abordagem.

TEMAS E ABORDAGENS	QUANTIDADE DE ARTIGOS
ESCRAVISMO	136
HISTÓRIA ECONÔMICA	71
MOVIMENTO OPERÁRIO	66
HISTÓRIA POLÍTICA	65
HISTORIOGRAFIA	62
HISTÓRIA DA ARTE	55
TEORIA DA HISTÓRIA	35
METODOLOGIA DA HISTÓRIA	34
HISTÓRIA DEMOGRÁFICA	29
HISTÓRIA DA CULTURA	28
INDUSTRIALIZAÇÃO	24
IMIGRANTES	15
CONJURAÇÃO MINEIRA	14
SEXUALIDADE	10
ESTADO NOVO	9
INQUISIÇÃO	8
COTIDIANO	6
INDEPENDÊNCIA	5
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	4
MAGIA	3
REVOLUÇÃO DE TRINTA	3
FARROUPILHA	2
BALAIADA	1
TOTAL	685

Tabela n. 4. Temas e abordagens de artigos publicados em periódicos brasileiros que editam trabalho de história. Fonte: FICO, C.; POLITO, R. **A História do Brasil (1980 – 1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. v. 1. p. 71. Adaptada.

Em linhas gerais, Carlos Fico e Ronald Polito argumentam que houve uma ampliação de interesses e de temáticas na historiografia nesse período, sobretudo pela influência da nomeada *Nova História* francesa. Todavia, não correspondem a uma renovação da história enquanto disciplina. Segundo os autores, houve a “impressão generalizada de que, durante os anos 80, se viveu um período de renovação da produção histórica. Em grande medida esta crença foi alimentada pela

aparição de novos temas de pesquisa (sexualidade, mentalidades, magia) e também pela multiplicidade de trabalhos produzidos pelos novos cursos de pós-graduação”.⁹ No entanto, para Fico e Polito, “‘renovar’ a História não é, preponderantemente, abordar temas novos: as melhorias cruciais são, em geral, teóricas e metodológicas”.¹⁰

As reflexões em âmbito teórico na década de oitenta, contudo, teriam sido escassas e de relativa pobreza (termo dos autores):

quando falamos de desapego à teoria por parte dos historiadores no Brasil, não estamos exagerando: a indiferença diz respeito não só às cobranças marxistas de cientificidade, mas ao próprio desenvolvimento ‘interno’ das correntes que se pretendem novas.¹¹

A baixa preocupação e produção em teoria e metodologia atestariam o patamar de “pouca qualidade de ‘posições teóricas’ (...) que se caracterizam, regra geral, pela afirmação do óbvio ou pelo ataque a tradições já desmontadas há muito tempo”.¹² Ainda de acordo com os autores, “tais deficiências talvez sirvam para explicar, por exemplo, a existência, em algumas teses, de longos capítulos teóricos introdutórios que, nem sempre, possuem um trabalho de pesquisa teoricamente articulado ou sequer correlacionado com aquela introdução”.¹³

Assim, a década de oitenta, no quesito produção, teria sido marcada pelos recortes cronológicos mais recentes ao mundo contemporâneo do historiador, delimitações espaciais em história do Brasil, com ênfase nas áreas coincidentes aos territórios das pós-graduações, adoção de novos temas, em grande medida apropriados da *Nova História*, e fraca produção e reflexão em teoria da história, o que, por sua vez, teria propiciado um certo empirismo e pouca inovação disciplinar.

Em outro texto, no qual propõem um balanço da historiografia brasileira de 1974 a 1994, Carlos Fico e Ronald Polito identificam algumas mudanças importantes, especificamente nos cinco primeiros anos da década de noventa. Primeiramente, as tendências temáticas, inspiradas na *Nova História* francesa, que, nos anos oitenta, apareciam de forma mais ou menos difusa, ganharam mais

⁹ FICO, C.; POLITO, R. *A História do Brasil (1980 – 1989)*. *Op. Cit.* v.1, p. 160.

¹⁰ FICO, C.; POLITO, R. *A História do Brasil (1980 – 1989)*. *Op. Cit.* v.1, p. 161.

¹¹ FICO, C.; POLITO, R. *A História do Brasil (1980 – 1989)*. *Op. Cit.* v.1, p. 170.

¹² FICO, C.; POLITO, R. *A História do Brasil (1980 – 1989)*. *Op. Cit.* v.1, p. 159.

¹³ FICO, C.; POLITO, R. *A História do Brasil (1980 – 1989)*. *Op. Cit.* v.1, pp. 157-158.

adeptos, respaldadas em um domínio historiográfico que se tornou, senão predominante, muito exercitado, o qual se materializou na “constituição de uma nova história da cultura, aumento dos enfoques antropológicos, de preocupações com o cotidiano, artes e micro-história, em detrimento da história econômica e social típicas”.¹⁴ Simultaneamente, intensificou-se o exame de fontes pouco usuais, como “fotografias, depoimentos orais e registros sonoros, propagandas, programas de televisão, filmes, artes plásticas, memórias, literatura”.¹⁵

Além disso, a década de noventa estaria assistindo à diminuição da “influência das correntes mais ortodoxas do marxismo, ao mesmo tempo em que se multiplica a influência da historiografia estrangeira, particularmente francesa e inglesa”.¹⁶ Esse influxo externo propiciou maior atenção aos questionamentos teóricos, sobretudo

vinculados à ‘nova história’ francesa contemporânea, bem como de um grande número de textos teóricos de historiadores da cultura de língua inglesa. E mais ainda, com a introdução do debate sobre as relações entre narrativa e história, por exemplo (...) Aqui, mais agudamente que nas interrogações advindas de uma história do cotidiano, o problema do estatuto de ‘realidade’ impõe-se com toda veemência, exigindo redefinições sobre o estatuto ontológico da história.¹⁷

Essa preocupação maior com os aspectos teóricos na década de noventa, somada às alterações institucionais – como a criação de pós-graduações, periódicos acadêmicos, maior participação de entidades de fomento à pesquisa, ampliação do mercado editorial –, à análise de novas fontes e à inserção de novos temas e objetos, indicavam mudanças de fundo na produção, circulação e consumo do conhecimento historiográfico brasileiro na passagem da década de oitenta para a década de noventa.

Outro texto relevante a respeito da produção historiográfica brasileira desse período é o de José Jobson de Arruda.¹⁸ De uma perspectiva panorâmica, Arruda considera que a “consolidação da moderna produção historiográfica no Brasil” inicia-

¹⁴ FICO, C.; POLITO, R. A Historiografia brasileira nos últimos 20 Anos – Tentativa de Avaliação Crítica. In: MALERBA, Jurandir. **A velha história: Teoria e método e historiografia**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1996. p. 206.

¹⁵ FICO, C.; POLITO, R. A Historiografia brasileira nos últimos 20 Anos. *Op. Cit.* p. 204.

¹⁶ FICO, C.; POLITO, R. A Historiografia brasileira nos últimos 20 Anos. *Op. Cit.* p. 204.

¹⁷ FICO, C.; POLITO, R. A Historiografia brasileira nos últimos 20 Anos. *Op. Cit.* p. 205.

¹⁸ ARRUDA, José J.; TENGARRUINHA, José M. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 27.

se na década de setenta. Deste decênio ao final da década de noventa, momento em que escreveu seu texto, ele identificou muitas alterações, originadas na “segunda metade dos anos 80 e, especialmente [nos] anos 90, [que] assistem ao rejuvenescimento dos estudos historiográficos no Brasil”.¹⁹ As principais mudanças identificadas por Arruda, as quais caracterizariam a produção histórica da década de noventa, podem ser sistematizadas em seis itens.

O primeiro deles é sobre os recortes espacial e temporal privilegiados pelos historiadores: “a concentração dos trabalhos por período histórico muda significativamente, deslocando-se fortemente para a História do Brasil e dos períodos da Colônia e Império para a República”.²⁰

O segundo item refere-se à predileção das áreas historiográficas: “o deslocamento dos temas de história econômica/ política/ social, para o campo da história da cultura”.²¹

Outra alteração importante diz respeito ao diálogo dos historiadores com disciplinas afins: da sociologia e economia à antropologia e teoria literária: “os antigos rótulos, história econômica, social ou política, perdem espaço em favor das abordagens interdisciplinares. A sociologia e a economia cedem o *status* de referencial imediato em favor da *antropologia* e da *teoria literária*”.²²

O quarto item concerne à ampliação do repertório de fontes consideradas dignas de atenção pelos historiadores, como aquelas de natureza iconográfica (grafites, pinturas, monumentos), “sobrelevando estudos sobre a arte e o lazer, tendência que tenderá (sic) a se reforçar nos anos seguintes”.²³

O quinto é relativo à perspectiva adotada nos trabalhos historiográficos: da busca pelo sentido, pela síntese, para a análise particularizada, para o específico:

entre os anos 60 e 90 os grandes retratos diminuíram, quase desapareceram (...) no fundo, a dificuldade para a realização de síntese, prende-se à multiplicação dos objetos, ao esmigalhamento da História, o reforço do pontilhismo, a recusa do sentido e da possibilidade de apreensões estruturais trazidas à cena pela *nouvelle histoire*.²⁴

¹⁹ ARRUDA, J.; TENGARRUINHA, J. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. *Op. Cit.* p. 27.

²⁰ ARRUDA, J.; TENGARRUINHA, J. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. *Op. Cit.* p. 60.

²¹ ARRUDA, J.; TENGARRUINHA, J. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. *Op. Cit.* p. 59.

²² ARRUDA, J.; TENGARRUINHA, J. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. *Op. Cit.* p. 78.

²³ ARRUDA, J.; TENGARRUINHA, J. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. *Op. Cit.* p. 80.

²⁴ ARRUDA, J.; TENGARRUINHA, J. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. *Op. Cit.* pp. 76-77.

Acopladas às perspectivas particularizadas e a recusa das grandes sínteses, novas influências teóricas fizeram-se presentes. Como consequência, autores antes considerados primordiais deixaram de despertar interesse e novos autores e aportes teóricos condicionariam inclinações temáticas e interpretações:

no primeiro momento [anos 60/ 70], a influência da tradição marxista e da tradição braudeliana é incisiva e se faz presente na seleção dos temas, no domínio conceitual, na reflexão teórica, na busca de sentido, na estruturalização compreensiva dos conteúdos, num diálogo permanente entre os textos de Marx, Braudel, Villar, Labrousse e, em menor escala, Bloch e Febvre (...). No segundo momento [anos 80/ 90], nas pegadas do movimento historiográfico francês que cria e alimenta a *Nova História*, indelevelmente vincado pela influência de Michel Foucault, instala-se o domínio da pequena história, da micro-história, reforçando a dimensão descritiva do arquivo, restauração indescartável de pródromos positivistas que haviam sido erradicados pelo movimento dos *Annales*, e que aproxima a história da etnografia, numa antropologização inequívoca do discurso historiográfico. Ao excesso de teorização, de análise do primeiro momento, se contrapunha a ênfase na documentação, no reforço da descrição e da narração.²⁵

De acordo com José Jobson de Arruda, as mudanças ocorridas entre as décadas de oitenta e noventa dizem respeito ao recorte espaço-temporal, predileção por áreas, diálogos interdisciplinares, uso de novas fontes com vistas a novos objetos, mudanças de perspectivas e influências teóricas. De modo geral, talvez se possa afirmar que, pelo grau de relevância que cada um desses itens têm isoladamente e na relação entre eles, as novas opções adotadas reformularam aspectos definidores da própria prática historiográfica.

Algumas características da historiografia contemporânea encontradas por Arruda também foram identificadas na análise de Astor Antônio Diehl. Autor do mais volumoso trabalho sobre a história da historiografia brasileira, Diehl faz um amplo balanço que se inicia com a análise do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na primeira metade do século XIX, e alcança o final do século XX.²⁶ Seu objetivo consiste em vincular a produção do conhecimento histórico sistematizado às

²⁵ ARRUDA, J.; TENGARRUINHA, J. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. *Op. Cit.* pp. 98-99.

²⁶ Trata-se de quatro obras. DIEHL, Astor A. **A matriz da cultura histórica brasileira**: do crescente otimismo à crise da razão histórica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993; _____. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediuopf, 1998; _____. **A cultura historiográfica brasileira**: década de 1930 aos anos 1970. Passo Fundo: Ediuopf, 1999; _____. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**: experiências e horizontes. 2 ed. revista e ampliada. – Passo Fundo: Ediuopf, 2004.

tendências intelectuais de outros campos e às condições sócio-históricas contemporâneas dos autores. Sua análise é aprofundada por meio de matrizes teóricas, que, em conjunto, formam o que ele denomina *cultura historiográfica*.²⁷

Especificamente no que se refere à segunda metade do século XX, a cultura historiográfica brasileira é analisada com base em determinados fatores, organizados por Diehl em cinco matrizes, harmônicas e complementares entre si.

A primeira matriz denomina-se *recepção teórico-metodológica e ideológica*. Ela “tem seu foco centralizado nas formas de recepção dos debates teóricos na *comunidade científica* na própria história e demais ciências humano-sociais”.²⁸ Isto é, Diehl identifica os principais autores, teorias, conceitos, métodos e posições ideológicas adotados pelos historiadores.

A segunda matriz investiga como determinadas obras se inserem no debate intelectual a respeito das noções de modernidade, modernização e modernismo.²⁹ Como, por exemplo, os autores dessas obras se alinham ou se afastam de determinadas interpretações acerca do passado, presente e projetos de futuro do Brasil, tendo em vista o estágio atual de desenvolvimento (produtivo, administrativo, econômico, político, social) e o que se visa alcançar.

A terceira matriz relaciona-se à anterior, e diz respeito aos debates entre modernidade e pós-modernidade. Por isso, ela terá, sobretudo, uma função comparativa entre a tendência moderna (que teria prevalecido até a década de setenta) e a pós-moderna (perceptível no final da década de setenta).

A quarta matriz utilizada por Diehl examina o que ele denomina de *estético-narrativo da história*. Ou, de outra maneira, analisa os elementos textuais e estéticos os quais condicionam a construção das narrativas historiográficas.

A quinta e última é constituída de cinco elementos. Trata-se da *Matriz Disciplinar* formulada por Jörn Rüsen que sistematiza o itinerário por meio do qual se produz o conhecimento histórico científico. Em outros termos, Rüsen designa como determinadas demandas sociais são transformadas em conhecimento histórico e retornam ao corpo social do qual se originaram. Diehl apropria-se desse aporte

²⁷ Cf. DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980: experiências e horizontes**. 2ed. revista e ampliada. – Passo Fundo: Ediupf, 2004. p. 60.

²⁸ DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.* p. 61.

²⁹ Cf. DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.* p. 61.

teórico e o aplica à historiografia brasileira. Graficamente, a matriz *Disciplinar* pode ser representada da seguinte maneira:

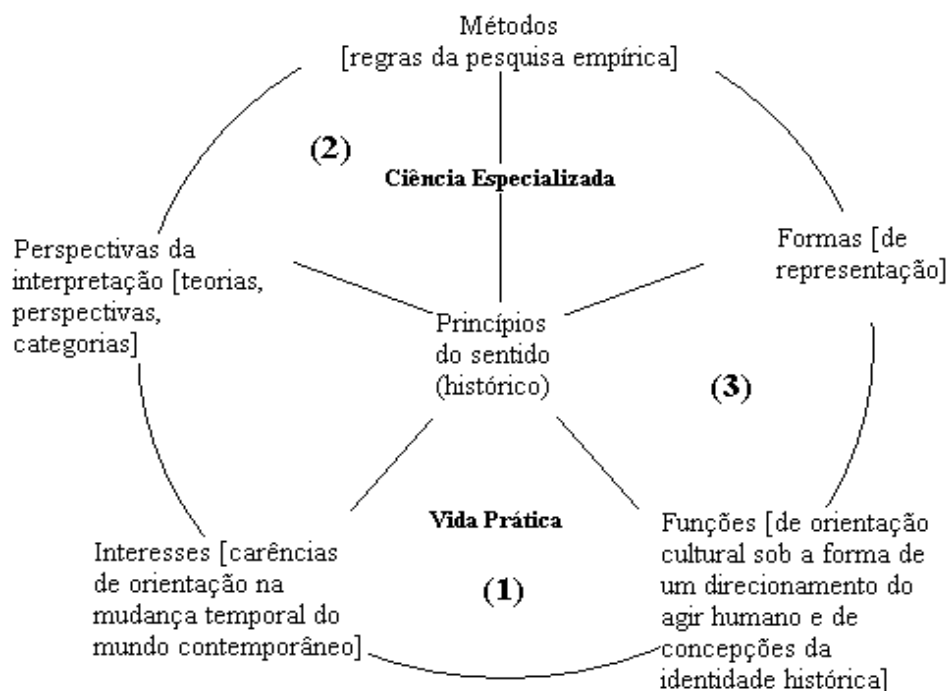


Figura n. 1. Esquema da Matriz Disciplinar da ciência da história. Fonte: RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência Histórica.** – Brasília: UnB, 2001. p. 164.

O primeiro fator de constituição do pensamento histórico, os *interesses*, provém da necessidade humana de situar-se *no tempo*. Está presente e é o que *fundamenta* o pensamento histórico de forma geral. Em outros termos, questionamentos que não encontram respostas imediatas e satisfatórias na vida prática promovem no indivíduo uma certa *carência de orientação* no tempo, que o impulsiona a buscar uma ou algumas respostas: é “o ponto de partida que o pensamento histórico toma (...) ainda antes de se constituir como ciência”.³⁰ O segundo fator, as *perspectivas da interpretação*, coordena os *interesses*, de modo racional, a fim de direcioná-los ao passado; as perspectivas formam “modelos de interpretação”,³¹ reformulando as carências dentro dos “padrões” academicamente

³⁰ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência Histórica.** – Brasília: UnB, 2001. p. 30.

³¹ RÜSEN, J. **Razão Histórica. Teoria da História.** *Op. cit.* p. 32.

aceitáveis. O terceiro fator diz respeito aos *métodos* mediante os quais o historiador transforma os resquícios do passado em um conhecimento sustentável, racional e empiricamente controlado. São os procedimentos aplicados na elaboração de uma pesquisa, os quais caracterizam o pensamento histórico em sua modalidade científica. O quarto fator refere-se às *formas de apresentação* ou *representação*. O modo mais comum de apresentar e materializar os resultados de uma pesquisa, atualmente, ocorre por meio da escrita, precisamente das narrativas historiográficas. O quinto e último fator refere-se às *funções orientadoras da historiografia*. Ao se pressupor a existência de funções orientadoras, parte-se do princípio de que os esforços empreendidos pelos historiadores não são despropositados: eles auxiliam os homens do presente na tomada de posição a respeito de um dado assunto/ tema, orientando-os em suas ações.³² Assim, o ciclo se encerra.

É, portanto, a partir dessas cinco matrizes que Diehl caracteriza a cultura historiográfica brasileira. Em relação à segunda metade do século XX, ele distingue, em linhas gerais, duas tendências: a *moderna*, que teria predominado até a década de setenta; e a *pós-moderna*, que teria se fortalecido na década de oitenta e se consolidado na de noventa.

Segundo Diehl, na tendência moderna, Karl Marx e Max Weber eram os autores principais da matriz da *recepção teórico-metodológica e ideológica*. Essa apropriação ocorria pois se desejava empreender um processo de modernização:

a idéia norteadora, tanto na recepção de Weber como na do marxismo, é a superação dos obstáculos culturais e naturais à modernização; o romper, uma vez por todas, os vínculos com a tradição via aceleração da industrialização.³³

Nos trabalhos historiográficos, essas perspectivas criaram grandes sínteses explicativas do passado e do presente com prognósticos ao futuro, fomentando expectativas libertadoras, redentoras e otimistas.

³² Porém, não de qualquer forma, afinal um texto não precisa ser historiográfico para ajudar os homens do presente a posicionarem-se frente ao mundo. Textos sociológicos, filosóficos e religiosos, entre tantas outras modalidades, podem e geralmente o auxiliam. O que, por um lado, diferencia a historiografia de outros textos acadêmicos nesse aspecto – ou seja, nas *funções orientadoras* – é a inserção da questão da temporalidade: o texto historiográfico não orienta apenas, mas o faz relacionando presente, passado e abrindo horizontes ao futuro, dando, destarte, um *sentido*. O que, por outro lado, diferencia a historiografia como uma disciplina acadêmica de um pensamento histórico, como o religioso, é o processo de racionalização sistematizada pelo qual aquele passa.

³³ DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.* p. 93.

A matriz *estético-narrativa*, por sua vez, caracterizava-se por extirpar, desconsiderar ou encobrir de sua escrita elementos que não se adequavam aos modelos abrangentes de explicação – quase sempre marcados pela linearidade.

Como consequência, a Matriz Disciplinar era formada por *interesses* voltados à realidade objetiva; as *perspectivas* detinham-se em visões panorâmicas e abrangentes; os *métodos* eram analítico-convergentes; as *formas de apresentação* pautavam-se em uma suposta neutralidade na escrita, reforçada pela autoridade imparcial das regras do ofício; e as *funções orientadoras* pretendiam responder às necessidades de desenvolvimento da sociedade como um todo. A tendência *moderna* da cultura historiográfica, portanto, caracterizava-se pelas metanarrativas otimistas de uma realidade supostamente objetiva.

No entanto, as promessas de melhorias sociais originárias dessas abordagens não se concretizaram, frustrando expectativas e abrindo espaço a contestações variadas. De acordo com Diehl, entre a década de setenta e oitenta, cristalizou-se a percepção de que

vivemos num clima deixado pelas frustrações intelectuais e sociais, pois as revoluções otimistas, aquelas que projetavam a redenção no futuro, não aconteceram nos moldes teorizados. Esse é um dos fatores que deram origem ao pessimismo em relação ao futuro e à própria possibilidade de mudança social. Isso, por sua vez, gera uma crise de critérios científico-racionais sobre os quais tais paradigmas estavam assentados. [Além disso], o clima é de fragmentação da ordem estabelecida, uma das conseqüências dos processos de modernização que explodem as tradições culturais e, nesse caso, as tradições historiográficas.³⁴

As tradições historiográficas que “explodiram” foram justamente aquelas ligadas às metanarrativas,³⁵ sobretudo de orientação marxista e weberiana,³⁶ e à ideia de progresso linear – que elimina os elementos trágicos e heterogêneos das investigações e explicações de realidades pretéritas.

Esses elementos foram, na análise historiográfica tradicional, disciplinados pelo potencial da racionalização do método moderno. Nesse sentido é também a crise do tempo linear contido no horizonte de expectativas. A crise das teorias de modernização e a crise da idéia de progresso linear

³⁴ DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.* p. 38.

³⁵ Ver LYOTARD, Jean-François. **O Pós-moderno**. São Paulo: Editora José Olympio, 1988.

³⁶ Cf. DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.* p. 76.

são os fundamentos de mudança da razão histórica moderna, da razão positivo-instrumental.³⁷

Novas demandas sócio-culturais no Brasil teriam intensificado a crítica ao pensamento otimista, à modernidade, à noção de progresso linear e às metanarrativas, ocasionando uma reinterpretação do passado, presente e futuro, que, por sua vez, exigiram novos instrumentos compreensivos, analíticos e explicativos para a produção do conhecimento histórico, deslocando-se, assim, a uma nova tendência: a *pós-moderna*. Nesse deslocamento, a cultura historiográfica reorientou, entre a década de setenta e oitenta, seus interesses, fins e, por conseguinte, as matrizes que a formam.

De acordo com Diehl, a matriz sobre as noções de modernidade, modernização e modernismo entrou em colapso. O projeto de modernização malogrou e, com ele, suas interpretações. Passou-se a predominar preceitos pós-modernos.

A denominada matriz de *recepção teórico-metodológica*, que tinha em Marx e Weber seus principais idealizadores, aderiu às proposições da *Nouvelle Histoire*, de Walter Benjamin e de Michel Foucault.

Com tudo isso, a matriz *Disciplinar* teve o conteúdo de seus cinco elementos reformulados. Em termos gerais, os *interesses* passaram da realidade histórica objetiva à representação histórica da subjetividade; as *perspectivas* deslocaram-se das visões abrangentes às micro-análises; os *métodos* deixaram de ser analítico-convergentes, gerais, e passaram a predominar os de linhagem hermenêutica e/ ou com descrição densa, tendendo à “antropologização”; as *formas de apresentação* abandonaram a pretensão de neutralidade – como a ocultação do narrador e a separação nítida entre objeto e sujeito em nome da imparcialidade das regras do ofício – para assumir a parcela de subjetividade presente em qualquer tentativa de interpretação intelectual do passado. Além disso, a narrativa que homogeneizava a diversidade em prol de um bem maior (revolução, classe, Nação, Estado, etc.), no intuito de criar um sentido determinado, cedeu espaço aos aspectos heterogêneos, enfatizando o que antes era ocultado ou marginalizado; e, enfim, as *funções orientadoras* transmutaram-se das necessidades da sociedade (como um todo) à satisfação de anseios individuais.

³⁷ DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.* pp. 76-77.

Assim, segundo Diehl, a cultura historiográfica na década de oitenta criou novas maneiras de conceber, conhecer e representar a “realidade”.³⁸ Três consequências evidentes dessa inflexão referem-se ao declínio ou mesmo desaparecimento de determinadas teorias e a adoção de *insights* de autores como Foucault, Benjamin e aqueles ligados à *Nouvelle Histoire*; ao deslocamento de predileção por área: da história política e econômica para a história social e, posteriormente, à história cultural;³⁹ e ao interesse por temas ignorados ao longo do tempo:

o momento é dos cotidianos íntimos da vida, das experiências do sujeito; a vez é das bruxas e das feitiças, dos loucos, dos vadios, dos homossexuais, dos gestos significativos, tais como o medo, o desejo, a angústia etc. A vez é daquilo que denominamos de ‘compensações’ dos custos resultantes dos processos de modernização otimistas lineares, daquilo que historicamente foi jogado na lata de lixo pela ciência formal.⁴⁰

Embora esboce as linhas gerais de novas tendências a partir do final da década de setenta e início da seguinte, Diehl não as considera estabelecidas ou delimitadas:

pela análise anterior, chega-se à consideração de que ainda não se consolidou nenhum outro paradigma científico homogêneo que dispusesse de uma matriz disciplinar orientadora com características de normalidade científica conforme as considerações de Thomas Kuhn. O que existe no pensamento histórico brasileiro são tendências multidisciplinares e pluriorientadoras que não permitem descrever, à maneira de um tipo ideal, posturas contrárias à evolução histórica das grandes sínteses.⁴¹

O que haveria em comum entre as várias temáticas e opções teóricas adotadas na produção historiográfica recente seria a crítica às metanarrativas e a necessidade de adotar novos procedimentos a fim de suprir novas demandas de orientação: “cada época faz determinadas perguntas ao passado, as quais refletem os problemas, as experiências e as perplexidades em que o presente se debate”.⁴² Por isso, muda-se o presente, muda-se a cultura historiográfica, em uma assertiva atualizada da “história como filha de seu tempo”.

³⁸ Cf. DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.* p. 101.

³⁹ Cf. DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.* pp. 19-20.

⁴⁰ DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.* p. 98. p. 39.

⁴¹ DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.* p. 98. A respeito do conceito de paradigma de Thomas Kuhn ver: **A estrutura das revoluções científicas**. – São Paulo: Perspectivas, 2007.

⁴² DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.* p. 213.

De uma perspectiva abrangente da historiografia brasileira das décadas de oitenta e noventa, a historiadora Silvia Regina Ferraz Petersen apresentou resultados semelhantes aos da pesquisa de Diehl. Suas fontes foram a bibliografia do tema (história da historiografia recente) e sua experiência profissional.⁴³

Petersen partiu de um conceito alargado de historiografia, próximo ao de Fico e Polito, que inclui as condições (sociais, políticas, institucionais, etc.) de produção, as obras em si e a sua disseminação e repercussão social. Embora a autora mencione uma série de aspectos que envolvem estes três níveis, deter-me-ei no que se refere, propriamente, às obras historiográficas e suas características.

De acordo com Petersen, houve, nas décadas de oitenta e noventa, a incorporação de novas opções temáticas, tais como “o imaginário, a sexualidade, a vida cotidiana, questões de gênero, a cultural, a saúde, a doença etc”.⁴⁴ Além disso, destaca a autora, temas antigos foram submetidos a novas abordagens e a reflexões teórico-metodológicas atuais. Junto com a ampliação temática, ocorreu o uso de novas fontes e maneiras distintas de examiná-las.

Dentre as inflexões da década de oitenta, Petersen também inclui novas apropriações teóricas:

os que vem acompanhando os rumos da produção historiográfica no Brasil nas últimas décadas observam, entre outras, influências teóricas da chamada terceira geração dos Anais, da nova história cultural, da microhistória, dos autores britânicos de inspiração marxista e de pensamento foucaultiano.⁴⁵

No entanto, essa recepção teórica é questionável, por ser, na expressão da autora, uma “‘apropriação epidérmica de campos teóricos complexos’, que tem provocado equívocos analíticos e desvios muitas vezes graves na produção historiográfica brasileira”.⁴⁶ Esse tipo de uso de *insights* teóricos teria acontecido com o marxismo, “muitas vezes reduzido a um arcabouço simplista de ‘forças produtivas X relações de produção’, esvaziado das inúmeras mediações e mesmo

⁴³ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. O Pensamento Histórico Brasileiro: relações com vertentes européias e americanas; tendências temáticas e teóricas recentes. **História em Revista**. Pelotas/ RS, v. 9, pp. 7-43, dez. 2003.

⁴⁴ PETERSEN, S. O Pensamento Histórico Brasileiro. *Op. Cit.* p. 9.

⁴⁵ PETERSEN, S. O Pensamento Histórico Brasileiro. *Op. Cit.* p. 14.

⁴⁶ PETERSEN, S. O Pensamento Histórico Brasileiro. *Op. Cit.* p. 17.

de contradições que lhe são próprias”,⁴⁷ e estaria se repetindo com a esquematização das ideias de Michel Foucault.

Ainda sobre os aspectos teóricos dos trabalhos historiográficos, Petersen ressalta que as grandes sínteses, as visões macro-orientadas, o marxismo ortodoxo e a epistemologia racionalista foram desacreditados e, em muitos casos, repudiados.

Assim, a “apropriação epidérmica de campos teóricos complexos”, a baixa produção, publicação e conhecimento de obras de fundo teórico, os inúmeros questionamentos à epistemologia racionalista e a descrença nas perspectivas abrangentes teriam propiciado uma forte dose de empirismo na produção do conhecimento histórico contemporâneo, em que pese à proliferação de novos temas e a incorporação de novas fontes.⁴⁸

Talvez por isso, ao finalizar seu texto e tentar predizer possíveis rumos da historiografia brasileira, Petersen afirme que a qualidade da produção dependerá das respostas aos impasses de cunho teórico:

o grande divisor de águas penso que se situa na crítica à tradição epistemológica racionalista, pelos próprios limites que ela vem demonstrando para dar conta daquilo que rejeitou como conteúdos não racionais, fortuitos, subjetivos. Mas a historiografia crítica da razão também corre o risco de, no limite, submergir no relativismo e no irracionalismo completo, onde qualquer pretensão de verdade e objetividade é impossível, onde as evidências e aparências substituem o diálogo com a teoria.⁴⁹

Além das análises gerais a respeito da historiografia brasileira das décadas de oitenta e noventa, alguns aspectos específicos da *Revista Brasileira de História* foram analisados por Eni de Mesquita Samara. Na introdução à coletânea *Historiografia Brasileira em Debate: olhares, recortes e tendências*, Samara divulgou dados da pesquisa Projeto Integrado Pós-Graduação/ ANPUH: pesquisa, informação e intercâmbio, coordenada por ela.⁵⁰ Um dos objetivos deste trabalho foi realizar um reconhecimento do estágio atual da produção historiográfica no Brasil por meio da análise de periódicos, programas de pós-graduação e material bibliográfico pertinente. Em relação às revistas acadêmicas, das cento e nove listadas, duas

⁴⁷ PETERSEN, S. O Pensamento Histórico Brasileiro. *Op. Cit.* p. 17.

⁴⁸ Cf. PETERSEN, S. O Pensamento Histórico Brasileiro. *Op. Cit.*, p. 16.

⁴⁹ PETERSEN, S. O Pensamento Histórico Brasileiro. *Op. Cit.*, p. 38.

⁵⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. Introdução. In: _____(org.). **Historiografia brasileira em debate: “olhares, recortes e tendências”**. – São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002. pp. 7-22.

delas receberam atenção especial: a *Revista Brasileira de História* (RBH), examinada de 1981 a 1998, e a *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (RIEB), cujo recorte abrange de 1966 a 1996. Especificamente em relação a esses dois periódicos, o objetivo do estudo consistiu em identificar quais os principais “assuntos” (termo da autora) e períodos investigados. Os resultados alcançados a respeito das linhas temáticas mais pesquisadas na *Revista Brasileira de História* são:

LINHAS TEMÁTICAS	PERCENTUAL(%)
HISTÓRIA CULTURAL	23,0
HISTORIOGRAFIA	20,0
HISTÓRIA DAS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS	10,0
HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	8,0
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	7,0
HISTÓRIA DAS MULHERES E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	7,0
HISTÓRIA DO TRABALHO	5,0
HISTÓRIA DA FAMÍLIA	4,0
HISTÓRIA AGRÁRIA	3,0
HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES	3,0
HISTÓRIA DAS CIDADES	2,0
HISTÓRIA ECONÔMICA	2,0
HISTÓRIA DO COTIDIANO E DA VIDA PRIVADA	1,0
HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES	1,0
TOTAL	96,0

Tabela n. 5. Linhas Temáticas na Revista Brasileira de História, 1981-1998. Fonte: SAMARA, Eni de Mesquita. Introdução. In: **Historiografia brasileira em debate**: “olhares, recortes e tendências”. – São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002. p. 14. Adaptada.

Em relação aos períodos, os recortes cronológicos mais pesquisados pelos autores de textos da *Revista Brasileira de História* foram os seguintes:

RECORTE CRONOLÓGICO	PERCENTUAL (%)
BRASIL REPÚBLICA	37,0
BRASIL CONTEMPORÂNEO	28,0
BRASIL IMPÉRIO/ REPÚBLICA	13,0
BRASIL COLÔNIA	11,0
BRASIL COLÔNIA/ INDEPENDENTE	4,0
BRASIL IMPÉRIO	4,0
BRASIL COLÔNIA/ INDEPENDENTE/ REPUBLICANO	2,0
BRASIL COLÔNIA/ INDEPENDENTE/ REPUBLICANO/ CONTEMPORÂNEO	1,0
TOTAL	100,0

Tabela n. 6. Recorte cronológico de textos na Revista Brasileira de História, 1981-1998. Fonte: SAMARA, Eni de Mesquita. Introdução. In: **Historiografia brasileira em debate**: “olhares, recortes e tendências”. – São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002. p. 14. Adaptada.

Com base nos dados sobre a RBH, a autora aponta a algumas características: pesquisas com recorte cronológico voltados a períodos mais recentes e prevalência de temas da história cultural.

Em suma, apesar das diferenças pontuais entre os trabalhos de Fico e Polito, Arruda, Diehl, Petersen e Samara, pode-se identificar pontos convergentes em seus resultados.⁵¹ Entre elas, destaco:

⁵¹ Excluí dessa análise da literatura do tema o texto *História da historiografia brasileira*, de Raquel Glezer (GLEZER, Raquel. História da historiografia brasileira: construção e permanências. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Historiografia brasileira em debate**: “olhares, recortes e tendências”. – São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002). Em que pese a autora concluir algo distinto da maioria dos estudos ocupados com a historiografia brasileira desse período, afirmando que “a análise da produção historiográfica brasileira em nossos dias permite claramente a percepção de que ela ainda é realizada na ótica que foi estabelecida no século anterior: os temas, os problemas e as questões remetem aos meados dos anos oitocentos, com alguns poucos acréscimos, como o tema da Escravidão” (pp. 36-37), não consegui detectar se suas conclusões diziam respeito às obras de divulgação (intensamente publicadas pela efeméride dos quinhentos anos do “descobrimento” do Brasil) ou ao conhecimento produzido academicamente. Além disso, a modalidade do texto escolhida por Glezer (ensaio) e a estratégia metódica adotada (ênfase nas semelhanças) permitiu-lhe desconsiderar casos específicos e situações concretas. Mais que isso, a quantidade e a qualidade de fontes e exemplos citados é desproporcional às pretensões de generalização e abrangência de seu texto. Sua base são estudos acerca da história da historiografia brasileira, sobretudo os seus próprios e os de José Honório Rodrigues, apesar de se referir à história produzida no final do século XX. Entretanto, Glezer abstém-se de especificar a contribuição de cada referência bibliográfica no seu ensaio, dificultando e, na maior parte dos casos, impossibilitando ao leitor refazer o percurso de construção do seu texto e, assim, *verificar* a pertinência de suas afirmações.

- a) uma visão geral do período como um momento de mudanças. Especificamente, Diehl e Petersen indicam que a passagem da década de setenta para a de oitenta configura-se como um momento de inflexão para a historiografia brasileira; os textos de Fico e Polito e Arruda, por seu turno, sugerem que o período de inflexão situa-se entre a década de oitenta e noventa: em ambos os casos, trata-se de um processo no qual novas perspectivas sobre a história e a produção cognitiva a seu respeito começaram a ganhar força;
- b) incisiva crítica da historiografia do período aos modelos abrangentes de explicação, às nomeadas metanarrativas. Como consequência, intensa revisão de interpretações históricas cristalizadas, sobretudo com estudos de caso e análises monográficas que contradiziam explicações genéricas e homogeneizantes;
- c) deslocamento dos diálogos interdisciplinares. A antropologia passa a ser o campo (com seus métodos, *insights*, teorias) mais requisitado;
- d) alto índice de trabalhos na área de história cultural;
- e) inserção de novos temas e sujeitos históricos, sobretudo aqueles que foram “esquecidos” pela historiografia precedente ou tidos por indignos de estudos;
- f) novas influências intelectuais, como Foucault, Benjamin, Thompson, e, de modo geral, autores ligados à *Nouvelle Histoire*;
- g) maior número de trabalhos preocupados com o passado mais recente e intensificação dos recortes no espaço brasileiro;

De fato, as análises e os resultados dos trabalhos dos autores supracitados são relevantes para quem pretende refletir sobre as características da historiografia brasileira das décadas de oitenta e noventa. Em conjunto, esses textos tornam-se ponto de partida indispensável para outras investigações na área, ainda carente de informações.

A exemplo destes trabalhos, também investigo a historiografia brasileira das duas últimas décadas do século XX. Na pesquisa que realizei, todavia, há algumas diferenças. Primeiramente, restringi a esfera de análise a um periódico específico: a *Revista Brasileira de História*. Criada em 1981, a RBH é resultado de uma reestruturação da Associação Nacional de História (ANPUH),⁵² que, no início da década de oitenta, contava com novos membros, necessidades e pretensões. As condições e objetivos que propiciaram a emergência da RBH guardam relação com os preceitos enunciados na própria fundação da entidade da qual é parte.

A ANPUH fora projetada no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, em Marília, São Paulo, ocorrido em 1961. As preocupações que ensejaram a formação de uma associação de tal natureza diziam respeito ao “isolamento em que trabalham [trabalhavam] os professores universitários de História, uns em relação aos outros”⁵³ e à assunção da importância do diálogo acadêmico para o desenvolvimento de qualquer campo científico.

Na primeira reunião foram inscritos em seu estatuto as seguintes atribuições: “o aperfeiçoamento do ensino da História em nível superior, a pesquisa e a divulgação dos assuntos com respeito à História e a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse para esse estudo (...)”.⁵⁴ Os debates no I Simpósio giraram, sobretudo, em torno da constituição da história enquanto um campo específico, ministrado por profissionais preparados, e em relação às diretrizes curriculares do ensino superior de História.

Do primeiro encontro em Marília (1961) à fundação da RBH (1981), nove Simpósios foram organizados: Curitiba, 1962; Franca, 1965; Porto Alegre, 1967; Campinas, 1969; Goiânia, 1971; Belo Horizonte, 1973; Aracaju, 1975; Florianópolis, 1977; Niterói, 1979. Grande parte dos pronunciamentos, debates, cursos, trabalhos de investigação, entre outros aspectos de cada um dos encontros ocorridos entre

⁵² Fundada com o nome de Associação dos Professores Universitários de História, o conclave adicionou a letra “n”, correspondente ao adjetivo Nacional, em 1971, no Encontro de Goiânia. Passou, a partir de então, a ser denominada Associação Nacional dos Professores Universitários de História. Atualmente, o *site* da instituição se auto-denomina apenas Associação Nacional de História, embora tenha mantido a sigla ANPUH. Ver <http://www.anpuh.org/>. Acessado em novembro de 2011.

⁵³ CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 1, mar. 1981. p. 1.

⁵⁴ CANABRAVA, A. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. *Op. Cit.* p. 5.

1961 e 1977, foram registrados nos Anais dos Simpósios, consubstanciados em dezenove volumes. Sua produção foi finalizada em 1978.

Apesar do encerramento da produção dos Anais, o final da década de setenta e início da de oitenta foram marcados pela expansão da categoria: vinte Núcleos Regionais da ANPUH já estavam em exercício; a presença de estudantes crescia significativamente;⁵⁵ o número de faculdades de história aumentava e, como consequência, o número de professores, alunos e pesquisas. A maior e principal associação dos historiadores precisava estar alinhada, portanto, ao fluxo crescente de informações e a necessidade de ampliar a troca de experiências entre os praticantes do ofício.

Esse conjunto de fatores – crescimento de instituições acadêmicas, aumento do número de profissionais da área, maior necessidade de intercâmbio de experiências – somados à emergência, no início da década de oitenta, de um novo grupo de historiadores na direção da ANPUH, sob o comando da historiadora Alice Piffer Canabrava, foi cenário propício à fundação do que viria a ser um dos periódicos acadêmicos mais relevantes do conhecimento historiográfico produzido no Brasil.

As discussões sobre sua criação e configuração iniciaram-se em 1980 por um grupo de professores ligados majoritariamente à Universidade de São Paulo.⁵⁶ O título escolhido foi *Revista Brasileira de História*: era o primeiro periódico de abrangência e propósitos nacionais não vinculado a uma faculdade ou instituição acadêmica específica, mas, antes, ligado a uma organização profissional. A RBH foi lançada oficialmente em 1981, por ocasião do XI Simpósio, realizado em João Pessoa – PB, data na qual a ANPUH completava vinte anos de existência. Ela surgiu, destarte, como um meio de divulgação de pesquisas (em andamento e concluídas), eventos, fontes, obras, cursos de natureza variada e, também, como veículo das ideias da instituição, conservando e ampliando os preceitos estipulados no Estatuto de fundação da ANPUH.

A escolha da RBH como lócus privilegiado na minha pesquisa, portanto, justifica-se pela relevância que ela assumiu no período considerado. Principal meio

⁵⁵ Sobretudo pela abertura à participação discente nas Comunicações, iniciada no encontro de Aracaju, 1975, o que, a propósito, gerou uma série de dissensos entre os associados.

⁵⁶ Ver GLEZER, Raquel. A Fundação da Revista. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 1, pp. 129-130, mar. 1981.

de divulgação da Associação Nacional de História, em suas páginas materializaram-se práticas de grupos importantes de pesquisadores vinculados às mais renomadas instituições acadêmicas do país, que mantiveram contato com inovações externas e exerceram influência na formação de profissionais e nos embates da área.

Essa representatividade manifestou-se numericamente, haja vista a quantidade de membros associados à ANPUH e, conseqüentemente, beneficiados, a cada semestre, com os exemplares da RBH; e intelectualmente, uma vez que parte considerável dos artigos publicados nesses primeiros vinte anos iniciaram, deslocaram, aprofundaram, reafirmaram e/ ou contrapuseram argumentos a respeito de debates relevantes para a historiografia brasileira, influenciando-a. A RBH cumpriu o papel de, em certo sentido, ser um ponto de referência àqueles que pretendiam se enveredar pela pesquisa e produção historiográficas. Escolhê-la como fonte, por conseguinte, não foi uma ação fortuita.

Além da restrição a um periódico específico, precisei explicitar o significado dos termos que compõem a pergunta norteadora: *quais as tendências historiográficas presentes no período?* O termo *tendência* é usado aqui em um sentido muito comum: uma inclinação no uso recorrente de determinados elementos. Denominei esses elementos de *opções historiográficas*.

Definir a que tipo de opções historiográficas me reportar na pesquisa foi tarefa árdua e permeada de entraves, recuos e frustrações, sobretudo pela dificuldade de encontrar obras de referência acerca do assunto. Por isso, e pela heterogeneidade de artigos na RBH, estabeleci como critério me ater àquelas características que, a princípio, acreditei estarem presentes em qualquer texto historiográfico: área historiográfica, recorte temporal, delimitação espacial, orientação teórica, perspectiva predominante na interpretação e tipos de fontes.

Na verdade, a ideia original continha outras opções, como predileções temáticas, diálogos interdisciplinares, escolas historiográficas, posição política do autor e modelos historiográficos de constituição de sentido.⁵⁷ Porém, no curso da pesquisa, por motivos diferentes, tive de renunciar à pretensão de detectá-las.

Portanto, a recorrência crescente a uma dada opção historiográfica – área, recorte espacial e temporal, orientação teórica, perspectiva da interpretação e tipos

⁵⁷ Sobre os “modelos historiográficos de constituição de sentido” ver RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

de fontes usadas – designa uma certa tendência historiográfica. Desta maneira, quando me refiro às tendências historiográficas na *Revista Brasileira de História* entre 1981 e 2000, faço menção à inclinação dos autores em adotar, com frequência crescente, uma dada área historiográfica, um certo recorte espacial e temporal, uma orientação teórica específica... e assim por diante. As tendências dizem respeito, uma vez mais, ao uso recorrente de determinadas opções historiográficas.

E, por fim, limitei o tipo de abordagem que pratiquei em relação à *Revista Brasileira de História*. Do primeiro número, em 1981, até o quadragésimo, 2000, último do século XX, muitas transformações ocorreram. De mudanças no formato editorial, membros dos Conselhos que a geriram até às preferências historiográficas expressas nos artigos, há distâncias e diferenças significativas. Compreendo que essas alterações, marcadas historicamente, podem ser abordadas de duas maneiras: uma contextual e outra focada nos textos publicados *na* RBH.

A apreciação contextual pode ser realizada de três modos. Primeiramente, mediante o estudo dos fatores que envolvem a *Revista*, mas que não são propriamente os seus textos: presidentes da ANPUH e diretorias, editores responsáveis pela RBH, organizadores dos dossiês, critérios de aceitação e recusa dos artigos, relações entre linha editorial e filiação teórica e historiográfica dos textos, vinculações entre editores ou organizadores e autores-orientandos, número de mulheres e homens que publicaram, origem institucional dos colaboradores e conselhos, entre outras possibilidades. Nesse sentido, a preocupação é com os mecanismos de poder que permearam a RBH enquanto suporte de uma instituição administrada por membros de uma comunidade específica. Essa abordagem pode ser entendida como um *contexto intelectual e institucional* do periódico.

Uma segunda maneira de se elaborar o contexto, muito comum em trabalhos historiográficos, refere-se à delimitação das circunstâncias sócio-históricas nas quais a *Revista Brasileira de História* surgiu. Seus defensores pressupõem que vincular as mudanças políticas e culturais pelas quais o Brasil estava passando na década de oitenta e noventa ao perfil do referido periódico é um ponto de partida não apenas importante mas indispensável para se compreender melhor a própria RBH.

No entanto, desconfio dessa função atribuída ao contexto. Com base em ideias de Dominick LaCapra,⁵⁸ considero que não existe um contexto em si recuperável (que designa um significado), mas apenas textos (sem significados em si) a partir dos quais o contexto é construído. Deste modo, o contexto não é a descrição do que aconteceu sob determinadas circunstâncias em um tempo e espaço, mas a descrição de *determinados aspectos de uma maneira específica*. Trata-se, portanto, de uma ação seletiva que rearranja informações (exclui, inclui, enfatiza, minimiza, relaciona e compara itens, avalia, ordena) de modo a constituir um significado aos eventos. Essa ação pode ser realizada com sentidos e de maneiras variadíssimas, mas sempre está em conformidade com os propósitos de quem o elaborou e exerce a função de preparar o leitor para os argumentos que virão, dando a impressão de que “um determinado fenômeno aconteceu daquele jeito necessariamente por conta do contexto”: é o texto explicado pelo contexto, que, nesse sentido, cumpre a tarefa de confirmar a tese do autor.

Há, ainda, uma terceira maneira de se elaborar um contexto. Ela se concretiza quando seu autor, tentando ser imparcial, se esquivava de descrições que tratam o objeto como elemento determinado pelo contexto, traçando apenas as linhas mestras do tempo com o qual se ocupa. Pauta-se somente naqueles acontecimentos cristalizados, conhecidos e irrefutáveis. Nesse sentido, o contexto é tão geral que pouco ou nada contribui.

Considero que as duas últimas maneiras de construir um contexto são absolutamente dispensáveis. Assim, poupei o leitor, simultaneamente, de um contexto que por ser tão geral não nos auxilia em nada ou tão específico que explica tudo. As décadas de oitenta e noventa são demasiadamente próximas dos nossos dias e seus contornos são deveras conhecidos para o leitor extrair do período as possíveis implicações na *Revista Brasileira de História*.

Além da abordagem contextual – com suas três modalidades –, uma segunda forma de apreciação diz respeito a uma análise interna dos textos que compõem a RBH. Ela pode se ater a aspectos muitos diferentes entre si: pode, por exemplo, recortar um tema e a partir dele analisar os debates do campo; selecionar uma perspectiva teórica e investigar como ela foi apropriada; delimitar uma especialidade

⁵⁸ LaCAPRA, Dominick. **Rethinking intellectual history**; texts, contexts, language. 2 ed. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

e analisar temas, fontes e métodos mais comuns; examinar os diálogos interdisciplinares; avaliar características da escrita e estilo dos artigos; ou, como pretendi, analisar os elementos comuns aos artigos.

Embora eu não desconsidere a relevância que o mapeamento do contexto intelectual e institucional tem para se compreender as predileções nas opções historiográficas da *Revista Brasileira de História*, isto é, a primeira forma de apreciação contextual que expus acima, concentrei minha pesquisa, *prioritariamente*, em uma análise interna da RBH. Conhecer os mecanismos de atuação, legitimação e distribuição das benesses institucionais demandaria outros métodos e a ampliação do espectro de fontes, o que, por sua vez, exigiria um tempo superior ao que eu tive para concluir o doutoramento.

Meus objetivos nesta tese, portanto, são identificar quais as opções historiográficas – área historiográfica, recorte temporal, recorte espacial, orientação teórica, perspectiva predominante da interpretação e tipos de fontes – adotadas pelos autores *nos* artigos e agrupá-las em tendências, baseado em uma análise predominantemente interna de um *corpus* específico que expressa, por mais de uma maneira, as preferências e preterições de parcela importante e considerável da comunidade de historiadores, sobretudo brasileiros, em um período comumente considerado de inflexão pela literatura especializada.

Para explicitar como realizei a pesquisa, no primeiro capítulo, *Procedimentos Metódicos*, apresento os critérios por meio dos quais identifiquei cada opção historiográfica nas minhas fontes. No segundo, *Apresentação dos Dados*, exponho os resultados da investigação. A fim de facilitar o entendimento, organizei as informações em tabelas nas quais os dados foram dispostos tanto em perspectiva diacrônica quanto no cômputo geral. No terceiro e último capítulo, *As tendências historiográficas*, ocupo-me com a análise dos resultados, refletindo sobre os significados possíveis que as principais mudanças em cada opção historiográfica podem ter na produção do conhecimento histórico da *Revista Brasileira de História* entre 1981 e 2000. E, para encerrar, redigi algumas considerações finais, realizando um balanço da própria pesquisa que executei.

CAPÍTULO 1 PROCEDIMENTOS METÓDICOS

Neste capítulo exponho como, a partir do *corpus* e da questão norteadora – quais as tendências historiográficas na *Revista Brasileira de História* –, estabeleci os critérios e métodos por meio dos quais analisei, classifiquei e agrupei as informações oriundas das fontes em determinada área historiográfica, recorte temporal, recorte espacial, orientação teórica, perspectiva predominante da interpretação e tipos de fontes usadas.

Primeiramente, identifiquei dentre as várias modalidades de textos presentes na RBH aquelas que poderiam prover informações relevantes para o meu propósito. Encontrei, nestes primeiros quarenta números da RBH (1981-2000), dezenove modalidades de textos: apresentação; noticiário; pesquisas em andamento; artigos; obras editadas; comunicados; periódicos internacionais; homenagem póstuma; fontes/ sistematização; atas; divulgação de teses/ dissertações; divulgação de programas de pós-graduação; resenhas; questões didáticas; documentação; polêmica; notícia bibliográfica; ensino e crítica bibliográfica.

Cada modalidade textual tem determinadas características, como as apresentações de *pesquisas em andamento*, nas quais os pesquisadores têm de expor seus pressupostos, fontes, objetivos e filiações; *polêmicas*, em que há, de modo explícito, a adoção de uma perspectiva em contraposição a outra; *críticas bibliográficas*, nas quais se faz algo próximo a um balanço delimitado de um tema, entre outras. Por isso, tornou-se imprescindível a leitura de, *absolutamente*, todos os textos das dezenove seções.

Todavia, concentrei minha pesquisa na análise dos artigos (pertencentes ou não aos dossiês), tanto por questões quantitativas – maioria dos textos da RBH –, quanto qualitativas – uma vez que são espaços privilegiados nos quais é possível identificar mais facilmente as opções historiográficas adotadas por cada autor. Portanto, a identificação das opções historiográficas, a quantificação e organização dos dados em tendências foram feitas, *exclusivamente*, com base nos artigos. Recorri aos textos de outras modalidades apenas quando a menção a eles se mostrou necessária.

Após definir a modalidade textual privilegiada, adotei dois procedimentos metódicos: 1) análise dos artigos, extraíndo deles o que era pertinente ao meu objetivo; 2) e agrupamento quantitativo das informações para organizá-las em tendências.

1.1. Análise dos artigos

Na análise dos artigos identifiquei as *opções historiográficas* de cada um deles.⁵⁹ Por pretender examinar toda a produção da *Revista Brasileira de História*, e não os artigos relativos, por exemplo, a um tema, orientação teórica, recorte espacial ou delimitação cronológica exclusivos, deparei-me com uma variedade considerável de textos. Analisá-los em suas especificidades seria impraticável. Para usar o mesmo critério em relação a cada um dos textos examinados, criei uma Ficha de Análise, cujo modelo segue abaixo.

⁵⁹ Não incluí na Ficha de Análise itens a respeito da interdisciplinaridade, dos temas, das influências externas e das escolas historiográficas. A variedade de percepções sobre o que caracteriza uma relação interdisciplinar é difusa e vaga. Muitos autores consideram que fazer história do direito ou da literatura, valer-se de fontes jurídicas ou literárias significa praticar um diálogo, respectivamente, com o direito e com a literatura. Porém, como o campo de observação dos historiadores não se restringe a uma única dimensão ou área, pesquisar a história do direito ou da literatura não significa estabelecer uma relação interdisciplinar. Além disso, *corpus* de quaisquer naturezas podem ser analisados pelos historiadores sem implicar em um diálogo com outras disciplinas. Um texto pode usar dados econômicos, ser classificado como partícipe da história econômica, por exemplo, sem manter uma relação interdisciplinar com a economia, seja por que não se valeu dos pressupostos teóricos de uma ou outra corrente de pensamento e/ ou autor, seja por que não se apropriou de métodos desse campo. Para que haja um diálogo interdisciplinar, portanto, é preciso ocorrer a apropriação de algum elemento característico da disciplina a que se recorreu, os quais, para mim, dizem respeito aos aspectos teóricos, metódicos ou conceituais. Sem o uso de um ou mais desses itens, não há interdisciplinaridade, não, ao menos, para os historiadores. Com base nessa perspectiva, a interdisciplinaridade é muito mais divulgada, defendida e comentada que, de fato, praticada. Sobre a ausência de um item referente às predileções temáticas, duas dificuldades se apresentaram e me estimularam a não incluí-lo: em primeiro lugar, a quase ausência de conceituação sobre o que é um tema; e, acoplado a esse problema, a ausência de instrumentos metódicos para extrair a temática de cada artigo. Em segundo lugar, mesmo que eu me valesse de uma ideia vaga e imprecisa para diagnosticar um tema do artigo, pareceu-me que grande parte dos textos tinham temas tão diferentes entre si que reuni-los em duas ou três dezenas seria imputar aos textos uma similaridade que eles não possuíam. Não inseri um tópico referente a “escolas historiográficas” pois não foi possível identificá-las nas características das minhas fontes. E não me ative às possíveis influências intelectuais externas na produção historiográfica, pois não é este meu propósito. Elas apareceram de modo mais ou menos discernível na identificação das orientações teóricas. Enfim, não decompus os artigos da RBH em todas as partes identificáveis, mas apenas naquelas que posteriormente eu teria condições de organizá-las: os limites da pesquisa se impuseram.

Universidade de Brasília – Doutorado em História

Ricardo Marques de Mello

**Ficha de análise dos artigos da
Revista Brasileira de História**

1. RBH

1.1. Volume: 1.2. Número: 1.3. Ano:

1.4. Páginas:

1.5. Dossiê:

1.6. Editor(a)-chefe:

1.7. Referenciação:

2. Autor(a)

2.1. Currículo *Lattes* () sim () não

2.2. Formação Acadêmica:

Graduação:

Especialização:

Mestrado:

Doutorado:

Pós-Doutorado:

2.3. Obras principais:

2.4. Instituição:

3. Âmbito de Interesse

3.1. Título:

3.2. Área:

3.3. Recortes

3.3.1. Temporal:

3.3.2. Espacial:

4. Orientações Teóricas

5. Perspectiva predominante na interpretação

6. Fontes

6.1. Tipos de Fontes

Documentos oficiais:

Documentos não-oficiais:

7. Observações

1.1.1. RBH

O primeiro item da Ficha de Análise organiza os dados técnicos de cada texto. Nele registro informações relativas ao volume, número, quantidade de páginas, dossiê (quando houve), editor(a)-chefe e/ ou organizador do dossiê da RBH na qual o artigo foi publicado e insiro a referência bibliográfica em conformidade com as indicações da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

1.1.2. Autor(a)

No segundo item apresento alguns dados sobre o(s) autor(es) do texto. Por meio de uma pesquisa na *Internet*, especialmente na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), obtive informações a respeito da formação acadêmica, principais obras e instituição à qual o autor se vinculava no momento da publicação do seu texto. Não considerei informações posteriores à data de publicação do respectivo texto na RBH, pois a pesquisa pauta-se na análise do artigo no período em que ele foi publicado.

1.1.3. Âmbito de Interesse

Neste item pretendi situar o artigo entre áreas do ofício, delimitar o recorte temporal e o espacial.

1.1.3.1. Áreas Historiográficas

Uma série de dificuldades se impõem a qualquer tentativa de divisão do conhecimento histórico em áreas. A primeira delas refere-se a especialidades que foram muito praticadas em um determinado período, porém, por algum motivo, entraram em desuso ou mesmo foram extintas. É, por exemplo, o que se observa em artigo de José Roberto do Amaral Lapa,⁶⁰ texto no qual seu autor, baseado em dados do Arquivo Nacional, faz um balanço da produção historiográfica da década

⁶⁰ LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências Atuais da Historiografia Brasileira. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, n. 4, pp. 153-172, set. 1982.

de setenta no Brasil. Lapa apresenta dados relativos à história administrativa e à genealogia, subdivisões que contemporaneamente sequer são mencionadas nos trabalhos teóricos de classificação do conhecimento histórico em áreas. No mesmo artigo não há referências explícitas a uma das especialidades mais praticadas na historiografia hodierna, a história cultural.

No entanto, a emergência de determinadas áreas ou o desaparecimento de outras não é o único problema a ser enfrentado por quem objetiva classificar os artigos em especialidades. Considero esta, aliás, uma das menores dificuldades, facilmente contornável com a separação dos artigos de acordo com a designação da época. Entrave mais grave reside nas transformações das práticas historiográficas ao longo do tempo. A história política do início da década de oitenta e a praticada no final do século XX, por exemplo, podem ser muito diferentes em seus interesses, abordagens e finalidades, conquanto a expressão *história política* seja a mesma. A história social, muitas vezes associada nas décadas de sessenta e setenta a preceitos estruturalistas ou ao uso de métodos quantitativos, diluiu-se, atualmente, em variações diversas e apropriou-se de novos temas e métodos, mas, ainda assim, manteve a mesma denominação.⁶¹ Por outro lado, alguns trabalhos historiográficos de quarenta ou cinquenta anos atrás apresentam semelhanças com os atuais, embora a denominação tenha sido alterada: é o caso da dita *história do pensamento*, que deixou de ser assim nomeada e passou, dependendo da tradição e do caso, a ser chamada de história intelectual ou das ideias.

Como se não bastasse, há, contemporaneamente, uma imprecisão disseminada acerca do que caracteriza cada área, gerando controvérsias infundáveis. Para não me prolongar demasiadamente em tema cuja complexidade é reconhecida por grande parte dos historiadores, ilustro o caso com a contraposição de dois capítulos do livro *Domínios da História*.⁶² Trata-se do texto *História Social*, de Hebe Castro, que se propõe a caracterizar o ramo da história social; e do texto *História das Mentalidades e História Cultural*, de Ronaldo Vainfas, que delimita o

⁶¹ Para uma história da história social, desde a década de 1930, ver CASTRO, Hebe. *História Social*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁶² CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**. *Op. Cit.* A indicação da similaridade de conceituação entre os textos de Vainfas e Castro provém de informação verbal expressa pela professora Tereza Cristina Kirschner na palestra *Gênese da História Social e da História Cultural* (II Seminário dos Estudantes de História), proferida em 13 de agosto de 2010, na Universidade de Brasília.

âmbito da história cultural. Nas duas caracterizações, cada uma a seu modo, história social e história cultural aparecem como especialidades tributárias da história das mentalidades e abertas aos diálogos com a antropologia. Além disso, ambas estariam direcionando o centro da atenção para as experiências sociais singulares (e não estruturais). A leitura dos dois textos certifica-nos dos problemas de definição dos termos, deixando-nos a impressão de que a conceituação quase sempre está relacionada à perspectiva do analista, que tem uma margem de manobra razoavelmente extensa para delimitar as áreas, embora limitada.

O que se conclui de tudo isso é a inexistência de modelos ou gabaritos a partir dos quais se pode avaliar os trabalhos historiográficos e discriminá-los como pertencentes a uma ou outra área. Embora qualquer estratégia esteja fadada a questionamentos de ordens diversas, adotei três táticas para classificar o variado conjunto de artigos da RBH em especialidades:

1ª – focar no significado dos termos que compõem cada área. Nesse sentido, a expressão história política é ilustrativa: determinadas práticas historiográficas do início da década de oitenta e do final da década de noventa podem ser denominadas de história política, *apesar* das diferenças de interesses, abordagens e finalidades, porque cada uma opera e tem como pressuposto um significado específico (datado) do que pode ou não ser considerado do âmbito político. Se os estudos sobre a dimensão política da realidade enfatizam as decisões estatais, o papel de grandes homens, os tratados diplomáticos ou, por outro lado, a microfísica do poder, a cultura política, os jogos partidários... em quaisquer dos casos, o norteador consubstancia-se em um significado compartilhado na época, por determinados indivíduos, do que é ou não *política*. Por isso, não me parece incongruente o fato de que dois trabalhos historiográficos do final do século XIX e do XX sejam classificados como de história política. Como recorte de um todo complexo, a dimensão política pode assumir diferentes delimitações;

2ª – aceitar como pressuposto implícito determinadas definições atuais (consentâneas com a produção das décadas de oitenta e noventa) acerca do

que cada área abarca, como os textos supracitados de Castro e Vainfas.⁶³ Evidentemente, não os usei como modelos. No entanto, não se pode pensar que, por não serem definições acabadas e irrefutáveis, são, por isso, dispensáveis. Considerando cada texto em suas particularidades, aproveitei o que me pareceu *comum* à maior parte deles, tais como as próprias definições daquilo que caracteriza, nos textos historiográficos, o âmbito político, cultural, econômico, intelectual e social.

3ª – “ouvir” as fontes: “em vez de um interrogatório impaciente que, sem cessar, interrompe a testemunha para lhe dizer: 'voltemos à questão', o historiador pergunta ao documento: 'quem és tu? Ensina-me a conhecer-te'”.⁶⁴ Ou, de outra maneira, elaborar critérios extraídos das próprias fontes, em um exercício constante de *contraste* entre o recorte da realidade privilegiado por cada artigo e as definições comuns nos diversos textos da literatura sobre o que determina as áreas historiográficas. Essa relação circular entre fonte e proposições teóricas permitiu-me reformular e apurar o modo como concebi as especialidades.

As três táticas, *praticadas contínua e simultaneamente*, facilitaram o processo de enquadramento dos artigos. No entanto, todo este aparato, definitivamente, não assegurou a separação nítida e rigorosa dos artigos em áreas, menos por deficiência teórica que pelas características da própria historiografia contemporânea.

⁶³ Entre outros textos: BURMESTER, Ana Maria. **A (des)construção do discurso histórico**: a historiografia brasileira dos anos 70. 2 ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998; SAMARA, Eni de Mesquita. Introdução. In: _____(org.). **Historiografia brasileira em debate**: “olhares, recortes e tendências”. – São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002; GLEZER, Raquel. História da historiografia brasileira: construção e permanências. In: SAMARA, Eni de Mesquita. Introdução (org.). **Historiografia brasileira em debate**: “olhares, recortes e tendências”. – São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002; FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História do Brasil (1980 – 1989)**: série de dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. v. 2; DIEHL, Astor A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**: experiências e horizontes. 2 ed. revista e ampliada. – Passo Fundo: Edupf, 2004; BARROS, José D’Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004; CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. SILVA, Helenice R. A História Intelectual em Questão. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 15-24; KIRSCHNER, Tereza C.; LACERDA, S. Tradições intelectuais e espaços historiográficos ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 25-39.

⁶⁴ MARROU, Henri-Irénée. A História faz-se com Documentos. In: **Do Conhecimento Histórico**. 3 ed. Lisboa: Editorial Áster, 1974. p. 109.

A ampliação e fluidez dos significados do que é político, cultural, social, econômico, entre outros, obrigou-me a considerar que grande parte dos artigos é apenas *preponderantemente* de uma área, e não exclusivamente. A parcela da realidade escolhida pelo historiador para ser compreendida, analisada e explicada, geralmente se imiscui a outras instâncias e níveis. Como bem observou José d'Assunção Barros,

apesar de falarmos freqüentemente em uma 'História Econômica', em uma 'História Política', em uma 'História Cultural', e assim por diante, a verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos e culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas. Mas o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram *criados pelos próprios historiadores* para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos.⁶⁵

Não há, portanto, formas puras ou mesmo desvinculadas do espaço e tempo em que foram produzidas.

A partir das ponderações acima, identifiquei nos artigos da *Revista Brasileira de História* cinco grandes áreas, cada uma com relativa autonomia e cuja ênfase é recortar o todo complexo dos fenômenos históricos em setores:

- História Social;
- História Cultural;
- História Política;
- História Econômica;
- História das Ideias;

E três especialidades de cunho metateórico:

- Historiografia;
- Teoria/ Filosofia/ Metodologia da História;
- Ensino de História.

⁶⁵ BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**. *Op. Cit.* p. 15. Grifo meu.

A seguir, descrevo sucintamente cada especialidade a fim de facilitar o entendimento do modo como aloquei os artigos em áreas, tendo em conta as três táticas que usei para distribuí-los.

1.1.3.1.1. História Social

Os textos classificados como pertencentes à história social focalizam, *prioritariamente*, as relações sociais, ainda que de maneiras muito diferentes: relações de exploração entre grupos sociais (subordinados/ insubordinados,⁶⁶ dominantes/ dominados,⁶⁷ senhores/ escravos,⁶⁸ índios/ Jesuítas⁶⁹), de resistência,⁷⁰ massacres sociais,⁷¹ entre outras. Podem também pautarem-se na descrição da formação de elites,⁷² imigrações,⁷³ imposição de padrões sociais de comportamento,⁷⁴ processos sociais de produção,⁷⁵ mecanismos de

⁶⁶ MARSON, Izabel Andrade. Trabalho Livre e Progresso. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 4, n. 7, pp. 81-93, set. 1984. Dossiê: ¿Hay Gobierno?

⁶⁷ ANTONACCI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de “empate” no Acre. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 28, pp. 247-267, 1994. Dossiê: Espaço Plural.

⁶⁸ REIS, Liana Maria. Vivendo a Liberdade: fugas e estratégias de sobrevivência no cotidiano escravista mineiro. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 16, n. 31/32, pp. 179-192, 1996. Dossiê: Confrontos e Perspectivas.

⁶⁹ BELLOTO, Heloisa Liberalli. Trabalho Indígena, Regalismo e Colonização no Estado do Maranhão nos Séculos XVII e XVIII. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, n. 4, pp. 177-192, set. 1982.

⁷⁰ LINEBAUGH, Peter. Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 3, n. 6, pp. 7-46, set. 1984. Dossiê: À Lucta, Trabalhadores!

⁷¹ CABRERA, Héctor Hernan Bruit. Crônica de um massacre – Uma greve operário-camponesa contra a United Fruit Co. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 5, n. 10, pp. 28-53, mar./ ago. 1985. Dossiê: Produção & Transgressões.

⁷² BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 18, n. 36, pp. 281-296, 1998. Dossiê: Ensino de História: Novos Problemas. Do Império de Portugal ao Império do Brasil.

⁷³ MOURA, Denise Aparecida Soares de. Andantes de Novos Rumos: a vinda de migrantes cearenses para fazendas de café paulistas em 1878. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 17, n. 34, pp. 119-132, 1997. Dossiê: Travessia: Migrações.

⁷⁴ STORCH, Robert. O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 5, n. 8/9, pp. 7-33, set. 1984/ abr. 1985. Dossiê: Cultura & Cidades.

⁷⁵ REICHEL, Heloisa Jochims. O Processo de Produção nas Estâncias de Buenos Aires (1830-1840). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 22, pp. 133-173, mar./ ago. 1991. Dossiê: Estruturas Agrárias e Relações de Poder.

marginalização,⁷⁶ relações entre os membros familiares,⁷⁷ regulação das condições de trabalho,⁷⁸ etc. Ou, ainda, investigam manifestações sociais, grupos de trabalhadores,⁷⁹ classes,⁸⁰ estratos sociais, revoltas populares, massas,⁸¹ contradições sociais, lavradores,⁸² entre tantas outras possibilidades. O epicentro da pesquisa gira em torno das interações entre grupos e instituições, camadas sociais ou na relação de sociedades entre si. O recorte é sempre o social, ainda que este adquira feições estruturalistas ou não-estruturalistas.

1.1.3.1.2. História Cultural

O significado da palavra cultura é um dos mais explorados, menos definidos e mais fugidios. A área história cultural traz consigo parte da polissemia do adjetivo que lhe caracteriza. Tentar defini-la *a priori* e abstratamente parece tarefa invariavelmente inglória. Por isso, apresentarei, em duas partes, por que determinados artigos foram classificados como pertinentes à especialidade história cultural. Na primeira delimito o campo de observação da história cultural; e na segunda parte ilustro, por meio de artigos da RBH, como as pesquisas dessa área são materializadas.

⁷⁶ PERARO, Maria Adenir. O princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no séc. XIX. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 19, n. 38, pp. 55-80, 1999. Dossiê: identidades/alteridades.

⁷⁷ SAMARA, Eni de Mesquita. Patriarcalismo, Família e Poder na Sociedade Brasileira (séculos XVI-XIX). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 22, pp.-, mar./ ago. 1991. Dossiê: Estruturas Agrárias e Relações de Poder.

⁷⁸ BAKOS, Margaret Marchiori. Regulamentos sobre o Serviço dos Criados: um Estudo sobre o Relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 4, n. 7, pp. 94-103, set. 1984. Dossiê: ¿Hay Gobierno?

⁷⁹ COSTA, Emília Viotti da. A Nova Face do Movimento Operário na Primeira República. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, n. 4, pp. 217-232, set. 1982.

⁸⁰ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 12, n. 23/24, pp. 111-124, set. 1991/ ago. 1992. Dossiê: Política & Cultura.

⁸¹ SAES, Décio Azevedo Marques. A Participação das Massas Brasileiras na Revolução Anti-Escravista e Anti-Monárquica – 1888-1891. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 1, pp. 13-24, mar. 1981.

⁸² IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. As Lutas Camponesas no Rio Grande do Sul e a Formação do M.S.T. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 22, pp. 49-70, mar./ ago. 1991. Dossiê: Estruturas Agrárias e Relações de Poder.

De modo geral, o campo de observação dos estudos de história cultural dizem respeito aos valores humanos, consubstanciados em práticas, experiências individuais ou grupais, artefatos de naturezas variadas, costumes, símbolos, preferências, crenças, comportamentos, sensibilidades, signos, ações e reações frente a determinadas circunstâncias, opções de conduta etc. Refere-se àquilo que caracteriza uma particularidade de um agrupamento de indivíduos.⁸³

Dentre as muitas possibilidades de análise, as investigações dos textos da história cultural na RBH buscaram compreender concepções de corpo,⁸⁴ comportamento sexual,⁸⁵ práticas de feitiçaria,⁸⁶ relações de gênero,⁸⁷ perspectivas sobre o casamento,⁸⁸ medidas judicativas por traição conjugal,⁸⁹ representações da

⁸³ Cf. EAGLETON, Terry. Cultura em Crise. In: **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. pp. 51-77.

⁸⁴ COURTINE, Jean Jacques; HAROCHE, Claudine. O homem desfigurado – Semiologia e Antropologia política de expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 7, n. 13, pp. 7-32, set. 1986/ fev. 1987. Dossiê: Cultura & Linguagens; PRIORE, Mary Del. Viagem pelo imaginário do interior feminino. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 19, n. 37, pp. 179-194, 1999. Dossiê: infância e adolescência.

⁸⁵ MOTT, Luiz Roberto de Barros. Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colônia. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 5, n. 10, pp. 99-122, mar./ ago. 1985. Dossiê: Produção & Transgressões.

⁸⁶ NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. Sexualidade e Desejo: as Feiticeiras de Castela. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 8, n. 15, pp. 169-184, set. 1987/ fev. 1988. Dossiê: Sociedade & Cultura; REIS, João José. Magia Jeje na Bahia: A Invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 8, n. 16, pp. 57-81, mar./ ago. 1988. Dossiê: Escravidão.

⁸⁷ MARQUES, Luiz. La Donna di Garbo. Pintoras e Mulheres de Letras entre os Séculos XVIII e XIX. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 18, pp. 67-81, ago./ set. 1988. Dossiê: A Mulher no Espaço Público; RENOLDI-TOCALINO, Magda M. Vozes no Escuro: notas sobre a escritura da mulher brasileira no período colonial. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 12, n. 23/24, pp. 167-179, set. 1991/ ago. 1992. Dossiê: Política & Cultura; MATOS, Maria Izilda Santos de; FARIA, Fernando A. No Cotidiano da Boemia o feminino, o masculino e suas relações em Lupicínio Rodrigues. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 16, n. 31/32, pp. 249-273, 1996. Dossiê: Confrontos e Perspectivas.

⁸⁸ FONSECA, Cláudia. Solteironas de Fino Trato: Reflexões em Torno do (Não-)Casamento entre Pequeno-Burguesas no Início do Século. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 18, pp. 99-120, ago./ set. 1988. Dossiê: A Mulher no Espaço Público.

⁸⁹ SOIHET, Rachel. Mulheres Ousadas e Apaixonadas – Uma Investigação em Processos Criminais Cariocas (1890-1930). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 18, pp. 199-216, ago./ set. 1988. Dossiê: A Mulher no Espaço Público.

mulher ideal,⁹⁰ o papel político do teatro,⁹¹ conceitos norteadores de conduta,⁹² experiência e imaginação acerca dos indígenas,⁹³ artefatos técnicos e científicos,⁹⁴ mentalidade religiosa,⁹⁵ identidade cultural,⁹⁶ museu,⁹⁷ ética do trabalho,⁹⁸ marcos de nacionalidade,⁹⁹ visões de mundo,¹⁰⁰ sentimento de pertença,¹⁰¹ simbolização de

⁹⁰ ENGEL, Magali Gouveia. Imagens Femininas em Romances Naturalistas Brasileiros (1881-1903). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 18, pp. 237-258, ago./ set. 1988. Dossiê: A Mulher no Espaço Público.

⁹¹ GIOVANNI, Claudio. Revolução Francesa e Teatro. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 10, n. 20, pp. 75-100, mar./ ago. 1990. Dossiê: Reforma e Revolução.

⁹² LANCIANI, Giulia. O Maravilhoso como critério de diferenciação entre sistemas culturais. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 21, pp. 21-26, set. 1990/ fev. 1991. Dossiê: América, Américas.

⁹³ SILVA, Janice Theodoro da. Colombo: entre a experiência e a imaginação. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 21, pp. 27-44, set. 1990/ fev. 1991. Dossiê: América, Américas.

⁹⁴ NOVINSKY, Anita W. O Papel dos Judeus nos Grandes Descobrimentos. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 21, pp. 65-75, set. 1990/ fev. 1991. Dossiê: América, Américas.

⁹⁵ VAINFAS, Ronaldo. Colonialismo e Idolatrias: Cultura e Resistência Indígenas no Mundo Colonial Ibérico. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 21, pp. 101-124, set. 1990/ fev. 1991. Dossiê: América, Américas; FREITAS FILHO, Almir Pita. Tecnologia e Escravidão no Brasil: aspectos da modernização agrícola nas Exposições Nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 22, pp. 71-92, mar./ ago. 1991. Dossiê: Estruturas Agrárias e Relações de Poder.

⁹⁶ NAXARA, Márcia Regina Capelari. A Construção da Identidade: um momento privilegiado. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 12, n. 23/24, pp. 181-190, set. 1991/ ago. 1992. Dossiê: Política & Cultura; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A reunificação: enfim, um país para a Alemanha? In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 28, pp. 101-110, 1994. Dossiê: Espaço Plural; ARIAS Neto, José Miguel. O pioneirismo: discurso político e identidade regional. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 28, pp. 194-207, 1994. Dossiê: Espaço Plural; CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 16, n. 31/32, pp. 328-352, 1996. Dossiê: Confrontos e Perspectivas.

⁹⁷ PARADA, Maurício Barreto Alvarez. A fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: a elite carioca e as imagens da modernidade no Brasil dos anos 50. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 27, pp. 113-128, 1994. Dossiê: Brasil 1954-1964.

⁹⁸ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Bandeirantes do progresso: imagens do trabalho e do trabalhador na cidade em festa. São Paulo, 25 de janeiro de 1954. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 28, pp. 231-246, 1994. Dossiê: Espaço Plural; ARAÚJO, Hermetes Reis de. Técnica, Trabalho e Natureza na Sociedade Escravista. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 18, n. 35, pp. 287-305, 1998. Dossiê: arte e linguagens.

⁹⁹ LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 15, n. 29, pp. 173-206, 1995. Dossiê: Representações; SERPA, Élio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 20, n. 39, pp. 69-97, 2000. Dossiê: Brasil, Brasis.

encenações,¹⁰² manifestações religiosas,¹⁰³ legado cultural,¹⁰⁴ código de conduta religiosa,¹⁰⁵ artefatos artísticos,¹⁰⁶ costumes de grupos específicos,¹⁰⁷ noções de temporalidade,¹⁰⁸ entre tantos outros objetos de interesse.

Considerarei, portanto, partícipes da especialidade história cultural os textos nos quais em primeiro plano aparece uma preocupação com os valores humanos, em sentido amplo.

¹⁰⁰ POMPA, Cristina. Profetas e santidades selvagens. Missionários e *caraibas* no Brasil colonial. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 20, n. 40, pp. 177-195, 2000. Dossiê: Estado e Controle Social.

¹⁰¹ PELOSI, Hebe Carmen. A Perspectiva Americana nas Revistas Históricas Argentinas da Segunda Metade do século XIX. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 16, n. 31/32, pp. 119-142, 1996. Dossiê: Confrontos e Perspectivas.

¹⁰² BARREIRO, José Carlos. Antropofagia e Cultura: a construção de uma identidade. O mundo invertido dos escravos. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 16, n. 31/32, pp. 165-178, 1996. Dossiê: Confrontos e Perspectivas; FLORES, Maria Bernardes de. *Et al.* Imagem e Pedagogia, da Cruz de Cedro Renasce uma Cidade In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 16, n. 31/32, pp. 207-224, 1996. Dossiê: Confrontos e Perspectivas.

¹⁰³ FURTADO, Junia Ferreira. Desfilas: a procissão barroca. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Unijuí, v. 17, n. 33, pp. 251-279, 1997. Dossiê: Biografia, biografias.

¹⁰⁴ COLIBARI, Antonia de Lourdes. Familismo e Ética do Trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a Cultura Brasileira. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 17, n. 34, pp. 53-74, 1997. Dossiê: Travessia: Migrações.

¹⁰⁵ GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura clerical e a folia popular. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 17, n. 34, pp. 183-202, 1997. Dossiê: Travessia: Migrações.

¹⁰⁶ CONTIER, Arnaldo Daraya. Edu Lobo e Carlos Lyra: o Nacional e o Popular na canção de protesto (os anos 60). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 18, n. 35, pp. 13-52, 1998. Dossiê: arte e linguagens; NAPOLITANO, Marcos; VILLAÇA, Mariana Martins. Tropicalismo: as relíquias do Brasil em debate. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 18, n. 35, pp. 53-75, 1998. Dossiê: arte e linguagens; MORETTIN, Eduardo Victorio. *Quadros em movimento: o uso das fontes iconográficas no filme Os Bandeirantes* (1940), de Humberto Mauro. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 18, n. 35, pp. 105-131, 1998. Dossiê: arte e linguagens; NORTE, Sergio Augusto Queiroz. *Ars Anarchica – Arte, Vida e Rebeldia*. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 18, n. 35, pp. 133-164, 1998. Dossiê: arte e linguagens.

¹⁰⁷ RODRIGUES, Jaime. Cultura marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil (sécs. XVIII e XIX). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 19, n. 38, pp. 15-53, 1999. Dossiê: identidades/ alteridades.

¹⁰⁸ KOGURUMA, Paulo. A saracura: ritmos sociais e temporalidades da metrópole do café (1890-1920). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 19, n. 38, pp. 81-99, 1999. Dossiê: identidades/ alteridades.

1.1.3.1.3. História Política

Os textos de história política presentes na *Revista Brasileira de História* têm majoritariamente como foco uma concepção de política ligada ao Estado, às atividades de instituições governamentais, às ideologias que presidiam pensamentos acerca do Estado,¹⁰⁹ ao ordenamento jurídico-político,¹¹⁰ às relações estadista/cidadãos,¹¹¹ às discussões parlamentares,¹¹² aos discursos políticos, às políticas públicas,¹¹³ à política externa,¹¹⁴ e ao âmbito partidário.¹¹⁵ Alguns textos, contudo, desviaram-se dessa perspectiva e perscrutaram as estratégias de poder de famílias oligárquicas,¹¹⁶ ou, o que é sintomático de uma nova visão a respeito das pesquisas nessa área, investigaram uma dada *cultura política*.¹¹⁷ Assim, aloquei em história política *tanto* os textos que concebem o âmbito político como expressão do poder centralizado em indivíduos ou instituições *quanto* artigos que entendem o poder

¹⁰⁹ TREVISAN, Maria José. Anos 50: os Empresários e a Produção Cultural. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 8, n. 15, pp. 139-156, set. 1987/ fev. 1988. Dossiê: Sociedade & Cultura.

¹¹⁰ NOVAIS, Fernando. O Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: Alguns Aspectos. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 4, n. 7, pp. 105-118, set. 1984. Dossiê: ¿Hay Gobierno?

¹¹¹ WOLFE, Joel. "Pai dos pobres" ou "Mãe dos ricos"?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 27, pp. 27-59, 1994. Dossiê: Brasil 1954-1964.

¹¹² CARVALHO, José Murilo de. Modernização Frustrada: a Política de Terras no Império. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 1, pp. 39-57, mar. 1981.

¹¹³ NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915-1932). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 15, n. 29, pp.93 122-, 1995. Dossiê: Representações.

¹¹⁴ VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e política externa independente. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 27, pp. 99-111, 1994. Dossiê: Brasil 1954-1964.

¹¹⁵ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. As Relações Estado/ Sociedade numa Província Periférica: o caso do Rio Grande do Sul (1845-1889). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 1, pp. 81-97, mar. 1981.

¹¹⁶ OLIVEIRA, Flávia Arlanch M. "Famílias Proprietárias e Estratégias de Poder Local no Século Passado"; In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 17, pp. 65-85, set. 1988/ fev. 1989. Dossiê: Família e Grupos de Convívio.

¹¹⁷ MARSON, Izabel A. "Entre a 'Vertigem' e a Razão: Representações da Revolução na Política Pernambucana, 1838-1850"; In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 10, n. 20, pp. 173-210, mar./ ago. 1990. Dossiê: Reforma e Revolução. GRAHAM, Sandra L. "O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro em 1880"; In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 10, n. 20, pp. 211-232, mar./ ago. 1990. Dossiê: Reforma e Revolução.

“como um tipo de *relação social concebida* eventualmente como de natureza plural — os *poderes*”.¹¹⁸

1.1.3.1.4. História Econômica

A história econômica é uma das áreas mais difíceis de delimitação, sobretudo pela constante intersecção que faz com a história social. Por isso, os poucos artigos alocados nessa especialidade são aqueles cuja menção aos grupos sociais ou à sociedade como um todo são secundárias ou quase inexistentes. Nestes textos, os dados macroeconômicos, a divisão internacional do trabalho,¹¹⁹ a discussão teórica sobre sistemas, as atividades econômicas,¹²⁰ o processo capitalista de acumulação,¹²¹ as ações estatais frente à crise do final do século XIX,¹²² as relações entre economias periféricas e centrais,¹²³ entre outras, formam o foco de atenção, o primado a partir do qual os aspectos sociais têm um papel coadjuvante.

1.1.3.1.5. História das Ideias

Como já mencionei acima, uma expressão comumente usada nas décadas de sessenta e setenta para designar textos que analisavam uma ou mais “ideias” era *história do pensamento*, cuja preocupação quase sempre se voltava a ideias políticas. No correr da década de oitenta, porém, essa expressão foi paulatinamente

¹¹⁸ Ver FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**. Op. Cit. Ver também BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 12, n. 23/24, pp. 7-18, set. 1991/ ago. 1992. Dossiê: Política & Cultura.

¹¹⁹ RIBEIRO Jr., José. A Economia Algodoeira em Pernambuco: Da Colônia à Independência. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 2, pp. 235-242, set. 1981.

¹²⁰ FUNARI, Pedro Paulo A. "As Estratégias de Exploração de Recursos no Vale do Guadalquivir em Época Romana"; In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 6, n. 12, pp. 169-186, mar./ ago. 1986. Dossiê: Terra & Poder.

¹²¹ LEITE, Glacyra L. "História do Processo Capitalista na América Latina: Estudo do Vale do Paranapanema. 1850-1880; In: **Rev. Brás. de Hist.** - São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, n. 4, pp. 243-258.

¹²² SAES, Flávio Azevedo Marques de. "Estado e Sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906)"; In: **Rev. Brás. de Hist.** - São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 2, pp. 243-258.

¹²³ PERRUCCI, Gadiel; BERNARDES, Denis. Nordeste: uma revisão necessária. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 1, pp. 25-38, mar. 1981.

abandonada, e outras duas terminologias passaram a figurar em pesquisas de natureza semelhante ou idêntica: história intelectual e história das ideias. No entanto, há divergência a respeito da sinonímia ou diferença semântica entre esses novos termos. De acordo com Helenice Silva, é preciso diferenciar uma história intelectual (*Intellectual History*), praticada nos Estados Unidos, da história intelectual (*Histoire Intellectuelle*), praticada na França, da história das ideias (*Histoire des idées*), também de origem francesa. A história intelectual de linhagem norte-americana teria como foco uma abordagem exclusivamente literária (e mesmo linguística) de uma obra, dando ênfase a uma análise interna da mesma. Por seu turno, a história intelectual de linha francesa objetivaria "restituir, do ponto de vista sociológico, filosófico e histórico, o contexto de produção de uma obra. No entanto, ela difere da tradicional história das ideias (na acepção francesa), que se restringe quase sempre a uma crônica das ideias e a uma justaposição cronológica de resumos de textos políticos e/ ou filosóficos".¹²⁴ Já Tereza Cristina Kirschner e Sonia Lacerda referem-se à diferenciação entre história intelectual e história das ideias considerando, no plano das tradições acadêmicas, a primeira como uma denominação norte-americana e a segunda como europeia. Além disso, chamam a atenção para o mal-entendido que distingue uma abordagem "textualista" (supostamente característica da história intelectual) de outra "contextualista" (supostamente característica da história das ideias). De acordo com as autoras,

o que está em causa não é um confronto entre análises que contemplam ou abstraem o contexto, e sim distintas maneiras de entender o contexto. É difícil, com efeito, descobrir uma história de 'idéias' que pretenda ou consiga ignorar o 'contexto', se a noção de contexto for tomada na acepção ampla de circunstâncias culturais ou quadro temporal que esclarecem o conteúdo semântico de qualquer vocabulário, poético, religioso, filosófico ou coloquial. Nenhum historiador de peso ignora ingenuamente que os significados dependem do tempo e da linguagem que formam seu 'contexto' (no sentido lato).¹²⁵

O debate para marcar território é extenso: não começa nem termina por aqui. Por isso, preferi alocar textos que, a rigor, poderiam ser, dependendo da perspectiva do observador, situados de modo preciso em história intelectual ou história das

¹²⁴ SILVA, Helenice R. A História Intelectual em Questão. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 15-24.

¹²⁵ KIRSCHNER, Tereza C.; LACERDA, S. Tradições intelectuais e espaços historiográficos ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 25-39.

ideias, como pertencentes à área história das ideias, desconsiderando, assim, possíveis especificidades de artigos cuja inspiração fosse proveniente estritamente de uma ou outra corrente. Desta maneira, a área denominada história das ideias, nesta pesquisa, comporta, simultaneamente, trabalhos de história intelectual – seja de análise internalista, como define Silva, ou de tradição historiográfica norte-americana, como sugerem Kirschner e Lacerda – e de história das ideias – seja como análise das condições de produção do texto, conforme Silva, ou de tradição historiográfica europeia, de acordo com Kirschner e Lacerda.

Os textos classificados como história das ideias na *Revista Brasileira de História* analisam ideias e/ ou conceitos presentes em um ou mais autores de obras que podem ter características diversas, como literária, científica, pedagógica, psicológica, filosófica, de teoria política, entre outras. Podem, ou não, remetê-las a um contexto sócio-cultural. De modo geral, os artigos dessa área examinam ideias específicas de pensadores brasileiros importantes,¹²⁶ fazem comentários teóricos sobre o modo como literatos absorveram dados eventos históricos,¹²⁷ discutem conceitos filosóficos aplicados à Revolução Francesa,¹²⁸ ou como um mesmo fenômeno social foi interpretado por intelectuais distintos.¹²⁹

¹²⁶ CAMPOS, André Luiz V. "A República do Picapau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato"; In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 6, n. 12, pp. 65-72, mar./ ago. 1986. Dossiê: Terra & Poder. SILVA, José M. "Salvar a América - Educação e História: Nuances do Radicalismo Republicano em Manoel Bomfim"; In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 19, pp. 115-134, set. 1989/ fev. 1990. Dossiê: História em Quadro-Negro. Escola, Ensino e Aprendizagem.

¹²⁷ FREITAS, Maria T. "Ficção e História: Malraux e a Guerra Civil Espanhola"; In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 7, n. 13, pp. 137-152, set. 1986/ fev. 1987. Dossiê: Cultura & Linguagens. BRESCIANI, Maria S. "Carlyle: A Revolução Francesa e o Engendramento dos Tempos Modernos"; In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 10, n. 20, pp. 100-112, mar./ ago. 1990. Dossiê: Reforma e Revolução.

¹²⁸ SILVA, Roberto R. "O Sublime e o Prosaico: Revolução Contra Reforma"; **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 10, n. 20, pp. 39-62, mar./ ago. 1990. Dossiê: Reforma e Revolução.

¹²⁹ COCHART, Dominique. "As Multidões e a Comuna: Análise dos Primeiros Escritos sobre a Psicologia das Multidões"; In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 19, pp. 113-120, set. 1989/ fev. 1990. Dossiê: História em Quadro-Negro. Escola, Ensino e Aprendizagem. MARSON, Adalberto. "A Locomotiva e a Célula: Imagens Opostas da Mesma Revolução (Rússia, 1918)"; In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 19, pp. 129-146, set. 1989/ fev. 1990. Dossiê: História em Quadro-Negro. Escola, Ensino e Aprendizagem.

1.1.3.1.6. Historiografia

Os artigos alocados na área historiografia investigaram uma ou mais obras historiográficas. Para que fique claro, considere obra historiográfica aquela cujo interesse volta-se à história em seu acontecer e que esteve ou está compreendida dentro de parâmetros aceitáveis pela comunidade acadêmica de historiadores de sua época e/ ou da atual.

Os estudos sobre historiografia na RBH incluem, por exemplo, discussões da literatura de um tema,¹³⁰ conceito,¹³¹ autor,¹³² escola/ corrente de pensamento¹³³ ou área historiográfica.¹³⁴ Além disso, podem versar sobre história da historiografia, discorrendo acerca de tendências temáticas,¹³⁵ uso de fontes, perspectivas teóricas,¹³⁶ abordagens,¹³⁷ diálogos interdisciplinares,¹³⁸ ou articulações dessas possibilidades.

¹³⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 21, pp.227-240, set. 1990/ fev. 1991. Dossiê: América, Américas; MENDONÇA, Sonia Regina de. Dez anos de economia brasileira: História e historiografia (1954-1964). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 27, pp. 87-99, 1994. Dossiê: Brasil 1954-1964.

¹³¹ MUNAKATA, Kazumi. Compromisso do Estado. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 4, n. 7, pp. 58-71, set. 1984. Dossiê: ¿Hay Gobierno?

¹³² RAMINELLI, Ronald. Compor e decompor: ensaio sobre a história em Ginzburg. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 13, n. 25/26, pp. 81-96, set. 1992/ ago. 1993. Dossiê: Memória, História, Historiografia. Ensino de História.

¹³³ SCHAPOCHNIK, Nelson. Como se escreve a história? In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 13, n. 25/26, pp. 67-80, set. 1992/ ago. 1993. Dossiê: Memória, História, Historiografia. Ensino de História.

¹³⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências Atuais da Historiografia Brasileira. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, n. 4, pp. 153-172, set. 1982.

¹³⁵ MACHADO, Maria Pereira Toledo. Em torno da Autonomia Escrava: Nova Direção para a História Social da Escravidão. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 8, n. 16, pp. 143-160, mar./ ago. 1988. Dossiê: Escravidão; DECCA, Edgar Salvadori de. A Revolução Acabou. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 10, n. 20, pp. 63-74, mar./ ago. 1990. Dossiê: Reforma e Revolução.

¹³⁶ COSTA, Emília Viotti da. A Dialética Invertida: 1960-1990. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 27, pp. 9-26, 1994. Dossiê: Brasil 1954-1964.

¹³⁷ MARCHI, Euclides *et al.* Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 13, n. 25/26, pp. 133-141, set. 1992/ ago. 1993. Dossiê: Memória, História, Historiografia. Ensino de História.

¹³⁸ IGLÉSIAS, Francisco. A Historiografia Brasileira Atual e a Interdisciplinaridade. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 3, n. 5, pp. 129-141, mar. 1983.

1.1.3.1.7. Teoria/ Filosofia/ Metodologia da História

Artigos classificados nessa área podem se ocupar com: 1) as possibilidades cognitivas do fazer historiográfico;¹³⁹ 2) as filosofias da história;¹⁴⁰ 3) os procedimentos metódicos e/ ou conceituais praticados pelos historiadores a fim de transformar documentos em um trabalho historiográfico.¹⁴¹ Ou, ainda, uma combinação entre essas três vertentes.

1.1.3.1.8. Ensino de História

Os textos classificados na área ensino de história dizem respeito à história do ensino de história,¹⁴² a experiências em sala de aula,¹⁴³ a discussões sobre a prática pedagógica,¹⁴⁴ aos currículos,¹⁴⁵ aos livros e materiais escolares,¹⁴⁶ às concepções

¹³⁹ SILVA, Marcos Antonio da. O Trabalho da Linguagem. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 6, n. 11, pp. 45-61, set. 1985/ fev. 1986. Dossiê: Sociedade & Trabalho na História.

¹⁴⁰ BRESCIANI, Maria Stella M. Carlyle: A Revolução Francesa e o Engendramento dos Tempos Modernos. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 10, n. 20, pp. 101-112, mar./ ago. 1990. Dossiê: Reforma e Revolução.

¹⁴¹ HILL, Christopher. Uma revolução burguesa? In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 4, n. 7, pp. 7-32, set. 1984. Dossiê: ¿Hay Gobierno?; FENELON, Déa Ribeiro. Estado, Poder e Classes Sociais. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 4, n. 7, pp. 33-57, set. 1984. Dossiê: ¿Hay Gobierno?

¹⁴² NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 13, n. 25/26, pp. 143-162, set. 1992/ ago. 1993. Dossiê: Memória, História, Historiografia. Ensino de História.

¹⁴³ ZAMBONI, Ernesta. Sociedade e Trabalho e os primeiros anos de escolaridade - introdução das noções básicas para a formação de um conceito: trabalho. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 6, n. 11, pp. 117-126, set. 1985/ fev. 1986. Dossiê: Sociedade & Trabalho na História; GAGLIARDI, Célia Morato. et al. Reflexões Sobre a Prática Diária no Ensino de História. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 19, pp. 143-179, set. 1989/ fev. 1990. Dossiê: História em Quadro-Negro. Escola, Ensino e Aprendizagem.

¹⁴⁴ ANTONACCI, Maria Antonieta Martines; SILVA, Marcos Antonio da. Vivências da Contramão – Produção de Saber Histórico e Processo de Trabalho na Escola de 1º e 2º Graus. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 19, pp. 9-29, set. 1989/ fev. 1990. Dossiê: História em Quadro-Negro. Escola, Ensino e Aprendizagem.

¹⁴⁵ NADAI, Elza. A escola pública contemporânea: os currículos oficiais da História e o Ensino Temático. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 6, n. 11, pp. 99-116, set. 1985/ fev. 1986. Dossiê: Sociedade & Trabalho na História.

¹⁴⁶ SOFFIATI Neto, Aristides Arthur. A Ausência da Natureza nos Livros Didáticos de História. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 19, pp. 43-56, set. 1989/ fev. 1990. Dossiê: História em Quadro-Negro. Escola, Ensino e Aprendizagem; BRITES, Olga. História e Educação em Sesinho. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo:

de história entre professores,¹⁴⁷ à didática da história,¹⁴⁸ enfim, aos fatores que envolvem o ambiente formal de ensino-aprendizagem da história enquanto uma prática cognitiva.

Grande parte da literatura que caracteriza o que é uma área historiográfica vincula área historiográfica à adoção de alguns temas, orientações teóricas, métodos, conceitos, predominância no uso de dadas fontes, diálogos interdisciplinares e pressupostos cognitivos da realidade específicos. Porém, pelo modo como entendo o que é uma área historiográfica e a tenho conceituado neste trabalho, não vejo sentido em caracterizá-la por tais associações. A princípio, em qualquer área se pode estabelecer qualquer relação interdisciplinar, pesquisar toda sorte de temas, basear-se em autores diversos, orientar-se por teorias distintas, interpretar fontes das mais variadas origens, usar quaisquer métodos ou se valer dos pressupostos cognitivos da realidade disponíveis: não são esses itens que caracterizam as áreas (ou especialidades) historiográficas, mas o campo de observação a partir do qual são construídos os objetos específicos.

Os exemplos, nesse sentido, são muitos. Como ilustração, cito o tema *operariado*, cuja análise pode ser realizada em qualquer área. Ele pode ser pesquisado sob as designações da história cultural, preocupada com as representações culturais – dos próprio trabalhadores, da imprensa ou da camada social dominante em relação aos trabalhadores; por meio da história econômica, que investiga o impacto na produtividade por conta da adoção de novas técnicas no processo de fabricação; pela história social, que analisa os movimentos sindicais ou as relações entre operários e patrões; ou pela história política, que avalia as consequências políticas de manifestações reivindicatórias. Não são, portanto, os temas que caracterizam as áreas.

Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 19, pp. 57-80, set. 1989/ fev. 1990. Dossiê: História em Quadro-Negro. Escola, Ensino e Aprendizagem.

¹⁴⁷ RICCI, Claudia Regina Fonseca Miguel Sapag. A Academia vai ao Ensino de 1º e 2º Graus. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 19, pp. 135-142, set. 1989/ fev. 1990. Dossiê: História em Quadro-Negro. Escola, Ensino e Aprendizagem.

¹⁴⁸ BERGMANN, Klaus. A História na Reflexão Didática. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 19, pp. 29-42, set. 1989/ fev. 1990. Dossiê: História em Quadro-Negro. Escola, Ensino e Aprendizagem.

Uma área corresponde, insisto, à ênfase que se concede a uma parte do todo. Isso significa que, periféricamente, há outras instâncias, mas que, pelo recorte feito pelo historiador, não serão privilegiadas. O historiador é impedido de tratar de todas as dimensões da realidade, seja pela necessidade de aprofundar o assunto, seja pelo pouco tempo de que dispõe ou, ainda, por conta do quesito da precisão conceitual e terminológica. Trata-se de um recurso e de uma necessidade para delimitar a análise.

Obviamente, não desconsidero as afinidades eletivas que prevaleceram ou prevalecem em cada área. A serialização dos dados na história social da década de sessenta ou a orientação teórica marxista em outras de suas vertentes; a frequência dos diálogos entre história cultural e antropologia ou a constante referência a autores como Edward Thompson, Carlo Ginzburg, Clifford Geertz ou Roger Chartier; o uso de instrumentos da econometria na história econômica; os *insights* de Michel Foucault a respeito do poder para uma história política renovada ou a aceitação de determinados pressupostos cognitivos da realidade em cada área. Enfim, essas afinidades existem, sem dúvida.

No entanto, elas não são determinantes. Dizer que a história cultural executa um profícuo diálogo com a antropologia, por exemplo, não é o mesmo que afirmar que isso lhe caracteriza. Ou, de outra maneira, afirmar que *geralmente* ocorre o uso de métodos quantitativos na história social não transforma essas opções circunstanciais em regras ou características de uma ou outra área: *geralmente não é exclusivamente* e não se deve, por contumácia, interpretar tais vinculações como *necessárias*. Uma vez mais: em que pese às afinidades eletivas, concebi cada área com relativa autonomia.

1.1.3.2. Recorte Cronológico ou Temporal

A delimitação temporal seguiu a indicação do próprio texto analisado. Como grande parte dos artigos remetiam-se à história do Brasil, a divisão tradicional, baseada em aspectos políticos – colônia, monarquia e república – parecia, a princípio, se impor. No entanto, deixei o espaço em aberto e novos recortes foram surgindo. Além disso, não considerei pertinente classificar textos com pretensões e de áreas historiográficas tão distintos em um recorte de cunho político. Sendo assim, adotei como critério o(s) século(s) pesquisado pelo autor. Se em um texto, por

exemplo, o recorte cronológico abrangia as duas últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX, classifiquei-o como “século XIX e XX”.

1.1.3.3. Recorte Espacial

Com relação à delimitação espacial, segui a mesma regra praticada no recorte temporal: inseri os dados dos próprios textos. Se o recorte dizia respeito aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, preenchi o campo pertinente, precisamente, com os dados do artigo: São Paulo e Rio de Janeiro. Essa flexibilidade, propiciou, por um lado, maior fidedignidade às informações do texto, porém, acarretou certa dificuldade em sistematizá-los, pois se abriu a uma multiplicidade de espaços. A fim de organizá-los, agrupei-os em recortes de âmbito maior, como o das regiões brasileiras (NO, NE, CO, SE e SUL), por continente e em uma comparação entre textos que privilegiavam o espaço brasileiro e os que se pautam em outros ambientes.

1.1.4. Orientações Teóricas*

As orientações teóricas em um trabalho historiográfico dizem respeito aos dispositivos analíticos, demonstrativos e explicativos que orientam de um modo especial a compreensão, construção, caracterização e explicação do objeto de análise da pesquisa. Elas podem ser de duas naturezas: *abrangentes* ou *pontuais*. As abrangentes são comumente denominadas filosofias da história; as pontuais referem-se a *insights* teóricos produzidos majoritariamente por pensadores contemporâneos no curso de pesquisas específicas.

As filosofias da história surgiram em lugares distintos e a partir de autores de tradições intelectuais muito diferentes. Sua emergência concentra-se na passagem do século XVIII para o XIX,¹⁴⁹ e, de maneira geral, é possível associá-las a uma nova percepção do tempo, que se consubstancia na noção de história no singular, a

* Não usei o termo teoria da história porque ele abarca o campo de estudos de epistemologias da história ou teorias do conhecimento historiográfico. Ver MELLO, Ricardo Marques de. O que é teoria da História? Três significados possíveis. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. No prelo.

¹⁴⁹ Embora tenha existido filosofias produzidas anteriormente, como a de Vico.

qual propiciou ideias que relacionaram passado, presente e futuro de modo, até então, pouco comum.¹⁵⁰ Frequentemente, as filosofias da história pretendem compreender e explicar o processo histórico *como um todo*, buscando um *sentido* no curso dos acontecimentos e/ ou uma força motriz na história da humanidade, compartilhando os pressupostos de unidade, universalidade e padrões de continuidade e mudança – independentemente se consideram o fluxo da história linear, cíclico, em espiral ou caótico. São classificados sob sua designação autores com propósitos díspares, e inclui, entre outros, nomes como os de Giambattista Vico,¹⁵¹ Marquês de Condorcet,¹⁵² Immanuel Kant,¹⁵³ Georg W. F. Hegel,¹⁵⁴ Auguste Comte,¹⁵⁵ Karl Marx,¹⁵⁶ Oswald Spengler¹⁵⁷ e Arnold J. Toynbee.¹⁵⁸ Nos artigos historiográficos, as filosofias da história adquirem força explicativa, uma espécie de “lógica de raciocínio” a partir da qual os elementos que compõem os eventos históricos são relacionados entre si a fim de tornar compreensível e significativo ao leitor o objeto daquele texto em particular.

Já as orientações teóricas *pontuais* dizem respeito às proposições teóricas, sistêmicas ou não, acerca de aspectos *específicos* de eventos históricos, sem as pretensões generalizantes das filosofias da história. Elas comumente são resultado de pesquisas bem delimitadas, mas podem ser usadas para a análise de outros fenômenos. Compõem o rol das teorias pontuais da história, entre outras, ideias como a de *circularidade cultural* de Carlo Ginzburg, os *insights* de Michel Foucault a

¹⁵⁰ Ver KOSELLECK, Reinhart. **Historia Magistra Vitae** – sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC - Rio, 2006. pp. 41-60.

¹⁵¹ VICO, Giambattista. **Ciência Nova**. São Paulo: Hucitec Editora, 2010.

¹⁵² CARITAT, Antoine. **Esquisse D'Un Tableau Historique Des Progrès de L'Esprit Humain**, Paris: Vrin, 1970. Versão digitalizada disponível em <http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/condorcet/cindex1.htm>. Acessado em dezembro de 2010.

¹⁵³ KANT, Immanuel. **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. – São Paulo: Martins Fontes, 2010.

¹⁵⁴ HEGEL, G. W. Friedrich. **Filosofia da História**. – Brasília: Editora da UnB, 2008.

¹⁵⁵ COMTE, Auguste. **Cours de Philosophie Positive**. Disponível em <http://www.archive.org/stream/coursdephilosop00littgoog#page/n17/mode/2up>. Acessado em agosto de 2011.

¹⁵⁶ Entre outras obras, ver MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978; MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. As análises das obras de Marx geraram interpretações muito díspares entre si. No que se refere à sua filosofia da história, há autores que a reduzem a um determinismo econômico, outros que a visualizam como distinta dependendo da obra de Marx, e outros, ainda, os quais consideram que não há propriamente uma filosofia da história marxiana. Ver CHAUI, Marilena. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. 2007. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar/ar/libros/ampus/marxispt/cap.5.doc>. Acessado em janeiro de 2011.

¹⁵⁷ SPENGLER, Oswald. **A Decadência do Ocidente**. São Paulo: Zahar, 1964.

¹⁵⁸ TOYNBEE, Arnald J. **A Study of History**. Oxford University Press 1934-1961. 12 v.

respeito do *poder pulverizado*, a teoria tripartite da história da leitura de Roger Chartier, a *descrição densa* de Clifford Geertz, a noção de *fazer-se da classe operária* de Edward Thompson, a ideia de *violência simbólica* de Pierre Bourdieu e os significados de *habitus e configuração social* de Norbert Elias.¹⁵⁹

As teorias pontuais da história referem-se a aspectos particulares – resultado de pesquisas específicas. Ainda assim, podem prover os historiadores na sua prática profissional, embora, majoritariamente, não tenham sido formuladas com essa intenção. Por isso, muitos comentadores das obras de autores de teorias pontuais enfatizam as condições de produção de *cada* teoria, desaconselhando transpô-la a outros casos. Ao comentar as ideias de Foucault a respeito do poder, Roberto Machado, por exemplo, observa que

a análise de Foucault sobre a questão do poder é o resultado de investigações delimitadas, circunscritas, com objetos bem demarcados. Por isso, embora às vezes suas afirmações tenham uma ambição englobante, inclusive pelo tom muitas vezes provocativo e polêmico que as caracteriza, é importante não perder de vista que se trata de análises particularizadas.¹⁶⁰

No entanto, a recepção de uma obra ou parte dela geralmente é caracterizada pela impossibilidade de controle e, por isso, muitas pesquisas foram animadas na esteira das considerações acerca do poder do pensador francês. Para a caracterização que faço neste trabalho das *teorias pontuais*, pouco ou nada importa se o autor de *As Palavras e as Coisas* não pretendia criar uma teoria do poder ajustável a algo diferente daquilo com o qual se ocupava. *O caso é que suas ideias foram apropriadas*. E isso não se aplica apenas aos ajustes dos *insights* de Foucault feitos por historiadores que pesquisavam objetos em tempo e espaço distintos. Outras teorias pontuais também foram e continuam a ser adequadas a pesquisas cujos temas se distanciam daqueles os quais originaram a sua própria criação. Pesquisadores mundo afora se valem de *teorias pontuais da história* para

¹⁵⁹ Remeto o leitor a texto no qual exemplifico sucintamente as filosofias da história de Condorcet, Hegel e Marx e as teorias pontuais da história de Ginzburg, Foucault e Koselleck: MELLO, Ricardo Marques de. *O que é teoria da História?* *Op. Cit.*

¹⁶⁰ MACHADO, Roberto. “Introdução. Por uma genealogia do poder”; In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. *Op. Cit.* p. XVI. Embora R. Machado renegue as possibilidades de generalização das ideias acerca do poder de Foucault, em trecho do texto supracitado do intelectual francês, é possível encontrar afirmação que vai em sentido contrário: “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade, mas creio que na nossa as relações entre poder, direito e verdade se organizam de uma maneira especial”. Ver FOUCAULT, M. *Soberania e Disciplina*. *Op. Cit.* p. 180.

compreenderem, descreverem e explicarem certos fenômenos sociais, sejam eles pretéritos ou contemporâneos.

Por fim, as orientações teóricas, seja de natureza abrangente, seja pontual, dizem respeito a ideias formuladas em outras circunstâncias e apropriadas *aprioristicamente* pelos historiadores a fim de compreenderem um certo fenômeno, construir seu objeto, descrevê-lo e explicá-lo.¹⁶¹

Metodicamente, não é tarefa das mais fáceis identificar em cada texto qual a orientação teórica – quando há uma. O artigo de Pesavento, no qual ela afirma: “nossa ideia é realizar uma leitura benjaminiana do texto”,¹⁶² entre outros poucos casos, é uma grata exceção. Na maioria das vezes, porém, o autor não explicita formalmente se está ou não se valendo de algum aporte teórico, tampouco de qual se trata. Além disso, não existe procedimento modelo a partir do qual seja possível, com segurança, reconhecê-lo.

Diante disso, tive de praticar uma análise atenta a alguns elementos denotativos e característicos das orientações teóricas. Recorri, conforme o caso, à referência bibliográfica, notas de rodapé, menções indiretas, interlocutores, uso de noções, ideias e conceitos, debates historiográficos, pressupostos argumentativos, estratégias discursivas, “lógicas de raciocínio” e conclusões sobre o assunto, sem restringir, portanto, a identificação de determinada orientação teórica a referências explícitas.

1.1.5. Perspectiva predominante na interpretação

Para qualquer historiador, este item é possivelmente o mais estranho da Ficha de Análise. Ele não é citado pelos teóricos, não faz parte do programa das

¹⁶¹ Embora eu já tenha justificado por que não incluí na Ficha de Análise um item referente às escolas historiográficas, devo reiterar que não considere a heterogênea *École des Annales* uma orientação teórica específica pelo fato dela não ter fundado uma orientação abrangente ou pontual, como delimito acima. Conquanto tenha propiciado a ampliação do conceito de documento, utilizado novos instrumentais metodológicos, criado novos temas, seus dispositivos compreensivos, analíticos e explicativos são oriundos, em grande medida, de disciplinas afins, como a sociologia, a antropologia, a economia, a linguística, a geografia, entre outras. A demarcação de novas áreas, novos temas e novos métodos não são requisitos para classificá-la como uma orientação teórica própria.

¹⁶² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos de Clio ou a Literatura sob o olhar da História a partir do conto *O Alienista*, de Machado de Assis. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 16, n. 31/32, pp. 108-118, 1996. Dossiê: Confrontos e Perspectivas. p. 111.

disciplinas de teoria da história nem figura como característico das tendências historiográficas nos trabalhos de história da historiografia.

De fato, perguntar-se sobre a perspectiva de um historiador ao interpretar não é uma atitude comum. No entanto, tornou-se, para mim, um imperativo da pesquisa. Evidentemente, este não foi um item previsto no início e por mais de uma vez tentei ignorá-lo. Porém, quando eu menos esperava, ele retornava e insistentemente mostrava-se presente em todos os artigos, e relevante para se compreender as tendências historiográficas. Depois de certa relutância, não tive mais como me esquivar e decidi caracterizá-lo e incluí-o na análise. Dada a estranheza que ele pode causar, tentarei esclarecer do que se trata e como ele se consubstancia nos textos.

No decorrer da leitura da *Revista Brasileira de História* percebi que os historiadores tinham perspectivas diferentes ao interpretarem seus objetos de estudo.¹⁶³ Elas transitavam, de modo mais ou menos discernível, entre duas formas de compreender e descrever os fenômenos históricos. Como não encontrei nada a respeito na literatura, busquei caracterizar cada uma dessas perspectivas e as nomeei provisoriamente de *factual* e *representacional*.

Na perspectiva *factual*, a interpretação realizada pelo historiador *pretende* compreender, descrever e explicar o fenômeno em questão como este realmente aconteceu. O enunciado e o relato historiográficos objetivam corresponder ao que se passou em um dado tempo e espaço. Nesse sentido, o historiador deseja *reconstruir* ou *descobrir* o que aconteceu no passado por intermédio das fontes disponíveis, esforçando-se para distinguir o verdadeiro do falso.

¹⁶³ O significado do termo interpretação não é consensual e ele tem sido usado de maneira distinta por teóricos da historiografia. Para meu propósito, considero que o ato de interpretar realizado pelos historiadores consiste, *de modo geral*, em estabelecer relações específicas entre os elementos que compõem seu campo de observação. Trata-se de uma ação intelectual que transforma informações e dados pretéritos em um trabalho historiográfico o qual pretende ser reconhecido como verossímil, plausível, convincente e relevante por um leitor do presente, que, a propósito, é pressuposto pelo historiador do início ao fim do processo de elaboração do seu trabalho. Assim, ao se deparar entre os vestígios do passado e a necessidade de elaborar uma narrativa historiográfica, o historiador opera ações combinadas, entre as quais, de caráter: a) seletivo, incluindo e excluindo dadas informações; b) relacional, vinculando os itens entre si ou deixando de fazê-lo; c) de intensidade, enfatizando ou minimizando a relevância de certos elementos; d) comparativo, comparando itens por afinidade e/ ou diferenças eletivas; e) avaliador, julgando de modo implícito ou explícito; f) ordenador, dispondo as informações em uma sequência; g) funcional, estabelecendo funções para os elementos e atores dentro da narrativa. Ao interpretar, portanto, o historiador rearranja determinadas informações dispersas de modo específico em algo compreensível e em conformidade com as finalidades e limitações de sua pesquisa. Neste processo ele aciona diversos dispositivos e estratégias para atingir um dos objetivos principais: ser convincente aos seus pares.

Na perspectiva representacional, a interpretação realizada pelo historiador *pretende* compreender, descrever e explicar como determinados fenômenos foram representados/ significados, seja por indivíduos, grupos, sociedades ou instituições. O enunciado e o relato historiográficos objetivam corresponder à representação de outrem acerca de uma determinada realidade, e não, como no modo factual, da realidade mesma. Assim, torna-se relevante identificar como um dado fenômeno foi “lido”, interpretado, apropriado em uma dada circunstância por sujeitos específicos. O historiador, portanto, persegue as representações pretéritas.

Em um caso hipotético, a Segunda Grande Guerra Mundial, por exemplo, seria enfatizada diferentemente dependendo da perspectiva predominante da interpretação. Para uma investigação sob a perspectiva factual, interessará analisar o que de fato aconteceu, descrevendo suas partes como correspondentes à realidade pretérita. Sob a perspectiva representacional, interessará questionar como aquele acontecimento foi representado pelos atores, diretamente envolvidos ou não, contemporâneos ou não ao evento. Não se colocará em dúvida se determinada representação está correta ou errada, se corresponde ou não a uma suposta realidade, se é verdadeira ou falsa, se é imaginada ou experienciada.

Cada uma dessas maneiras de interpretar só é possível porque elas resultam da aceitação de determinados pressupostos teóricos sobre as possibilidades de se conhecer os fenômenos históricos. Em outros termos, o reconhecimento, pelos pares, da legitimidade da perspectiva factual e representacional ocorre porque os historiadores compartilham visões específicas sobre o próprio ofício, as quais facilitam a comunicação e o processo de validação do relato historiográfico.

O pressuposto cognitivo da realidade da perspectiva factual funda-se na crença de que a realidade em si é cognoscível. Isto é, parte do passado, por meio de documentos variados, pode ser apreendido e explicado como ele de fato ocorreu. Parte-se da ideia de *correspondência possível* entre o que houve em um tempo pretérito e sua compreensão e explicação no tempo presente.

O pressuposto cognitivo da realidade da perspectiva representacional é, a princípio, negativo. Para seus praticantes, a realidade em si não é passível de apreensão, uma vez que qualquer menção a uma realidade é, ela mesma, formatada e condicionada pelos valores e perspectivas do seu enunciador. Mas o pressuposto cognitivo da perspectiva representacional também é positivo. Ao mesmo tempo em que nega a possibilidade de se conhecer a realidade em si

mesma, considera possível conhecer as representações humanas a seu respeito. Os fenômenos históricos chegam ao historiador intermediados por documentos, que, por sua vez, são o produto de determinadas normas culturalmente instituídas, logo, como uma representação, ou, caso se queira, como uma “leitura da realidade”.

A caracterização individualizada de cada uma das perspectivas na interpretação dos acontecimentos históricos e seus respectivos pressupostos cognitivos da realidade podem sugerir que eles aparecem nítida e isoladamente em cada artigo da RBH, ou que um historiador adere conscientemente a uma delas e lança-se à pesquisa e escrita do seu texto. Nada mais falso. Em vez disso, o que ocorre com mais frequência nos artigos ajuda a nos dissuadir de qualquer formalismo mais estrito.

Em linhas gerais, em um mesmo texto há trechos característicos da perspectiva factual e da representacional. Aprofundando um pouco o argumento, podemos mesmo considerar que as perspectivas são dependentes entre si, e o historiador vale-se das duas no intuito de cumprir com seus objetivos.

Na perspectiva factual, por exemplo, é comum a apresentação de “opiniões” (representações) distintas sobre o evento em análise, seja para reafirmar uma dada interpretação factual, seja para negá-la. Na perspectiva representacional, por seu turno, o autor geralmente lança mão de um contexto prévio, *composto sob uma perspectiva factual*, que dará sustentação argumentativa ou elucidará o seu objeto.

De qualquer modo, as duas perspectivas podem estar presentes em um único texto. Além disso, é possível encontrá-las em enunciados particulares ou no texto considerado como um todo. Mesmo assim, parece-me possível perceber nos artigos analisados se a perspectiva *predominante* em um texto tomado em sua inteireza é caracterizar o que realmente aconteceu no passado ou como aquilo foi representado por terceiros.¹⁶⁴

¹⁶⁴ Na verdade, poderíamos pensar em uma terceira perspectiva nas interpretações, algo como uma mescla ampliada das formas factual e representacional. Poderia ser intitulada de *perspectiva significativa*. Nela, a interpretação realizada pelo historiador pretenderia compreender, descrever e explicar o que determinado fenômeno de fato significou. Nesse sentido, o enunciado e o relato historiográficos deveriam corresponder ao significado que aquele evento teve dado um conjunto de fatores. A perspectiva significativa seria o resultado de uma visão de conjunto sobre o evento, formada, em grande medida, por uma sucessão de enunciados da perspectiva factual e da representacional. Seu pressuposto cognitivo da realidade seria o de que é possível decifrar o significado de certo fenômeno histórico: a própria realidade, quando analisada corretamente, permitiria ao observador conhecer o que ela significou ou significa. Em outros termos, ainda que os eventos analisados aparentem um irresoluto caos, haveria elementos que o vinculariam de tal sorte

Por fim, devo mencionar que não se enquadram nessas duas perspectivas textos de cunho metateórico (ensino de história, historiografia e teoria/ filosofia/ metodologia da história). Em todos estes casos, classifiquei-os como *discussão bibliográfica*. O foco desse item, portanto, são os artigos cujos interesses reportam-se à história em seu acontecer.

Para discriminá-los entre factual e representacional atentei-me para as menções que os autores fizeram de maneiras variadas, de títulos sugestivos, passando por palavras recorrentes a conclusões que davam o tom da perspectiva, como nos trechos abaixo, que, respectivamente, indicam perspectivas factuais e representacionais:

Factuais:

(...) do total do açúcar produzido pela cana dos lavradores, o engenho retinha no mínimo 50% como pagamento do processamento. Os arrendatários pagavam ainda uma porcentagem da parte que lhes cabia, após a moagem, pelo arrendamento: em geral, o 'terço', caso se tratasse de terra fértil ou próxima ao engenho, ou o 'quarto', quando tais condições não ocorriam.¹⁶⁵

No início de janeiro de 1828, durante o desembarque de irlandeses que engrossariam as fileiras da Tropa dos Estrangeiros, a 'população' – uma 'multidão de negros' – reagiu batendo palmas e insultando aqueles 'escravos brancos'.¹⁶⁶

que o significado emergiria quase espontaneamente quando bem analisado: a miríade de casos isolados não impediria que o sentido maior e de longo alcance fosse conhecido. Assim, o olhar retrospectivo, uma dada lógica interna dos eventos particulares e um certo sentido sub-reptício alimentariam a crença na identificação do real significado do objeto da pesquisa. No entanto, não incluí a "perspectiva significativa" na Ficha de Análise porque ela não predomina nos textos. Embora geralmente esteja presente, cumpre um papel secundário ou aparece apenas como resultado final das partes factual e representacional. Por isso, mesmo nos textos em que ao final o autor ocupa-se em apresentar o que o seu objeto significou, ele só o faz por que no transcórre do artigo predominou uma forma factual ou representacional de interpretar os fenômenos por ele observado.

¹⁶⁵ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A subordinação dos lavradores de cana aos senhores de engenho: tensão e conflito no mundo dos brancos. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 6, n. 12, p. 152, mar./ ago. 1986. Dossiê: Terra & Poder.

¹⁶⁶ RIBEIRO, Gladys Sabino. "Pés-de-chumbo" e "Garrafeiros": conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 12, n. 23/24, pp. 147, set. 1991/ ago. 1992. Dossiê: Política & Cultura.

Representacionais:

A maneira de perceber e observar o mundo natural mediava-se por sua formação cultural e seu preparo propiciado pelos estudos acadêmicos.¹⁶⁷

Fragilidade, submissão, predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais e subordinação da sexualidade à vocação materna eram algumas das características atribuídas à mulher no período, em oposição a uma natureza masculina autoritária, racional, dotada de uma sexualidade sem freios. Tais idéias, difundidas pela Medicina Social, consolidaram a visão da diversidade de comportamentos entre os sexos, fundamentadas em razões biológicas.¹⁶⁸

As duas primeiras citações ilustram excertos ocupados com o que aconteceu em uma dada realidade pretérita. Seus autores não estavam preocupados com as representações de outrem sobre as circunstâncias que narram. O objetivo era apresentar como aconteceu determinado evento. As duas citações subsequentes ocupam-se com o modo como determinados fenômenos foram representados por terceiros. Não se põe em dúvida se a representação é incorreta. Apenas se expõe como elas se caracterizavam. Escolhi-as aleatoriamente.

No entanto, considero possível identificar, em cada parte dos artigos, se a perspectiva é factual ou representacional e, também, qual a pretensão predominante no texto como um todo. Isso não invalida, reitero, a coexistência das duas pretensões em um único artigo. Aliás, é exatamente isso que ocorre na maioria dos casos: uma perspectiva servindo a outra.¹⁶⁹ Qualquer texto da RBH tem, em algum momento, uma parte factual: parece-me que sem essa referência a uma realidade externa a prática historiográfica seria inviável. Por seu turno, a maioria dos textos escritos com uma pretensão predominantemente factual vale-se das representações ou ponto de vistas de outros para reforçar o argumento que intenta defender.

¹⁶⁷ LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: Quadros da Natureza e Esboço de uma Civilização. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 15, n. 29. 1995. Dossiê: Representações. p. 78.

¹⁶⁸ SOIHET, Rachel. Mulheres Ousadas e Apaixonadas – Uma Investigação em Processos Criminais Cariocas (1890-1930). In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 18, pp. 199-216, ago./ set. 1988. Dossiê: A Mulher no Espaço Público.

¹⁶⁹ Assim como ocorre com as áreas historiográficas, uma perspectiva não se vincula necessariamente a uma orientação teórica ou especialidade. Ela tem certa autonomia e pode ser praticada em qualquer área historiográfica e sob qualquer orientação teórica.

1.1.6. Tipos de fontes

Com o sexto item da Ficha de Análise pretendo identificar os tipos de fontes usadas pelos historiadores nas suas pesquisas, que podem ser de duas categorias:

1. *oficiais*: aquelas emitidas pelo Estado ou organismos que lhe fazem as vezes;
2. *não-oficiais*: aquelas que não se enquadram na primeira categoria.

1.1.7. Observações

Se os seis primeiros itens padronizaram a forma como abordei os artigos da *Revista Brasileira de História*, nas Observações anotei as especificidades de cada texto. Além de um resumo do artigo, nesse tópico descrevi os aspectos que não se ajustavam à classificação usada nos seis primeiros itens, tais como características indicativas de possíveis rupturas, curiosidades, estratégias argumentativas, enfim, todo tipo de informação que considere digna de registro e com potencial de aproveitamento futuro. Neste mesmo campo, redigi comentários de situações nas quais eu não encontrava correspondência entre um dado item da Ficha de Análise e o material empírico. As Observações abririam espaço ao inesperado, em uma pesquisa na qual o imprevisto e as revisões foram constantes.

As alterações na composição da Ficha de Análise ao longo da investigação dos artigos, por exemplo, tornou evidente a necessidade de reflexão, reorganização e reelaboração de sua estrutura. Itens foram excluídos, tais como *Posição Política*, que, sob inspiração de Karl Mannheim,¹⁷⁰ objetivava identificar se o autor mostrava-se (1) Reacionário; (2) Conservador; (3) Reformista; (4) Reestruturante. Em vão. Primeiramente, porque seria preciso definir: posição política em relação ao quê? Ao presente do autor? Ao passado por ele analisado? Além disso, estabelecer um critério a partir do qual se pudesse classificar uma posição como reacionária ou reestruturante, por exemplo, pareceu-me, no curso da pesquisa, impertinente. Ademais, em grande parte dos textos, não foi possível reconhecer uma “posição

¹⁷⁰ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 4 ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

política” clara, em que pese ao alardeado “ideologismo” da historiografia.¹⁷¹ Outro item excluído refere-se ao que, sob inspiração de Jörn Rüsen, denominei de “modelos historiográficos de constituição de sentido”, com quatro tipos: tradicional, exemplar, crítico e genético.¹⁷² Nesse caso, pareceu-me, no transcorrer da análise, que para enquadrar os textos em uma dessas modalidades eu precisaria forçar a interpretação e, talvez, imputar às fontes uma característica que não lhes pertencia. Além desses dois itens, abandonei a tentativa de verificar as *relações temporais* que o autor do texto mantinha entre passado, presente e futuro. De acordo com esse tópico, um texto poderia ser classificado como analisando 1) o passado pelo passado; 2) o passado em função do presente; 3) o passado em função do futuro; ou 4) o passado em função do presente e futuro. Uma vez mais, em vão.

Evidentemente, a deficiência não estava nas ideias de Mannheim ou Rüsen: eles não criaram teorias para serem aplicadas. Nem a intenção de encontrar relações temporais parecia, de início, imprópria. Em um e noutro caso, as fontes não podiam fornecer os dados que eu exigia delas. Por isso, a reformulação da Ficha foi uma situação de rotina.

Mas as alterações de percurso não ficaram limitadas à exclusão e à inclusão de itens. O próprio objeto teve de ser repensado e refeito continuamente. O que poderia significar uma orientação teórica e como ela se manifestava no trabalho do historiador; como separar textos tão distintos em áreas pouco numerosas; de que maneira definir os termos da Ficha de Análise sem se sobrepor ao material empírico, por um lado, e não tornar o trabalho subdeterminado conceitualmente, por outro. Isso exigiu um permanente vai e vem entre fontes, referências teóricas e reflexão, obrigando-me a testar hipóteses, abandoná-las, recriá-las e adaptá-las. Foi preciso conviver com o imponderável.¹⁷³

¹⁷¹ Ver: JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

¹⁷² RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

¹⁷³ Nem todos os itens da Ficha de Análise foram utilizados nesta pesquisa. Os dois primeiros, *RBH* e *Autor*, foram preenchidos com o intuito simples de organizar as fontes e, por isso, não foram incluídos na investigação das tendências historiográficas. No entanto, um cruzamento dos dados me permitiria identificar informações interessantes para o campo história da historiografia, como qual a relação entre determinadas preferências de orientação teórica, área historiográfica ou perspectiva da interpretação e a origem institucional dos autores. Ou qual a quantidade de autores de determinadas unidades da federação. Na primeira década, 1981-1990, por exemplo, a *Revista Brasileira de História* também poderia ser designada como “Revista Paulista de História”, dada a recorrência com que autores de São Paulo publicaram. Ou, ainda, quais as relações entre editores/ organizadores de dossiês e os autores, uma vez que um número razoável deles era de orientandos. Não realizei esses

1.2. Agrupamento dos dados

O agrupamento dos dados neste trabalho cumpre a função de organizar as várias opções historiográficas identificadas em cada artigo, por meio da Ficha de Análise, em tendências. Esse procedimento foi realizado em duas etapas.

Na primeira, os dados das Fichas de Análise foram coletados e organizados em um programa de computador para facilitar sua manipulação. Eles foram separados de acordo com os itens da Ficha – área historiográfica, recorte temporal, delimitação espacial, orientação teórica, perspectiva predominante da interpretação e tipos de fontes.

Na segunda etapa, os dados foram inseridos em tabelas, que apresentam três tipos de informações:

- Mudanças ao longo do tempo. Ao leitor será possível verificar quantos artigos de história cultural, por exemplo, foram publicados na *Revista* número doze; ou quantos textos de orientação teórica marxista estiveram presentes no número dez, e assim sucessivamente. O objetivo é demonstrar a recorrência e aparição de determinadas preferências nesses vinte anos de RBH. Com isso é possível identificar as mudanças ano a ano.
- Explicitação do percentual de cada subitem da Ficha de Análise no total dos dados. Em relação à área historiográfica, por exemplo, é possível conhecer quantos artigos, no cômputo geral, foram classificados como história social, cultural, econômica etc.; no que diz respeito à orientação teórica, o número e percentual de artigos marxistas, foucaultianos... e assim por diante. Nesta etapa da análise, portanto, essas informações propiciam uma visão geral acerca das preferências de uma ou outra opção historiográfica. Com isso é possível identificar as opções historiográficas majoritárias e as minoritárias.
- E um contraste entre os períodos 1981-1990 e 1991-2000. Dividi os dados em dois blocos/ períodos, cada um em uma tabela. Assim foi possível contrapor

cruzamentos pois, como já mencionei anteriormente, minha pesquisa pauta-se em uma análise interna dos artigos. Há, portanto, um superávit informacional cujo potencial será explorado em pesquisas futuras.

um período ao outro. Esta divisão não foi aleatória ou despropositada, mas obedeceu a sinais de mudanças nas próprias preferências por uma ou outra opção historiográfica.

Enfim, a proposta deste trabalho, ao pretender identificar as opções historiográficas presentes na *Revista Brasileira de História* e organizá-las em tendências, por si só, está sujeita a contestações variadas. Definir o que caracteriza cada texto como predominantemente de uma área historiográfica, delimitar as orientações teóricas de cada artigo e reconhecer uma possível perspectiva predominante da interpretação, quando há tanta divergência em relação a todos esses itens, é, indubitavelmente, um exercício de alto risco. Além disso, não se pode desconsiderar que a tensão entre a riqueza do material empírico e a formalização quantitativa dos dados nunca é devidamente superada. Estipular categorias a partir das quais cada texto é classificado e agrupá-las em tendências, sem dúvida, reduz parte da complexidade característica de um *corpus* formado por trezentos e quarenta e três artigos e muita variedade. Acresce-se a tudo isso o fato de que minhas variáveis funcionam mais ou menos como um leme: muda-se a direção (significado atribuído a cada opção historiográfica), muda-se o destino (resultado).

Apesar disso, parte dos problemas oriundos dessa situação de alto risco e da relação tensa originada da formalização dos dados foi, em certo sentido, contornada com a adequação constante da caracterização dos itens da Ficha de Análise ao material empírico, em uma permanente reflexão sobre o objeto e objetivos *possíveis* desta pesquisa. Por isso, ao executar esses procedimentos metódicos no curso das análises, procurei manter uma relação de conformidade entre o que me propus e o que estava sendo realizado, em uma preocupação permanente com a coerência interna do trabalho como um todo.

CAPÍTULO 2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Depois de razoáveis tempo e espaço despendidos na apresentação dos significados das opções historiográficas, neste capítulo exponho os dados extraídos da análise dos trezentos e quarenta e três artigos da *Revista Brasileira de História*, publicados entre 1981 e 2000.¹⁷⁴ A quantidade de artigos correspondentes a cada volume e número da RBH, bem como seu dossiê respectivo, seguem abaixo:

¹⁷⁴ O único texto situado na seção de artigos e que não foi incluído na análise é *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História*, da professora e fundadora da RBH Alice Piffer Canabrava, no qual ela comenta as condições de criação da ANPUH e do referido periódico. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 1, pp. 1-12, mar. 1981.

ANO, VOLUME E NÚMERO DA RBH	DOSSIÊ	QUANTIDADE DE ARTIGOS
1981 (v. 1. n. 1)	---	5
1981 (v. 1. n. 2)	---	7
1982 (v. 2. n. 3)	---	4
1982 (v. 2. n. 4)	---	6
1983 (v. 3. n. 5)	---	1
1983 (v. 3. n. 6)	A LUCTA, TRABALHADORES!	3
1984 (v. 4. n. 7)	¿HAY GOBIERNO?	7
1984 (v. 4/5. n. 8/9)	CULTURA & CIDADES	7
1985 (v. 5. n. 10)	PRODUÇÃO & TRANSGRESSÕES	7
1985/86 (v. 6. n. 11)	SOCIEDADE E TRABALHO NA HISTÓRIA	7
1986 (v. 6. n. 12)	TERRA & PODER	10
1986/87 (v. 7. n. 13)	CULTURA & LINGUAGENS	5
1987 (v. 7. n. 14)	INSTITUIÇÕES	7
1987/88 (v. 8. n. 15)	SOCIEDADE & CULTURA	9
1988 (v. 8. n. 16)	ESCRavidÃO	8
1988/89 (v. 9. n. 17)	FAMILIA E GRUPOS DE CONVIVIO	9
1989 (v. 9. n.18)	A MULHER E O ESPAÇO PÚBLICO	13
1989/90 (v. 10. n. 19)	HISTÓRIA EM QUADRO NEGRO	9
1990 (v. 10. n. 20)	REFORMA E REVOLUÇÃO	12
1990/91 (v. 11. n. 21)	AMERICA, AMERICAS	13
1991 (v. 11. n. 22)	ESTRUTURAS AGRARIAS E RELAÇÕES DE PODER	8
1991/92 (v. 12. n. 23/24)	POLITICA & CULTURA	12
1992/93 (v. 13. n. 25/26)	MEMORIA, HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA/ ENSIHO DE HISTÓRIA	18
1994 (v. 14. n. 27)	BRASIL 1954-1964	10
1994 (v. 14. n. 28)	ESPAÇO PLURAL	13
1995 (v. 15. n. 29)	REPRESENTAÇÕES	11
1995 (v. 15. n. 30)	HISTORIOGRAFIA. PROPOSTAS E PRATICAS	10
1996 (v. 16. n. 31/32)	CONFRONTOS E PERSPECTIVAS	17
1997 (v. 17. n. 33)	BIOGRAFIA, BIOGRAFIAS	12
1997 (v. 17. n. 34)	TRAVESSIA: MIGRAÇÕES	10
1998 (v. 18. n. 35)	ARTE E LINGUAGENS	16
1998 (v. 18. n. 36)	ENSIHO DE HISTÓRIA: NOVOS PROBLEMAS	15
1999 (v. 19. n. 37)	INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	12
1999 (v. 19. n. 38)	IDENTIDADE S/ ALTERIDADES	11
2000 (v. 20. n. 39)	BRASIL, BRASIS	10
2000 (v. 20. n. 40)	ESTADO E CONTROLE SOCIAL	9
1981-2000 – 20 v., 40 n.		343

Tabela n. 7. Número, volume, dossiê e quantidade de artigos em cada RBH.

Como se percebe na tabela acima,¹⁷⁵ a distribuição é irregular: há número duplo com sete artigos (1984, v. 4/5. n. 8/9) e simples com dezesseis (1998, v. 18. n. 35). A escolha dos dossiês também não parece seguir nenhuma diretiva comum: há

¹⁷⁵ A diferença entre quadro e tabela é que o primeiro tem as grades laterais e expressa dados qualitativos, ao passo que a segunda não tem grades laterais e expressa dados quantitativos. Embora minhas tabelas tenham um formato semelhante ao de um quadro, elas apresentam dados quantitativos, motivo pelo qual usei o termo tabela, e não quadro. Cf. FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. **Manual de elaboração de Tese, Dissertação e Monografia.** – Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2004. p. 29.

aqueles relativos a efemérides históricas, a recortes espaciais, de área ou de temas, bem como propostas que privilegiam pesquisas de grupos específicos, o que, de certo modo, expressa a variedade de membros que geriram a ANPUH e a própria RBH.¹⁷⁶

2.1. Âmbito de Interesse

2.1.1. Área historiográfica

Os dados referentes às predileções por áreas historiográficas são os seguintes:¹⁷⁷

ÁREA/ ESPECIALIDADE	QUANTIDADE DE ARTIGOS	PERCENTAGEM (%)
História Social	101	29,4
História Cultural	92	26,8
História Política	50	14,6
Historiografia	31	9,0
Ensino de História	27	7,9
Teoria da História	26	7,6
História Econômica	8	2,3
História Intelectual	8	2,3
TOTAL DE ARTIGOS	343	100%

Tabela n. 8. Áreas historiográficas, 1981-2000.

¹⁷⁶ Os dossiês, sem dúvida, podem, de alguma maneira, sugerirem mudanças nas tendências historiográficas. No entanto, não atribuí a eles maior importância por dois motivos: primeiramente, porque podem ser tão gerais que não designam propriamente novas predileções nas opções historiográficas ou tão específicos que indicam tão-só a emergência de determinadas temáticas. Em segundo lugar, a correspondência entre um dossiê e os artigos que o compõem muitas vezes só é perceptível com muito boa vontade e disposição. A imprecisão, em grande medida, impera, seja por conta do título vago do dossiê, seja pelas características dos próprios artigos que o integram. Nesse caso, toda sorte de adaptações é realizada, e, assim, poucos artigos de dossiês, na RBH, podem ser considerados dignos do suposto significado que lhe designa.

¹⁷⁷ As tabelas apresentadas neste capítulo podem ser de dois tipos: resumidas ou dilatadas. O primeiro tipo tem na primeira coluna o item a que se refere a tabela e abaixo os subitens que lhe correspondem; na segunda coluna a quantidade de artigos analisados e na terceira e última o seu respectivo percentual. O segundo tipo de tabela também tem na primeira coluna o item ao qual a tabela diz respeito e abaixo seus subitens; porém, difere por constar o número da RBH (do 1 ao 20, no primeiro período, e do 21 ao 40, no segundo período) e abaixo de cada um deles a quantidade de artigos publicados naquela *Revista* especificamente; na sequência também se expõe o total dos artigos em cada subitem e no cômputo geral e o percentual pertinente à quantidade de artigos do subitem e do item como um todo.

Apresentados desta maneira, as informações ocultam as mudanças de preferências *ao longo do tempo*. Uma análise mais detida dos artigos publicados na RBH permitiu-me identificar um período de alterações entre o final da década de oitenta e o início da seguinte. Evidentemente, não se trata de uma ruptura a partir da qual determinadas preferências deixaram de ser praticadas e outras teriam ascendido. Ainda assim, é possível dividir as predileções por áreas em duas partes. A primeira diz respeito aos artigos publicados entre 1981 e 1990, que perfaz os primeiros vinte números da RBH, como na tabela abaixo; a segunda refere-se ao período compreendido entre 1991 e 2000, que concerne aos vinte números restantes.

ÁREA HISTORIOGRÁFICA	NÚMEROS DA RBH (1981-1990)																				TOTAL	%
	01	02	03	04	05	06	07	8/9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
História Social	3	3	2	2		3	2	3	5	3	8	2	7	5	5	5	2	1	2	63	46,3	
História Cultural								2	1		1	2		2	1	3	8		1	21	15,4	
História Política	1	1	1	1			2	1		1		1		1		1	2		2	15	11,0	
Historiografia		1		2	1		1								1				1	7	5,1	
Ensino de História										2								7		9	6,6	
Teoria da História			1				2	1		1				1	1		1			9	6,6	
História Econômica	1	2		1							1									5	3,6	
História Intelectual																		1	6	7	5,1	
TOTAL DE ARTIGOS P/N ^o DA RBH	5	7	4	6	1	3	7	7	7	7	10	5	7	9	8	9	13	9	12	136	100%	

Tabela n. 9. Áreas historiográficas, 1981-1990.

Os dados relativos a essa primeira parte apresentam um percentual significativo de textos alocados em história social, os quais estão bem distribuídos nesses primeiros vinte números da RBH. Os artigos de história cultural, por sua vez, começaram a aparecer apenas a partir do número 8/9, mas, no cômputo geral, ocuparam a segunda área mais procurada, o que demonstra um crescimento significativo. História política, historiografia e teoria da história mantiveram, cada um a seu modo, uma participação pequena, embora bem distribuída. Ensino de história e história intelectual concentraram-se em números específicos da RBH, resultado dos dossiês que lhes abrigaram. E, por fim, história econômica apresentou-se três vezes nos primeiros quatro números, perdeu fôlego e só voltou a figurar uma última vez no décimo segundo número.

Os dados relativos à segunda parte são os seguintes:

ÁREA HISTORIOGRÁFICA	NÚMEROS DA RBH (1991-2000)																		TOTAL	%
	21	22	23/24	25/26	27	28	29	30	31/32	33	34	35	36	37	38	39	40			
História Social	1	5	5			3	4	1	3		4	2	2	5	2	1		38	18,3	
História Cultural	8	2	5		2	4	5	2	7	3	4	10		3	6	4	6	71	34,2	
História Política			1		5	2		2		6	2	2	6	3	2	2	2	35	16,9	
Historiografia	1			4	2	2	1	5	3	1		1		1		2	1	24	11,5	
Ensino de História				9					1				7		1			18	8,6	
Teoria da História	2	1	1	5		1			3	2		1				1		17	8,2	
História Econômica	1					1	1											3	1,4	
História Intelectual					1													1	0,4	
TOTAL DE ARTIGOS P/Nº DA RBH	13	8	12	18	10	13	11	10	17	12	10	16	15	12	11	10	9	207	100%	

Tabela n. 10. Áreas historiográficas, 1991-2000.

Em contraste, destacam-se o crescimento da história cultural, ultrapassando, quase duas vezes, o número de artigos de história social, que, nesse bloco, ocupou a segunda colocação, com queda de 60%; o crescimento de história política, com uma distribuição regular; e o aumento de textos que se ocuparam com a historiografia e teoria da história. A área ensino de história também figura com um percentual superior ao da primeira parte, relativo, sobretudo, à presença que teve nos números 25/26 e 36 da RBH, nos quais os dossiês lhe diziam respeito. Assim como a história social, a história econômica e a intelectual, em comparação com a primeira parte, sofreram acentuado decréscimo. Abaixo apresento uma comparação sintética entre a primeira parte, a segunda e o resultado da soma entre elas, facilitando a análise contrastiva:

PARTE I ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE 1981 E 1990		
ÁREA/ ESPECIALIDADE	QUANTI- DADE	(%)
Hist. Social	63	46,3
Hist. Cultural	21	15,4
Hist. Política	15	11,0
Historiografia	7	5,1
Ensino de Hist.	9	6,6
Teoria da Hist.	9	6,6
Hist. Econômica	5	3,6
Hist. Intelectual	7	5,1
TOTAL	136	100%

Tabela n. 11. Áreas historiográficas 1981-1990

PARTE II ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE 1991 E 2000		
ÁREA/ ESPECIALIDADE	QUANTI- DADE	(%)
Hist. Social	38	18,3
Hist. Cultural	71	34,2
Hist. Política	35	16,9
Historiografia	24	11,5
Ensino de Hist.	18	8,6
Teoria da Hist.	17	8,2
Hist. Econômica	3	1,4
Hist. Intelectual	1	0,4
TOTAL	207	100%

Tabela n. 12. Áreas historiográficas 1991-2000

TOTAL ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE 1981 E 2000		
ÁREA/ ESPECIALIDADE	QUANTI- DADE	(%)
Hist. Social	101	29,4
Hist. Cultural	92	26,8
Hist. Política	50	14,6
Historiografia	31	9,0
Ensino de Hist.	27	7,9
Teoria da Hist.	26	7,6
Hist. Econômica	8	2,3
Hist. Intelectual	8	2,3
TOTAL	343	100%

Tabela n. 13. Áreas historiográficas, 1981-2000

2.1.2. Recorte temporal

Discriminei os recortes temporais dos artigos por séculos. Não me pareceu correto dividi-los por meio de parâmetros políticos, como colônia, monarquia e república, entre outros motivos, por que a maior parte deles tem objetos que enfocam outros campos da realidade pretérita ou, mesmo, por que parcela considerável adota um recorte que antecede o século quinze e/ ou não diz respeito à história do Brasil.

No entanto, a separação por séculos não resolveu todos os problemas. Em que pese à intenção de neutralidade que lhe animou – sobretudo pela diversidade dos artigos –, outras dificuldades emergiram. A principal consistiu na variedade de recortes que essa nova discriminação trouxe, o que, por sua vez, dificultou a sistematização. Ainda assim, os dados foram dispostos na tabela abaixo:

SÉCULOS	Nº DE ARTIGOS	PERCENTUAL (%)
20	157	46,7
19	68	19,8
19 E 20	45	13,1
18 E 19	14	4,0
18	10	2,9
16	6	1,7
DO 15 AO 19	4	1,1
16 E 17	3	0,8
DO 18 AO 20	3	0,8
15 E 16	3	0,8
17 E 18	2	0,5
DO 16 AO 18	2	0,5
DO 3 a.C. AO 20	2	0,5
DO 17 AO 20	2	0,5
4	2	0,5
8 E 7 a.C.	2	0,5
DO 16 AO 19	2	0,5
DO 16 AO 20	2	0,5
NÃO IDENTIFICADO	1	0,2
5 E 4 a.C.	1	0,2
17	1	0,2
DO 1 AO 4	1	0,2
1	1	0,2
DO 15 AO 20	1	0,2
DO 17 AO 19	1	0,2
15	1	0,2
DO 14 AO 16	1	0,2
10 E 11	1	0,2
13	1	0,2
12	1	0,2
DO 15 AO 19	1	0,2
DO 13 AO 15	1	0,2
TOTAL	343	100%

Tabela n. 14. Recorte temporal, 1981-2000.

São trinta e duas delimitações cronológicas diferentes. Embora a variedade de recortes por séculos seja grande, mais de 90% dos artigos concentram seus objetos em uma das nove primeiras opções da tabela acima. Além disso, destaca-se o número de trabalhos que se ocuparam com o século dezenove e/ ou vinte: 78,7%. A preocupação com o século vinte se amplia se dividirmos a análise em duas partes, de 1981 a 1990 e de 1991 a 2000.

SÉCULOS	NÚMEROS DA RBH (1981-1990)																				TOTAL	%
	01	02	03	04	05	06	07	8/9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
20	1	1	1	3	1		2	1	3	4	4	2	3	5	2	1	3	8	1	46	33,8	
19	3	1	2	1			2	3	1	1	3		2	2	4	3	1		3	32	23,5	
19 E 20		1		1		1	1	3		2	1		1			1	8	1	4	25	18,3	
18 E 19	1	1					1		1					1	1		1		1	8	5,8	
18													1		1	1			1	4	2,9	
DO 15 AO 19		2							1											3	2,2	
16 E 17														1		1				2	1,4	
DO 18 AO 20																			1	1	0,7	
17 E 18											1									1	0,7	
DO 16 AO 18				1		1														2	1,4	
DO 3 a.C. AO 20			1													1				2	1,4	
DO 17 AO 20						1														1	0,7	
4									1											1	0,7	
8 E 7 a.C.												1								1	0,7	
DO 16 AO 19																	1			1	0,7	
5 E 4 a.C.		1																		1	0,7	
17							1													1	0,7	
DO 1 AO 4											1									1	0,7	
1												1								1	0,7	
DO 15 AO 20																			1	1	0,7	
DO 17 AO 19												1								1	0,7	
TOTAL DE ARTIGOS P/ N° DA RBH	5	7	4	6	1	3	7	7	7	7	10	5	7	9	8	9	13	9	12	136	100%	

Tabela n. 15. Recorte temporal, 1981-1990.

Até 1990, o número de artigos cujos recortes se situavam entre os séculos dezanove e vinte é equilibrado, com margem de superioridade de 10% para o século vinte. Os números relativos aos artigos publicados entre 1991 e 2000, no entanto, são diferentes, e parecem aprofundar a tendência da historiografia de se ocupar com períodos mais recentes, como se verifica na tabela abaixo:

SÉCULOS	NÚMEROS DA RBH (1991-2000)																			TOTAL	%
	21	22	23/24	25/26	27	28	29	30	31/32	33	34	35	36	37	38	39	40				
20	2	3	3	13	10	9	5	6	10	6	3	11	8	8	4	7	3	111	53,6		
19		3	4	2		1	3	2	5	1	3	3	3	1	4	1		36	17,3		
19 E 20			2	3		2	1		2	1	3	1		1	1	1	2	20	9,6		
18 E 19			2				1						1		1	1		6	2,8		
18			1							1	1		1	1			1	6	2,8		
16	3											1					2	6	2,8		
DO 15 AO 19	1																	1	0,4		
16 E 17	1																	1	0,4		
DO 18 AO 20							1			1								2	0,9		
15 E 16	3																	3	1,4		
17 E 18													1					1	0,4		
DO 17 AO 20														1				1	0,4		
4										1								1	0,4		
8 E 7 a.C.	1																	1	0,4		
DO 16 AO 19		1																1	0,4		
DO 16 AO 20						1		1										2	0,9		
NÃO IDENTIFICADO										1								1	0,4		
15	1																	1	0,4		
DO 14 AO 16	1																	1	0,4		
10 E 11		1																1	0,4		
13								1										1	0,4		
12														1				1	0,4		
DO 15 AO 19													1					1	0,4		
DO 13 AO 15																	1	1	0,4		
TOTAL DE ARTIGOS P/ Nº DA RBH	13	8	12	18	10	13	11	10	17	12	10	16	15	12	11	10	9	207	100%		

Tabela n. 16. Recorte temporal, 1991-2000

No período 1991-2000, apenas o século vinte concentra mais da metade dos recortes cronológicos de *todos* os artigos, alterando sua participação de 33,8%, da tabela referente ao período 1981-1990, para 53,6%: um aumento da ordem de 60%. Já o percentual de artigos referentes ao século XIX caiu de 23,5 para 17,3%, uma queda de aproximadamente 27%, tendência que também se manifestou nos textos cujos recortes diziam respeito ao século dezoito.

O contraste entre os períodos e a média entre eles se torna mais evidente com as tabelas abaixo:

SÉCULOS	Nº DE ARTIGOS (1981-1990)	PERCENTUAL (%)
20	46	33,8
19	32	23,5
19 E 20	25	18,3
18 E 19	8	5,8
18	4	2,9
DO 15 AO 19	3	2,2
16 E 17	2	1,4
DO 18 AO 20	1	0,7
17 E 18	1	0,7
DO 16 AO 18	2	1,4
DO 3 a.C. AO 20	2	1,4
DO 17 AO 20	1	0,7
4	1	0,7
8 E 7 a.C.	1	0,7
DO 16 AO 19	1	0,7
5 E 4 a.C.	1	0,7
17	1	0,7
DO 1 AO 4	1	0,7
1	1	0,7
DO 15 AO 20	1	0,7
DO 17 AO 19	1	0,7
TOTAL	136	100%

Tabela n. 17. Recorte temporal, 1981-1990

SÉCULOS	Nº DE ARTIGOS (1991-2000)	PERCENTUAL (%)
20	111	53,6
19	36	17,3
19 E 20	20	9,6
18 E 19	6	2,8
18	6	2,8
16	6	2,8
DO 15 AO 19	1	0,4
16 E 17	1	0,4
DO 18 AO 20	2	0,9
15 E 16	3	1,4
17 E 18	1	0,4
DO 17 AO 20	1	0,4
4	1	0,4
8 E 7 a.C.	1	0,4
DO 16 AO 19	1	0,4
DO 16 AO 20	2	0,9
NÃO IDENTIFICADO	1	0,4
15	1	0,4
DO 14 AO 16	1	0,4
10 E 11	1	0,4
13	1	0,4
12	1	0,4
DO 15 AO 19	1	0,4
DO 13 AO 15	1	0,4
TOTAL	207	100%

Tabela n. 18. Recorte temporal, 1991-2000

2.1.3. Recorte espacial

Se a adoção de *séculos* como critério para a classificação dos recortes temporais teve como consequência uma grande variedade de combinações, separar os recortes espaciais de acordo com o espaço privilegiado por cada um dos artigos gerou uma variedade ainda maior: sessenta e sete delimitações diferentes. Os números gerais seguem abaixo:

RECORTE ESPACIAL	QUANTIDADE DE ARTIGOS	PERCENTUAL (%)
BRASIL	98	28,5
SÃO PAULO	52	15,1
NÃO IDENTIFICADO	26	7,5
RIO DE JANEIRO	22	6,4
MINAS GERAIS	12	3,5
FRANÇA	11	3,2
NORDESTE	6	1,7
RIO GRANDE DOS SUL	8	2,3
PERNAMBUCO	6	1,7
AMÉRICA LATINA	5	1,4
AMÉRICA/ EUROPA	5	1,4
PARANÁ	5	1,4
GRÃ-BRETANHA	4	1,1
EUROPA	4	1,1
PORTUGAL/ BRASIL	4	1,1
ARGENTINA	4	1,1
AMÉRICA	4	1,1
ALEMANHA	3	0,8
MARANHÃO	3	0,8
MATO GROSSO	3	0,8
EUA	3	0,8
PORTUGAL	3	0,8
GRÃ-BRETANHA/ FRANÇA	3	0,8
BAHIA	2	0,5
ARGENTINA/ BRASIL	2	0,5
MÉXICO	2	0,5
CEARÁ	2	0,5
BRASIL/ COLÔMBIA	2	0,5
FRANÇA/ GRÃ-BRETANHA/ EUA	1	0,2
FRANÇA/ GRÃ-BRETANHA/ ÁUSTRIA	1	0,2
ROMA	1	0,2
BAHIA E SÃO PAULO	1	0,2
CÓRSEGA	1	0,2
GRÃ-BRETANHA/ EUA/ ÁFRICA	1	0,2
GRÃ-BRETANHA/ EUA/ BRASIL	1	0,2
COLÔMBIA	1	0,2
ÁFRICA/ ROMA	1	0,2
SUL E SUDESTE	1	0,2
HAITI	1	0,2
CUBA	1	0,2
MINAS GERAIS E SÃO PAULO	1	0,2

PENÍNSULA IBÉRICA	1	0,2
POMPEIA/ ROMA	1	0,2
PENÍNSULA ITÁLICA	1	0,2
SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO	1	0,2
ESPAÑA	1	0,2
RUSSÍA/ FRANÇA/ EUA	1	0,2
EUROPA/ RÚSSIA	1	0,2
RÚSSIA	1	0,2
EUROPA/ AMÉRICA/ ÁFRICA/ ÁSIA	1	0,2
OCEANOS	1	0,2
PROVENÇA/ FRANÇA	1	0,2
BRASIL/ FRANÇA	1	0,2
ACRE	1	0,2
BRASIL/ PERU	1	0,2
SUL	1	0,2
BRASIL/ EUA	1	0,2
AMÉRICA DO SUL	1	0,2
SANTA CATARINA	1	0,2
MOÇAMBIQUE	1	0,2
ROMA ANTIGA	1	0,2
ITÁLIA	1	0,2
DISTRITO FEDERAL	1	0,2
CHILE	1	0,2
SUÉCIA	1	0,2
FRANÇA/ ITÁLIA/ BRASIL	1	0,2
ESPÍRITO SANTO	1	0,2
TOTAL DE ARTIGOS	343	100%

Tabela n. 19. Recorte espacial, 1981-2000

Além da grande variedade de delimitações, um dos empecilhos de se registrar os recortes espaciais dos próprios artigos refere-se à imprecisão contida em parte considerável deles. Muitas vezes, o autor trata de um fato que, no meu entendimento, é local, porém remete o leitor e faz referência ao âmbito nacional. Nesses casos, considerei válidas as remissões dos autores. Além disso, poderá causar estranhamento eu ter alocado textos com recorte espacial como *Brasil*, por um lado, e *São Paulo, Rio de Janeiro, Nordeste...* por outro. Evidentemente, as unidades federativas e as regiões geográficas fazem parte do território brasileiro. No entanto, precisei separá-los dessa maneira por conta das delimitações espaciais dos próprios artigos.

Para além desse aspecto técnico, destaca-se na tabela acima o alto percentual de artigos que se referem ao Brasil como um todo e aqueles cujos recortes dizem respeito aos territórios nos quais se situavam parte das principais instituições acadêmicas de história: SP, RJ, MG, FRANÇA, PE, RS, PR.

Considerando apenas os recortes cronológicos que representam, na tabela 19, mais de 1%, abaixo apresento duas tabelas, uma com dados de 1981 a 1990 e outra com informações de 1991 a 2000:

RECORTE ESPACIAL (1981-1990)	QUANTIDADE DE ARTIGOS (1981-1990)	PERCENTUAL (%)
BRASIL	27	19,8
SÃO PAULO	25	18,3
RIO DE JANEIRO	12	8,8
NÃO IDENTIFICADO	5	3,6
MINAS GERAIS	5	3,6
FRANÇA	8	5,8
NORDESTE	4	2,9
RIO GRANDE DOS SUL	4	2,9
PERNAMBUCO	3	2,2
AMÉRICA LATINA	2	1,4
AMÉRICA/ EUROPA	0	0
PARANÁ	1	0,7
GRÃ-BRETANHA	3	2,2
EUROPA	2	1,4
PORTUGAL/BRASIL	1	0,7
ARGENTINA	1	0,7
AMÉRICA	1	0,7
OUTROS	32	23,5
TOTAL	136	100%

Tabela n. 20. Recorte espacial, 1981-1990

RECORTE ESPACIAL (1991-2000)	QUANTIDADE DE ARTIGOS (1991-2000)	PERCENTUAL (%)
BRASIL	71	34,2
SÃO PAULO	27	13,4
RIO DE JANEIRO	10	4,8
NÃO IDENTIFICADO	21	10,1
MINAS GERAIS	7	3,3
FRANÇA	3	2,2
NORDESTE	2	0,9
RIO GRANDE DOS SUL	4	1,9
PERNAMBUCO	3	1,4
AMÉRICA LATINA	3	1,4
AMÉRICA/ EUROPA	5	2,4
PARANÁ	4	1,9
GRÃ-BRETANHA	1	0,4
EUROPA	2	0,9
PORTUGAL/BRASIL	3	1,4
ARGENTINA	3	1,4
AMÉRICA	3	1,4
OUTROS	35	16,9
TOTAL	207	100%

Tabela n. 21. Recorte espacial, 1991-2000

Em contraste, é possível perceber o aumento de recortes espaciais relativos ao Brasil, não-identificados, América/ Europa, Paraná, Portugal/ Brasil, Argentina e do continente americano. Todos os outros diminuíram. Surpreendeu-me o crescimento de 72% de artigos remetendo-se ao Brasil como um todo, sobretudo por que a literatura ocupada com a historiografia brasileira recente ressalta, com certa insistência, a procura pela micro-história e nos recortes geográficos regionais ou mesmo locais.

Além da classificação dos recortes espaciais de acordo com o território mencionado em cada artigo, pode-se agrupá-los de outras maneiras. Na tabela abaixo, reuni-os de acordo com o continente a que se referem.

RECORTE ESPACIAL (POR CONTINENTE)	TOTAL DE ARTIGOS (1981-2000)	PERCENTUAL (%)
AMERICANO	257	74,9
EUROPEU	39	11,3
EUROPEU/AMERICANO	13	3,7
NÃO-IDENTIFICADO	27*	7,8
EURÁSIA	2	0,5
EUR./AMER./AFR.	1	0,2
EUROPEU/ÁFRICANO	1	0,2
EUR./EURAS./AMER.	1	0,2
EUR./AMER./ASIÁT./AFRIC.	1	0,2
ÁFRICANO	1	0,2
ASIÁTICO	0	0
OCEANIA	0	0
ARTIGOS	343	100%

Tabela n. 22. Recorte espacial por continente, 1981-2000

O alto índice de artigos de história do Brasil, sem dúvida, eleva os números dos recortes relativos ao continente americano, incidência, aliás, previsível. O que se destaca, no entanto, não é o percentual majoritário, mas a ausência de textos sobre qualquer território asiático e apenas um exclusivamente sobre o continente africano.

Deslocando o foco para os artigos que se ocuparam com o território brasileiro em comparação a outros territórios, sistematizei as informações na tabela abaixo:

RECORTE ESPACIAL COMPARATIVO (BRASIL E OUTROS TERRITÓRIOS)	TOTAL DE ARTIGOS (1981-2000)	PERCENTUAL (%)
BRASIL	228	66,4
OUTROS TERRITÓRIOS	76	22,1
NÃO-IDENTIFICADOS	26	7,5
BRASIL E OUTROS	13	3,7
ARTIGOS DE ARTIGOS	343	100%

Tabela n. 23. Recorte espacial comparativo entre Brasil e outros territórios, 1981-2000

O percentual de artigos especificamente sobre o Brasil perfaz 66,4%; aqueles relativos a outros territórios, 22,1%; artigos que relacionam a história do Brasil com a de outros países apenas 3,7% e 7,5% de recortes não-identificados.

* O texto *O Inferno no Espelho do Céu*, de Paulo Miceli (In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 21, pp.77-99, set. 1990/ fev. 1991. Dossiê: América, Américas) foi incluído na cota de textos não-identificados, embora se possa considerar que o espaço privilegiado seja o oceano.

Mas é possível aprofundarmos as informações a respeito dos textos que tratam apenas do espaço brasileiro separando-os por regiões geográficas. Neste caso, o percentual de cada região foi calculado com base no total de artigos, cento e trinta, passíveis de classificação por regiões:

RECORTE ESPACIAL (POR REGIÃO GEOGRÁFICA)	TOTAL DE ARTIGOS (1981-2000)	PERCENTUAL (%)
SUDESTE	89	68,4
NORDESTE	19	14,6
SUL	15	11,5
CENTRO-OESTE	4	3,0
NORTE	1	0,7
SUL/SUDESTE	1	0,7
SUDESTE/NORDESTE	1	0,7
TOTAL DE ARTIGOS	130	100%

Tabela n. 24. Recorte espacial por região geográfica, 1981-2000

Dentre os artigos que escolheram um espaço no território nacional para analisar, o sudeste foi o mais privilegiado, ocorrência explicável pela localização dos principais centros de pesquisa e produção historiográficas do país; o nordeste recebeu a atenção de 14,6%, concentrando seus estudos em Pernambuco, Bahia, Maranhão e Ceará; a região sul foi objeto de 11,5% dos textos; e o centro-oeste de apenas 3,0%. O fato, talvez, mais marcante dessa tabela seja a presença de apenas um artigo referente à região norte. Com cinco unidades federativas (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e, a partir de 1988, Tocantins) e o maior território do país, a região norte foi a menos mencionada. Apenas um texto faz remissão específica ao Acre.¹⁷⁸

2.2. Orientações teóricas

As orientações teóricas indubitavelmente são um dos itens mais relevantes e reveladores das mudanças no campo historiográfico. Nesses quarenta primeiros

¹⁷⁸ ANTONACCI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de "empate" no Acre. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 28, pp. 247-267, 1994. Dossiê: Espaço Plural.

números da *Revista Brasileira de História*, a variedade de opções adotadas foi grande. A tabela a seguir sistematiza essa diversidade:

ORIENTAÇÕES TEÓRICAS (AUTORES)	QUANTIDADE DE ARTIGOS (1981-2000)	PERCENTUAL (%)
NENHUMA	253	73,8
MARX	45	13,1
FOUCAULT	11	3,2
BENJAMIN	4	1,2
BOURDIEU	4	1,2
MARX E FOUCAULT	4	1,2
ALTHUSSER	2	0,6
CASTORIADIS	2	0,6
BOURDIEU E GEERTZ	1	0,3
THOMPSON	1	0,3
THOMPSON E FOUCAULT	1	0,3
THOMPSON E GINZBURG	1	0,3
GEERTZ	1	0,3
GEERTZ E BACKTIN	1	0,3
FREUD/ LACAN E ARENDT	1	0,3
CARLOS GIL	1	0,3
AGNES HELLER	1	0,3
UMBERTO ECO	1	0,3
NORA E HALBWACHS	1	0,3
CHARTIER	1	0,3
MARILENA CHAUI/ ESPINOSA	1	0,3
RICOEUR	1	0,3
ALAIN RENAUD	1	0,3
EDER SADER	1	0,3
PREBISCH	1	0,3
PRADO Jr.	1	0,3
TOTAL DE ARTIGOS	343	100%

Tabela n. 25. Orientações teóricas, 1981-2000

Os dados gerais são surpreendentes: mais de dois terços dos artigos publicados na *Revista Brasileira de História* entre 1981 e 2000 não se valeram de qualquer orientação teórica. Autores como Foucault, Benjamin, Thompson e Geertz, comumente anunciados como propulsores de novas tendências, no cômputo geral, foram apropriados por menos de 7% da produção do período. Além disso, há combinações, como entre Marx e Foucault ou entre Thompson e Foucault, consideradas incongruentes por alguns adeptos do pensamento de cada um desses autores.

Mas não é apenas no resultado final que as informações acerca das orientações teóricas despertam interesse. Uma análise contrastiva revela outros sinais importantes. Para realizá-la, separei a produção do período em duas partes, de 1981 a 1990 e de 1991 a 2000:

ORIENTAÇÃO TEÓRICA	NÚMEROS DA RBH (1981-1990)																				TOTAL	%
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
NENHUMA	3	5	3	6	1	1	3	6	2	2	7		1	6	8	8	9	4	9	84	61,8	
MARX	2	2	1			1	4	1	4	3	3	3	4	2		1		2	1	34	25,0	
FOUCAULT									1			2	1	1			1			6	4,4	
BENJAMIN																		2		2	1,4	
BOURDIEU																	1			1	0,7	
MARX E FOUCAULT						1				2			1							4	2,9	
ALTHUSSER																						
BOURDIEU E GEERTZ																	1			1	0,7	
THOMPSON																						
THOMPSON E FOUCAULT																		1		1	0,7	
THOMPSON E GINZBURG																		1		1	0,7	
GEERTZ																			1	1	0,7	
GEERTZ E BACKTIN																						
FREUD/LACAN E ARENDT																						
CARLOS GIL																						
AGNES HELLER																						
UMBERTO ECO																						
NORA E HALBWACHS																						
CHARTIER																						
MARILENA CHAUÍ ESPINOSA																						
RICOEUR																						
CASTORIADIS																			1	1	0,7	
ALAIN RENAUD																						
EDER SADER																						
PREBISCH																						
PRADO Jr.																						
TOTAL DE ARTIGOS P/ Nº DA RBH	5	7	4	6	1	3	7	7	7	7	10	5	7	9	8	9	13	9	12	136	100%	

Tabela n. 26. Orientações teóricas, 1981-1990

ORIENTAÇÃO TEÓRICA	NÚMEROS DA RBH (1991-2000)																			TOTAL	%
	21	22	23/ 24	25/ 26	27	28	29	30	31/ 32	33	34	35	36	37	38	39	40				
NENHUMA	12	7	8	12	9	10	9	9	12	10	7	14	10	11	11	10	8	169	81,6		
MARX		1	1	1		1	1	1	1	1	2		1					11	5,3		
FOUCAULT			1	1		1	1						1					5	2,4		
BEN JAMIN				1					1									2	0,9		
BOURDIEU			1											1			1	3	1,4		
MARX E FOUCAULT																		0	0		
ALTHUSSER				1									1					2	0,9		
BOURDIEU E GEERTZ																		0	0		
THOMPSON									1									1	0,4		
THOMPSON E FOUCAULT																		0	0		
THOMPSON E GINZBURG																		0	0		
GEERTZ																		0	0		
GEERTZ E BACKTIN	1																	1	0,4		
FREUD/ LACAN E ARENDT			1															1	0,4		
CARLOS GIL				1														1	0,4		
AGNES HELLER				1														1	0,4		
UMBERTO ECO					1													1	0,4		
NORA E HALBWACHS						1												1	0,4		
CHARTIER									1									1	0,4		
MARILENA CHAUI/ ESPINOSA									1									1	0,4		
RICDEUR										1								1	0,4		
CASTORIADIS											1							1	0,4		
ALAIN RENAUD												1						1	0,4		
EDER SADER												1						1	0,4		
PREBISCH													1					1	0,4		
PRADO Jr.													1					1	0,4		
TOTAL DE ARTIGOS P/Nª DA RBH	13	8	12	18	10	13	11	10	17	12	10	16	15	12	11	10	9	207	100%		

Tabela n. 27. Orientações teóricas, 1991-2000

A fim de facilitar o contraste, justapuseram-se duas tabelas resumo dos períodos:

ORIENTAÇÃO TEÓRICA	QUANTIDADE DE ARTIGOS (1981-1990)	PERCENTUAL (%)
NENHUMA	84	61,7
MARX	34	25,0
FOUCAULT	6	4,4
BENJAMIN	2	1,4
BOURDIEU	1	0,7
MARX E FOUCAULT	4	2,9
ALTHUSSER	0	0
BOURDIEU E GEERTZ	1	0,7
THOMPSON	0	0
THOMPSON E FOUCAULT	1	0,7
THOMPSON E GINZBURG	1	0,7
GEERTZ	1	0,7
GEERTZ E BACKTIN	0	0
FREUD/ LACAN E ARENDT	0	0
CARLOS GIL	0	0
AGNES HELLER	0	0
UMBERTO ECO	0	0
NORA E HALBWACHS	0	0
CHARTIER	0	0
MARILENA CHAUI/ ESPINOSA	0	0
RICOEUR	0	0
CASTORIADIS	1	0,7
ALAIN RENAUD	0	0
EDER SADER	0	0
PREBISCH	0	0
PRADO Jr.	0	0
TOTAL DE ARTIGOS	136	100%

Tabela n. 28. Orientações teóricas, 1981-1990

ORIENTAÇÃO TEÓRICA	QUANTIDADE DE ARTIGOS (1991-2000)	PERCENTUAL (%)
NENHUMA	169	81,6
MARX	11	5,3
FOUCAULT	5	2,4
BENJAMIN	2	0,9
BOURDIEU	3	1,4
MARX E FOUCAULT	0	0
ALTHUSSER	2	0,9
BOURDIEU E GEERTZ	0	0
THOMPSON	1	0,4
THOMPSON E FOUCAULT	0	0
THOMPSON E GINZBURG	0	0
GEERTZ	0	0
GEERTZ E BACKTIN	1	0,4
FREUD/ LACAN E ARENDT	1	0,4
CARLOS GIL	1	0,4
AGNES HELLER	1	0,4
UMBERTO ECO	1	0,4
NORA E HALBWACHS	1	0,4
CHARTIER	1	0,4
MARILENA CHAUI/ ESPINOSA	1	0,4
RICOEUR	1	0,4
CASTORIADIS	1	0,4
ALAIN RENAUD	1	0,4
EDER SADER	1	0,4
PREBISCH	1	0,4
PRADO Jr.	1	0,4
TOTAL DE ARTIGOS	207	100%

Tabela n. 29. Orientações teóricas, 1991-2000

Em uma comparação entre as tabelas, alguns pontos merecem ser destacados:

1. o percentual relativo a artigos sem orientação teórica teve um crescimento superior a 30% entre o primeiro e o segundo período: de 62,5% para 81,6%;
2. a variedade de orientações aumenta na segunda tabela. Nos dados relativos aos artigos publicados entre 1981 e 1990, todos os trabalhos que se valeram de alguma orientação teórica usaram ideias de sete autores (Marx, Foucault, Benjamin, Bourdieu, Geertz, Thompson e Ginzburg); entre 1991 e 2000 esse número aumentou em mais de quatro vezes;

3. *insights* oriundos da obra de Marx na primeira tabela perfazem 25%; na segunda, alcançam tímidos 5,3%;
4. autores como Foucault, Thompson, Benjamin e Geertz, propalados pela literatura como inspiradores das tendências na década de noventa, diminuiram(!) o percentual de aparição, e, juntos, alcançam diminutos 2,6% na segunda tabela;
5. de todos os autores apenas quatro são brasileiros, Éder Sader, Carlos Gil, Caio Prado Jr. e Marilena Chauí. Devo ponderar, no entanto, que Éder Sader não é propriamente autor de orientação teórica. Seu nome aparece na tabela em respeito ao autor do artigo da RBH.¹⁷⁹ Marilena Chauí é um caso semelhante ao de Sader, pois é, na verdade, apropriada mais como intérprete do que como origem de orientação teórica;
6. entre aqueles artigos que utilizaram alguma orientação teórica, foi comum o uso de mais de um autor no mesmo trabalho, como combinações entre Marx/ Foucault, Thompson/ Ginzburg e Freud/ Lacan/ Arendt;
7. e, dos últimos quatro números da RBH, apenas dois artigos, *entre quarenta e dois*, se valeram de orientação teórica (Bourdieu), sugerindo que o final do século XX se encerra com um sintomático desapego às teorias.

2.3. Perspectiva predominante da interpretação

Os dados relativos às perspectivas predominantes da interpretação são os seguintes:

¹⁷⁹ SOUZA, João Carlos de. Ocupação de áreas urbanas em São Paulo: trajetórias de vida, linguagens e representações. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 18, n. 35, pp. 361-373, 1998. Dossiê: arte e linguagens. Ver nota 2, p. 362.

PERSPECTIVA PREDOMINANTE DA INTERPRETAÇÃO	QUANTIDADE DE ARTIGOS (1981-2000)	PERCENTUAL (%)
FACTUAL	146	42,6
REPRESENTACIONAL	112	32,6
DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA	85	24,8
TOTAL DE ARTIGOS	343	100%

Tabela n. 30. Perspectiva predominante da interpretação, com textos de discussão bibliográfica 1981-2000

Vale lembrar que apenas as opções *factual* e *representacional* são perspectivas da interpretação, pois, como expliquei no capítulo anterior, referem-se à história em seu acontecer. O modo *discussão bibliográfica*, portanto, é uma classificação que criei para alocar todos os textos de natureza metateórica (ensino de história, historiografia e teoria/ filosofia/ metodologia da história) que não se reportam aos eventos históricos. Por isso, podemos considerar que, em vez de trezentos e quarenta e três artigos, este item tem condições de avaliar somente duzentos e cinquenta e oito, ou seja, a soma das perspectivas factual e da representacional. Sendo assim, uma tabela atualizada, sem os artigos metateóricos, (isto é, impertinentes ao que caracteriza uma perspectiva predominante da interpretação), pode ser graficamente representado da seguinte maneira:

PERSPECTIVA PREDOMINANTE DA INTERPRETAÇÃO	QUANTIDADE DE ARTIGOS (1981-2000)	PERCENTUAL (%)
FACTUAL	146	56,6
REPRESENTACIONAL	112	43,4
TOTAL DE ARTIGOS	258	100%

Tabela n. 31. Perspectiva predominante da interpretação atualizada, sem os textos de discussão bibliográfica, 1981-2000

A partir do resultado final, as diferenças não são tão díspares. Porém, quando se analisa a aparição dessas duas perspectivas dividindo os dados em duas partes, a exemplo do que fiz com outras opções historiográficas, os números são mais sugestivos, como é possível perceber nas tabelas abaixo:

PERSPECTIVA PREDOMINANTE DA INTERPRETAÇÃO	QUANTIDADE DE ARTIGOS (1981-1991)	PERCENTUAL (%)
FACTUAL	73	65,8
REPRESENTACIONAL	38	34,2
TOTAL DE ARTIGOS	111	100%

Tabela n. 32. Perspectiva predominante da interpretação, 1981-1990

PERSPECTIVA PREDOMINANTE DA INTERPRETAÇÃO	QUANTIDADE DE ARTIGOS (1991-2000)	PERCENTUAL (%)
FACTUAL	73	49,6
REPRESENTACIONAL	74	50,3
TOTAL DE ARTIGOS	147	100%

Tabela n. 33. Perspectiva predominante da interpretação, 1991-2000

Na tabela referente ao período 1981-1990, a perspectiva factual representa praticamente o dobro da representacional. Entretanto, no período seguinte, 1991-2000, ocorre um movimento de convergência e de equilíbrio: a factual diminui sua aparição ao passo que a perspectiva representacional aumenta, superando percentualmente aquela.

2.4. Tipos de fontes usadas nos artigos

Neste item apresento a quantidade e tipos de fontes oficiais e não-oficiais usadas nos artigos. Sobre o uso das fontes oficiais (aquelas emitidas pelo Estado, agentes ou organismos que lhe façam as vezes), no cômputo geral, os resultados são os seguintes:

QUANTIDADE DE ARTIGOS DO PERÍODO 1981-2000	343
QUANTIDADE DE ARTIGOS QUE USOU PELO MENOS UMA FONTE OFICIAL	134
PERCENTUAL DE ARTIGOS QUE USOU PELO MENOS UMA FONTE OFICIAL	39,0%

Tabela n. 34. Artigos que usaram fonte oficial, 1981-2000

Os dados gerais, no entanto, não explicitam uma tendência: a diminuição no uso de fontes oficiais. As tabelas abaixo contrastam os dois períodos, 1981-1990 e 1991-2000:

QUANTIDADE DE ARTIGOS DO PERÍODO 1981-1990	136
QUANTIDADE DE ARTIGOS QUE USOU FONTES OFICIAIS	70
PERCENTUAL DE ARTIGOS QUE USOU PELO MENOS UMA FONTE OFICIAL	51,4%

Tabela n. 35. Artigos que usaram fonte oficial, 1981-1990

QUANTIDADE DE ARTIGOS DO PERÍODO 1991-2000	207
QUANTIDADE DE ARTIGOS QUE USOU FONTES OFICIAIS	64
PERCENTUAL DE ARTIGOS QUE USOU PELO MENOS UMA FONTE OFICIAL	30,9%

Tabela n. 36. Artigos que usaram fonte oficial, 1991-2000

No primeiro período, o percentual de artigos que se valiam de pelo menos um documento oficial correspondia a mais da metade do total (51,4%). No segundo período, porém, a tabela apresenta uma queda da ordem de 40% no uso de documentos emitidos pelo Estado ou sujeitos que lhe façam as vezes, isto é, menos de um terço dos artigos produzidos entre 1991 e 2000 utilizaram algum tipo de documento oficial.

Na tabela abaixo, exponho quais os tipos de fontes oficiais usadas, a quantidade e percentual de cada uma:

TIPOS DE FONTES OFICIAIS	QUANTIDADE DE ARTIGOS QUE USOU DETERMINADA FONTE OFICIAL	PERCENTUAL DE ARTIGOS QUE USOU DETERMINADA FONTE OFICIAL (%)
JURÍDICA E CARTORIAL	72	20,9
ADMINISTRATIVA	49	14,2
POLÍTICA	37	10,7
RECENSEAMENTO/ ESTATÍSTICAS SOCIAIS	19	5,5
EDUCACIONAIS	9	2,6
NÃO IDENTIFICADA	9	2,6
INQUISIÇÃO	8	2,3
CORRESPONDÊNCIA	8	2,3
CÓDIGO DE POSTURAS/ NORMAS DE CONDUTA	3	0,9
BOLETIM INFORMATIVO	3	0,9
PLANO URBANÍSTICO	1	0,3
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	1	0,3
CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA	1	0,3
AUTO DE VERAÇÃO	1	0,3
PROGRAMA DE RÁDIO	1	0,3

Tabela n. 37. Fontes oficiais, 1981-2000

As fontes *jurídicas e cartoriais* incluem um largo espectro de documentos, entre os mais usados estão processo-crime, inventário, testamento, ações jurídicas,

escritura, carta de sesmaria, sentença, inquérito, contrato, registro cartorial, matrícula de escravo, processo de divórcio e todo e qualquer tipo de regra, instituída ou com pretensão de se instituir, que, de alguma maneira, compõem, ou pretende compor, o ordenamento jurídico da sociedade analisada; as *administrativas* incluem diretrizes gestoras, regulamentos de penitenciária, prontuário de hospital, relatórios diversos, como de Secretarias, da Polícia, de províncias, de Santa Casa, Atas de Congresso Agrícola, Boletim da Câmara Municipal, correspondência oficial entre funcionários públicos, despacho consular, manual do Departamento de Ordem Política e Social, alvará, regulamento de construção e discurso de funcionário público; as fontes *políticas* dizem respeito a Atas variadas, como as de Conselho de Estado, de Câmara e de Assembleia Legislativa, relatórios ministeriais, discursos proferidos por membros do poder legislativo ou executivo, Anais da Câmara e do Senado, Mensagens dos Governadores, carta do poder legislativo ao Rei e Diário das Cortes; as fontes de *recenseamento e estatísticas sociais* referem-se aos dados compilados e organizados pelo poder estatal, tais como Anuário Estatístico, dados do Comitê Estatal de Estatística, Maços da População, censo demográfico e educacional e lista de eleitores, tropas e governadores de armas; as fontes *educacionais* incluem Programas, parâmetros, propostas e diretrizes curriculares, guia de estudos, conferência de gestores da educação e Plano Nacional de Educação; já as classificadas como *inquisição* incluem relatório de visitador, livro de devassa, autos e processos inquisitoriais. Como lembrou Eulália Lobo, “as fontes da Igreja Católica também podem ser consideradas oficiais dado o sistema de régio patronato”;¹⁸⁰ no item *correspondência* incluí a Carta de Pero Vaz de Caminha, correspondência diplomática e telegramas oficiais; as fontes *código de posturas/normas de conduta* dizem respeito aos materiais emitidos pelo Estado a fim de controlar ou indicar determinados comportamentos desejados, como aqueles relativos ao papel da mulher e do homem no casamento ou códigos destinados a uma dada concepção de cidadania; os três *boletins informativos* são o boletim do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, do Centro de Pesquisa e Orientação Educacional da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e o

¹⁸⁰ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Historiografia do Rio de Janeiro. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 15, n. 30, 1995. Dossiê: Historiografia. Propostas & Práticas. p. 45.

boletim do Serviço de Proteção ao Índio. Considero que as outras fontes oficiais, pelos termos que lhes designam, dispensam exemplificação.

As fontes não-oficiais, por seu turno, têm variedade maior. Além disso, todos os artigos adotaram alguma delas. Em outros termos, não houve artigo que dispensasse algum tipo de fonte não-oficial. Justamente por isso, não há tabelas por período a serem contrastadas, tal como realizado com as fontes oficiais. Na tabela abaixo exponho quais os tipos de fontes usadas, a quantidade e percentual de cada uma:

TIPOS DE FONTES NÃO-OFICIAIS	QUANTIDADE DE ARTIGOS QUE USOU A FONTE NÃO-OFICIAL CORRESPONDENTE	PERCENTUAL DE ARTIGOS QUE USOU UMA FONTE NÃO-OFICIAL
BIBLIOGRAFIA PERTINENTE	342	99,7
IMPrensa	95	27,7
LITERATURA	56	16,3
CORRESPONDÊNCIA	36	10,5
RELATOS DE VIAJANTES	29	8,5
DIÁRIO/ MEMÓRIAS/ BIOGRAFIA/AUTOBIOGRAFIA	21	6,1
DEPOIMENTOS ORAIS	17	5,0
MÚSICA	11	3,2
RELIGIOSA	6	1,7
PINTURA/ TELA	6	1,7
DICIONÁRIOS	6	1,7
EXPERIÊNCIA DOCENTE	6	1,7
BOLETIM INFORMATIVO	4	1,2
ESTATUTO/ REGIMENTODE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3	0,9
PEÇA DE TEATRO	3	0,9
PANFLETO POLÍTICO	3	0,9
CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÃO PRIVADA	3	0,9
DISCURSO PROFERIDO EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3	0,9
FOTOGRAFIAS	3	0,9
LIVROS DIDÁTICOS OU PARADIDÁTICOS	3	0,9
DOCUMENTOS DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS	3	0,9
MANUAIS DE COMPORTAMENTO	2	0,6
RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2	0,6
FILMES	2	0,6
REGISTRO DE EMPRÉSTIMO EM BIBLIOTECA	2	0,6

HABILITAÇÃO NA ORDEM DE CRISTO	2	0,6
INSCRIÇÃO PICTÓRICA/ GRAFITE	1	0,3
ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS	1	0,3
VÍDEO PEDAGÓGICO	1	0,3
GENEALOGIAS	1	0,3
MANUAL DE DIREITO CIVIL	1	0,3
TRATADOS MÉDICOS	1	0,3
VÍDEO-DOCUMENTÁRIO	1	0,3
MITOLOGIA GREGA	1	0,3
MAPAS	1	0,3
PROGRAMAS DE TELEVISÃO	1	0,3
MANUAIS DE FOTOGRAFIA	1	0,3
ESCULTURA	1	0,3
CARICATURAS	1	0,3
DEPOIMENTOS TRANSCRITOS	1	0,3
INSTRUÇÕES TÉCNICAS	1	0,3
TESTEMUNHOS OCULARES	1	0,3
ENTREVISTA	1	0,3
PROGRAMAS DE RÁDIO	1	0,3
FOLHETOS PUBLICITÁRIOS	1	0,3

Tabela n. 38. Fontes não-oficiais, 1981-2000

Diferentemente das fontes oficiais, as não-oficiais não permitiram agrupamentos sintetizadores, como nas classificações políticas, administrativas, jurídicas e cartoriais. Isso teve duas implicações: uma grande variedade de tipos; e a dispensabilidade de explicar, descrever e decompor cada um dos tipos, como teve de ser feito com a maioria das fontes oficiais.

Na tabela acima, destaca-se o número, quase absoluto, de textos que usaram a bibliografia pertinente, que diz respeito à literatura do tema. Apenas um artigo, *O inferno no Espelho do Céu*, de Paulo Miceli,¹⁸¹ dispensou, *explicitamente*, essa modalidade de fonte. O segundo tipo de documento não-oficial mais utilizado é o da imprensa, o qual se consubstancia em periódicos voltados ao grande público, sobretudo jornais e revistas. Em seguida, têm-se as fontes literárias (poemas e romances), as *correspondências* (sobretudo cartas), ambos com percentual acima de 10%. Na sequência, quarenta e três tipos de diferentes documentos compõem o conjunto de fontes não-oficiais.

¹⁸¹ MICELI, Paulo. O Inferno no Espelho do Céu. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 21, pp.77-99, set. 1990/ fev. 1991. Dossiê: América, Américas.

É notório em relação às fontes não-oficiais, além do percentual de artigos que se valeram de bibliografia pertinente, o número, ainda reduzido, de textos que usaram fontes imagéticas e sonoras, em que pese a impressão reiterada por estudiosos da produção historiográfica brasileira recente de que a ampliação temática implicou na incorporação e análise dos artefatos sonoros e imagéticos.

Enfim, por conta dos dados apresentados acima, poderíamos, então, pensar que o artigo “típico” do primeiro período – 1981-1990 – seria, *ao mesmo tempo*, de história social, recortaria seu objeto cronologicamente entre o século dezenove e vinte, versaria sobre o Brasil ou especificamente sobre São Paulo, não teria orientação teórica, teria perspectiva predominante da interpretação factual e usaria algum tipo de documento oficial e bibliografia pertinente como fontes privilegiadas. Por seu turno, o artigo que melhor representaria o período seguinte – 1991-2000 – seria de história cultural, sem orientação teórica, sobre o século XX, o Brasil ou São Paulo, representacional e com bibliografia pertinente.

Ocorre, porém, que arquétipos idealizados encontram pouco espaço na complexidade do material empírico. As mudanças não acontecem em bloco. Quando se verifica a quantidade de textos estritamente dentro de cada um desses “modelos tipificados”, os números são muito pequenos. Dentre os cento e trinta e seis artigos publicados no primeiro período, por exemplo, apenas sete estão dentro do perfil descrito acima, ou seja, pouco mais de 5% dos textos têm, *simultaneamente*, tais características. Dos duzentos e sete artigos publicados no segundo período, apenas oito (!) se enquadram no perfil das características mais adotadas, isto é, 3,9% do total.

Cruzar os dados entre si a fim de encontrar tendências *concomitantes* entre área historiográfica, recortes espacial e temporal, orientação teórica, perspectiva predominante da interpretação e fontes é um exercício não apenas complicado como infrutífero.

Por tudo isso, precisamos aceitar a coexistência de opções em decadência com outras em ascensão em um mesmo artigo: as mudanças de predileções e preterições das opções historiográficas nos textos da RBH são graduais e com velocidades distintas dependendo de cada item. Por mais que alguns autores e perspectivas “entrem em moda”, os historiadores não combinam entre si que, a partir

de determinado momento, irão escrever sob novas bases. O conhecimento histórico é, ele próprio, sujeito a temporalidades diferentes em uma mesma circunstância.

Esse é um dos motivos pelos quais no próximo capítulo frustro o leitor ao não construir uma imagem-síntese que distinga uma *tendência* historiográfica geral em decadência e outra em ascensão, que resuma a diversidade e apare as arestas em prol de uma perspectiva mais homogênea e tranquilizadora. Uma vez mais: o fluxo das continuidades e discontinuidades na historiografia é complexo, não ocorre no mesmo grau e simultaneamente em todas as opções adotadas pelos autores. A mesma área historiográfica pode ser combinada, por exemplo, com diversas orientações teóricas, perspectivas de interpretação ou recortes no espaço e no tempo. Não se pode, portanto, reduzir os números a um quadro sinóptico, mesmo que a criação de uma imagem-síntese seja um recurso alentador e, em muitos casos, uma estratégia eficiente no processo de persuasão do público leitor.

Ainda que todos os números dos dados coligidos sugiram mudança no conjunto das características dos artigos da RBH, restou-me designar o que *cada* opção (e suas alterações) pode significar no âmbito do conhecimento histórico. Nada além.

CAPÍTULO 3 AS TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS NA RBH

A passagem da década de oitenta para a década de noventa apresenta mudanças significativas nas predileções dos autores e editores da *Revista Brasileira de História*. Algumas opções caíram em desuso e outras no gosto acadêmico. E isso não é, propriamente, uma descoberta: a literatura do tema, de modo amplo, aponta para mudanças de naturezas variadas na historiografia brasileira do período, diferindo entre os autores sobre o momento no qual essas alterações teriam ocorrido: entre a década de setenta e oitenta ou entre a década de oitenta e noventa. Afora a divergência cronológica, aceita-se, com certo consenso, que a historiografia brasileira das duas últimas décadas do século XX desviou o seu trajeto predominante a outras direções.

Especificamente em relação à RBH, a divisão dos dados em dois períodos – 1981-1990 e 1990-2000 – parece ter propiciado o entendimento de que a produção historiográfica mudou. Não se trata, evidentemente, de uma refundação do campo, mas de modificações significativas nas maneiras de pensar as possibilidades e funções cognitivas da disciplina história e no modo como os autores se relacionaram com determinadas realidades sociais que os cercavam quando redigiram seus artigos. Como explicar tais alterações?

Penso que há muitas maneiras. De teorias que vinculam as mudanças na historiografia estritamente a fatores “externos”, isto é, ao contexto social, político, cultural, econômico, etc., àquelas que limitam as transformações a questões “internas”, isto é, à prática historiográfica, às disputas por poder e às exigências institucionais, as variações são grandes.

Não pretendo, porém, limitar a análise a uma ou outra abordagem específica. Reconheço que fatores contextuais e do ofício influem simultaneamente nas mudanças de percurso do conhecimento histórico. No entanto, é difícil precisar o grau, e *como*, tais fatores interferem em cada uma das opções historiográficas.

Apesar da dificuldade em delimitar o nível de influência exercido pelos fatores “internos” e “externos” separadamente, parece-me factível, e legítimo, mencionar o que a diminuição ou a ampliação no uso de cada opção historiográfica no cômputo

geral dos artigos significa para se caracterizar a produção da RBH no período analisado, sem, evidentemente, ter a pretensão de esgotar os sentidos e interpretações possíveis que as mudanças podem sugerir.

3.1. Área historiográfica

O recorte no todo da realidade histórica mediante a divisão em áreas historiográficas é um recurso que torna exequível a tarefa de compreender e explicar o passado humano. Sem a adoção desse artifício, as histórias produzidas adquiririam feição superficial ou precisariam imputar à complexidade dos fenômenos uma homogeneização que lhes descaracterizariam. O realce a um ou mais setores da realidade pretérita é um “mal necessário” do qual o historiador não tem condições de se eximir.

A historiografia, do século XIX aos dias de hoje, executou e executa delimitações do campo, ainda que em alguns momentos parte dos historiadores tenha acreditado na possibilidade de uma história total ou praticado uma história política, econômica ou social considerando-a determinante das transformações humanas. Dizer, por exemplo, que o historiador investiga a história, *como um todo*, é força de expressão.

Mas a ênfase a um setor da realidade, a qual se consubstancia em uma determinada especialidade historiográfica, não é obra do acaso. De modo geral, a escolha da área está relacionada a determinadas demandas sociais do presente. Ou, de modo diferente, a questões mal resolvidas, não compreendidas, ameaçadas ou que, por algum motivo, precisam ser revisitadas. Os assuntos ou temas de determinadas áreas que são aceitos sem reservas ou não incomodam, geralmente não despertam o interesse da comunidade de historiadores profissionais.

Evidentemente, não existe um fluxo direto e imediato entre supostas demandas sociais e a materialização destas nas pesquisas dos historiadores. Sempre há a necessidade de reformulações aos padrões acadêmicos e às características pessoais de cada pesquisador. Além disso, nem toda diligência social recebe um trabalho historiográfico que lhe corresponde.

Ainda assim, a demanda social se consubstancia em um norteador proveitoso para a compreensão das influências “contextuais” nas preferências por determinadas áreas.

Porém, nem só do contexto sócio-cultural é que são feitas as escolhas por áreas. A história enquanto disciplina passou por uma série de transformações internas que influenciou na maior ou menor procura por algumas especialidades. De modo breve, mencionarei três: 1) o deslocamento do que era ou não importante. Deixou-se, por exemplo, de atribuir relevância explicativa para determinados “setores” da realidade, como a economia, que servira, em vários estudos historiográficos, como um campo chave para se entender o que o Brasil fora, era e seria. Outras partes do todo, como a cultura, passaram a receber maior atenção, ganhando *status* e força explicativa; 2) a resignificação de dados conceituais. Os termos cultura e política, por exemplo, foram reformulados e ampliados de tal forma que se os aceitarmos sem restrições, no extremo, tornar-se-á difícil encontrar algum fenômeno humano o qual não possa ser considerado cultural ou político. O alargamento, sobretudo antropológico, mas não só, do significado de cultura e os *insights* foucaultianos acerca do poder permitiram incluir novas linhas de raciocínio e abordagens inovadoras para temas bem conhecidos, re-situando questões culturais e políticas dentro de realidades históricas distintas; 3) a epistemologia da história. Em outros termos, a concepção sobre as possibilidades cognitivas da história que presidem as pesquisas e suas conclusões. Novos desafios epistêmicos e ideias teóricas contribuíram para que algumas áreas deixassem de despertar interesse e outras exercessem forte atração.

A maior ou menor procura por determinadas especialidades nestes quarenta primeiros números da *Revista Brasileira de História*, portanto, é resultado de um concurso de variáveis inseparáveis, as quais indicam a complexidade que envolve uma escolha aparentemente fortuita. Entender a predileção por uma ou outra área passa pela compreensão das necessidades que os indivíduos do presente do historiador pretendem satisfazer, sejam elas sociais ou do próprio *métier*.

3.2. Recorte cronológico ou temporal

Houve uma mudança substancial de preferências por determinados recortes cronológicos entre 1981 e 2000. A tendência, sugerida pela literatura do tema, de que o interesse dos historiadores brasileiros estava, cada vez mais, se voltando para períodos mais próximos do seu próprio tempo, já na década de setenta, não apenas foi confirmada nos textos da RBH como se mostrou intensa.

O percentual de artigos que recortou seu objeto dentro do século XX ultrapassou, no período de 1991-2000, 50%(!). Em compensação, diminuiu-se o interesse pelos séculos XIX e pela combinação XIX/ XX. O que tudo isso sugere? Quais os possíveis motivos dessa mudança?

O recorte mais frequente em períodos recentes talvez indique que o passado remoto não desperta tanto interesse como antes, pois, contemporaneamente, é considerado insuficiente para a compreensão do presente. Essa perspectiva também pode ser resultado de fatores sócio-culturais e da prática historiográfica.

Os fatores “contextuais” são aqueles pertinentes às mudanças rápidas pelas quais os contemporâneos do final de século passaram. Entre outros, a fugacidade dos meios de comunicação, os recursos técnico-científicos inovadores, as alterações políticas e econômicas e as mudanças de comportamento aceleradas parecem ter trazido para o campo da história dúvidas acerca da continuidade e correspondência entre períodos muito afastados.

Os fatores “internos” à historiografia, de cunho teórico, podem ser considerados um desdobramento dos fatores “externos”. O passado deixou de ser reconhecido no presente como, em muitos casos, uma linha contínua. Passou-se a enfatizar os momentos de ruptura, de descontinuidades e as dessemelhanças entre situações diferentes. Valores e acontecimentos praticados no Brasil colonial, por exemplo, só teriam relevância para a explicação do presente se, e somente se, fosse possível identificar algum elemento que ligasse o passado ao mundo atual. Essa associação pressupõe a existência de uma semelhança entre as partes, cada vez menos, para o bem ou para o mal, aceita pelos historiadores.

Insights teóricos como os de Michel Foucault e Thomas Kuhn sobre as continuidades e descontinuidades em determinados setores e fenômenos, por exemplo, cristalizaram ideias que pairavam de modo disperso e pouco nítido no meio acadêmico, pressentidas por outros autores, o que explica, em certo sentido, a receptividade positiva de suas considerações. Essa ambiência intelectual influenciou em muitos campos, entre eles o da história, disciplina ocupada prioritariamente com o tempo.

A ênfase nos estudos historiográficos deslocou-se das continuidades e semelhanças entre os fenômenos históricos para a busca por momentos de descontinuidades, de emergência de novas práticas e representações. Dessa perspectiva, o passado remoto mostrava-se distinto do mundo atual não apenas pela

distância cronológica, mas, sobretudo, por que se deixou de ver uma suposta linha que uniria o passado ao presente.

Esse é um dos motivos pelos quais se pode compreender a diminuição de abordagens na longa duração, estruturais ou pautadas nas grandes sínteses. Os artigos publicados na *Revista Brasileira de História* acompanharam essa inclinação disseminada em âmbito internacional e tenderam a enfatizar situações nas quais a compreensão do presente poderia ser realizada sem a necessidade de se “forçar” uma relação de continuidade entre dois momentos muito afastados entre si.

As mudanças rápidas do tempo presente, as ideias teóricas da necessidade de se conhecer as discontinuidades e as dessemelhanças condicionaram o olhar do historiador a ver no passado remoto um mundo diferente, e no tempo próximo um momento quase sempre legítimo para entender melhor o seu próprio presente. Sinais de uma nova *temporalidade*?

3.3. Recorte espacial

Geralmente atribuímos menos importância ao recorte espacial do que ele realmente tem. Em alguns casos, ele é o ponto inicial que direciona a escolha das outras opções historiográficas. Podemos associá-lo a, pelo menos, dois fatores.

O primeiro refere-se às preferências e interesses pessoais do autor. Ao analisarmos a produção historiográfica desconsideramos, por vezes, o fato de que as pesquisas são realizadas por indivíduos carregados de sentimentos das mais variadas naturezas, os quais se materializam nos trabalhos historiográficos, ainda que grande parte do público externo ao ofício acredite na objetividade irrestrita das pesquisas. As relações afetivas com determinados lugares podem definir a delimitação do espaço em cada artigo. Em algumas situações, essa associação é perceptível, consciente e desejada; em outras, o autor não tem consciência de sua existência, nem a controla.

O segundo fator que pode influir na escolha do recorte espacial diz respeito ao lugar no qual o indivíduo fez sua pós-graduação. Não é sem motivo que grande parte dos artigos da RBH tenham analisado as regiões nas quais se situavam os principais centros de pós-graduação do país, sobretudo o sudeste brasileiro. Parece-me que isso acontece por algumas razões, entre as quais porque parte dos pós-graduandos se enquadram na pesquisa em andamento do orientador que, pela

facilidade de financiamento, grupo de interlocutores ou outras motivações, prefere investigar temas do espaço no qual está inserido; e também por que a região onde a pós-graduação se localiza é considerada relevante no cenário nacional. É surpreendente a quantidade de artigos que recortam seu espaço de análise em algum lugar do sudeste e faz remissão ao Brasil como um todo, como se o caso estudado fosse representativo e aplicável ao restante do país. A predominância de determinados recortes espaciais, portanto, pode designar, além de uma relação afetiva, uma relação geoestratégica de poder.

Sem dúvida, esses dois fatores condicionaram a maior parte dos artigos da RBH. Eles servem para compreendermos melhor como um determinado espaço é delimitado tendo em conta fatores afetivos, por relações de poder e práticos, por assim dizer. Torna compreensível, por exemplo, por que aumentou o número de regiões que estavam ausentes no primeiro período ou por que espaços pouco pesquisados na década de oitenta receberam maior atenção na década seguinte, uma vez que a expansão das pós-graduações em história ocorreram na década de oitenta e noventa.

No entanto, tais fatores não nos auxiliam a entender por que no período 1991-2000 há uma grande quantidade de artigos classificados como “Brasil” e “sem identificação”, justamente os dois sub-itens que mais se destacam. O que eles significam?

A princípio, o crescimento de artigos cuja delimitação é o Brasil (como um todo) poderia ser considerada uma informação surpreendente, já que se trata de um resultado bem diferente daquele divulgado por autores como Diehl, Petersen e Arruda. Para estes, as últimas décadas do século XX é marcada pelo aumento de micro-recortes e perspectivas diminutas. A suposta opção por recortar o espaço em algo como o “Brasil” seria uma característica da historiografia anterior à década de oitenta.

Ocorre, porém, que uma análise mais detida nos textos que foram classificados com este recorte retira o aspecto surpreendente e conflitante com os resultados de parte da literatura do tema e, ainda, sugere uma tendência imprevista nos trabalhos historiográficos mais recentes: a *desimportância do espaço*.

Os principais fatores que desencadearam o crescimento significativo de textos com recorte “Brasil” e “não-identificados” são a falta de precisão dos autores em mencionar um recorte espacial delimitado, o uso de termos que nos remetem ao

território brasileiro como um todo – mesmo que se trate de um caso isolado –, o aumento de textos classificados como “Discussão bibliográfica”¹⁸² e, sobretudo, o *crescimento das perspectivas da interpretação representacionais*.

Na perspectiva da interpretação factual, predominante no primeiro período, os autores precisam estabelecer uma correspondência entre o que eles afirmam e uma dada realidade física. O espaço, nesse caso, precisa ser definido a fim de especificar onde o objeto está inserido. Justamente por isso, ele assume papel relevante nas estratégias de convencimento do público leitor.

Na perspectiva da interpretação representacional, predominante no segundo período, o espaço em si não é relevante, pois a própria representação (e a sua historicidade) assumem posição de primeiro plano. Pouco ou nada importa, em alguns casos, onde, *fisicamente*, aconteceu determinada situação. Isso desincumbe o autor de precisar o espaço ou atribuir-lhe maior relevância na trama. Esse é um dos motivos pelos quais há tantos textos com referenciação espacial imprecisa ou genérica, com menções ao Brasil de modo despreocupado.

Nos trabalhos historiográficos da RBH do segundo período, *o espaço perdeu espaço*. Se a busca pela historicidade aparece como a principal meta dos historiadores na análise dos objetos históricos, o espaço é alocado a uma posição secundária ou, em muitos casos, se torna dispensável.

O grande número de artigos classificados como “Brasil”, portanto, tem menos a ver com textos que realmente se pautam em uma investigação sintética do território brasileiro como um todo do que a um modo diferente de abordar os fenômenos históricos e, conseqüentemente, a uma crescente falta de importância que o espaço passou a ter em parte considerável dos relatos históricos.

3.4. Orientações teóricas

Os números relativos ao uso, ou não, de determinadas orientações teóricas nos artigos da *Revista Brasileira de História* causam inquietação ao indicarem, por exemplo, 73,8% de artigos sem orientação alguma (81,6% no período 1991-2000); o

¹⁸² Lembro que a menção ao aumento dos textos classificados como Discussão bibliográfica se deu pois grande partes destes não indicam um espaço físico dos debates que analisam. No primeiro período 1981-1990 –, o percentual de artigos alocados como Discussão bibliográfica perfazia apenas 18%; no segundo – 1991-2000 –, esse número subiu para 28%, o que, por conseguinte, elevou o número de textos sem identificação espacial.

declínio de abordagens marxistas; o baixo índice e a diminuição na apropriação das ideias de autores como Foucault, Geertz, Thompson e Benjamin, principalmente na década de noventa.

Todas essas informações sugerem que os historiadores usam cada vez menos arcabouços teóricos no duplo processo de compreensão e explicação do objeto investigado. No entanto, elas escondem observações importantes, perceptíveis apenas mediante a leitura de cada um dos artigos.

A primeira delas é a de que a ausência de orientação teórica, tal como defini, não significa a inexistência de reflexão de cunho teórico, já que os autores realizam construções argumentativas e textuais com base em pressupostos teóricos de níveis e naturezas variadas. Para ilustrar, citarei três casos.

- O mais comum entre eles diz respeito às reflexões oriundas da análise das fontes e uma suposta “lógica interna” que as preside. A explicação do fenômeno histórico no artigo, nesse caso, não é elaborada a partir de uma teoria apriorística, por meio de um conceito-chave ou “leis gerais”, mas com base na análise das características das fontes investigadas. Trata-se de uma explicação, por assim dizer, interna ao *corpus*, sem a pretensão de criar uma teoria aplicável a outro objeto, tempo ou espaço. Ela nasce e, possivelmente, morrerá na própria pesquisa de onde emergiu, pois se refere, *exclusivamente*, àquelas fontes, e não a outras.
- O segundo tipo de consideração teórica muito frequente nos artigos é o uso de teorias como subsídio argumentativo. É quando o autor do artigo recorre a uma teoria, geralmente com boa reputação entre seus pares, apenas para reafirmar parte do que pretende defender. Neste caso, ele vale-se de uma orientação teórica não como instrumento norteador do artigo como um todo, mas como reforço, apoio ou proteção circunstancial para levar adiante seu argumento. Essa modalidade de uso das orientações teóricas aparece esporadicamente e não condiciona ou determina os resultados da pesquisa. É o que poderíamos denominar de *orientação teórica secundária*. Embora eu não as tenha quantificado, sua apropriação aumentou significativamente no final da década de noventa.

- O terceiro tipo de reflexão teórica refere-se aos “cuidados teóricos” ou “procedimentos habituais” que os autores praticam no dia a dia da pesquisa e redação dos artigos. São precauções as quais se materializam em questões latentes que quase sempre os historiadores têm em mente. É como se Clio estivesse a sussurrar em seus ouvidos: “cuidado com esse termo”; “isso é anacronismo”; “reflita sobre suas pré-noções”; “será que essa inferência é apropriada e possível pelas fontes disponíveis?”; “será que não há sub ou sobredeterminação conceitual em sua análise?”; “quais as relações que essa pesquisa estabelece com o “lugar social” de onde você se manifesta?”;¹⁸³ “por que e como essas fontes permaneceram até os dias de hoje?”; “isso é mesmo um objeto?”; “quais os critérios para considerar uma fonte como digna ou indigna de crédito?”; “como esse tema foi tratado ao longo do tempo?”; “quais são os limites éticos e materiais da sua pesquisa?”; “cuidado com a imprecisão terminológica”; “a justificativa é plausível?”; “é possível extrair o que você quer das fontes?”; “esse método é adequado?”; “há coerência interna entre o que foi proposto e o que está sendo realizado?”; “como determinado indivíduo está usando tal ou qual conceito”; entre tantos outros cuidados.¹⁸⁴ Na maioria das vezes, essas questões não estão explicitadas, e nem precisariam. Porém, com um pouco de serenidade e conhecimento dos procedimentos costumeiros do ofício, um leitor atento as perceberá presente.

Essas três formas de reflexão também são teóricas e metodológicas. Todavia, não se referem ao que denominei *orientação teórica*. Precisamente por isso não foram contabilizadas, conquanto muito frequentes em grande quantidade dos artigos publicados na *Revista Brasileira de História*.

Uma segunda observação relevante sobre as orientações teóricas refere-se ao aplainamento e à homogeneização implícitos nos termos que qualificam cada sub-item. A denominação marxista, por exemplo, pode sugerir que todos os textos classificados sob essa designação têm os mesmos pressupostos, apropriações e usos. Longe disso. Em historiografia, o marxismo não é um conjunto de teorias, conceitos e procedimentos que, aplicados a um dado campo de observação,

¹⁸³ Sobre a expressão “lugar social” ver CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. – Rio de Janeiro: Forense, 2000.

¹⁸⁴ Cf. MELLO, Ricardo Marques de. O que é teoria da história? *Op. Cit.*

permitem alcançar resultados esperados. Por conseguinte, o termo marxista congrega e camufla uma diversidade e disparidade insuspeitadas entre os artigos. Porém, mais que isso, ele oculta os conflitos entre os autores marxistas adeptos de correntes interpretativas distintas. Curiosamente, grande parte dos artigos marxistas publicados na RBH contrapõe-se antes a outros textos marxistas que a textos de outras vertentes teóricas. O enfrentamento de posições ocorre internamente entre os partidários da “mesma” teoria. Nesses casos, parece que um dos objetivos sub-reptícios de autores com essa inclinação teórica é comprovar que ele (ou outrem) soube usar com maior precisão e correção o marxismo que o seu oponente, não raramente classificado como disseminador de um marxismo vulgar, desqualificado e simplista. Além disso, os artigos apropriam-se de aspectos distintos de cada orientação teórica. Nas orientações foucaultianas, por exemplo, há textos na RBH que se valem dos *insights* sobre o poder e outros nos quais a abordagem genealógica comanda a interpretação dos fenômenos observados. Deste modo, é preciso ter em mente que, embora classificados sob os auspícios de um mesmo termo, cada orientação teórica guarda em si diferenças, às vezes, inconciliáveis, sobre o que e o modo como se deve apropriar e aplicar determinados pressupostos teóricos.

Uma terceira observação relevante refere-se à separação de indivíduos marxistas como autores de orientações teóricas autônomas. Por que, por exemplo, Edward Thompson, reconhecidamente marxista, foi considerado criador de orientação teórica? Pelo fato de que Thompson não apenas retomou ou se apropriou das ideias de Marx e/ ou Engels, mas, a partir das obras destes, reelaborou, criou, deslocou, ampliou e aprofundou ideias. Nesse sentido, ele próprio é *origem* de determinada orientação teórica. Justamente por isso, os artigos que se valeram de uma ou alguma de suas proposições *originais* não foram alocados como marxistas. O mesmo ocorre com outros pensadores, como Walter Benjamin, Castoriadis e Caio Prado Jr. Textos classificados como marxistas, por fim, são aqueles que diretamente de Marx e/ ou Engels ou, indiretamente, por intermédio de outros autores, *retomam* ideias e se valem de termos dessa heterogênea corrente.

Diante disso tudo, talvez se possa, com certa razão, questionar qual o papel da orientação teórica no trabalho historiográfico? Até que ponto ela é necessária ou desnecessária?

Como se podia esperar, não há resposta geral e *a priori* para esse tipo de pergunta. Cada situação deve ser analisada em suas especificidades. Entre os fatores os quais provavelmente pesaram na adoção de uma orientação teórica nos artigos da *Revista Brasileira de História* estão: a natureza das fontes, os objetivos da pesquisa, as simpatias pessoais do pesquisador ou as exigências institucionais, veladas ou manifestas, o próprio campo de observação, as discussões da literatura, o regime de verdade aceito à época... enfim, um conjunto de elementos que frustram qualquer tentativa de cerceamento prévio.

Contudo, fica, ainda, por se responder o que significa dispensar o uso de orientações teóricas como norteadores compreensivos e explicativos da pesquisa, caso cada vez mais comum nos artigos da década de noventa, mostrando-se como uma tendência de fim de século.

Parece-me que o uso menor e mais limitado das orientações teóricas está relacionado, sobretudo, à descrença nas possíveis semelhanças entre os fenômenos históricos. De outro modo, a recusa em aplicar um arcabouço teórico criado por outro indivíduo sob circunstâncias específicas, logo, datadas, para outros casos é resultado de perspectivas que concebem o fenômeno analisado como único, singular, não passível de ser explicado mediante uma teoria “exógena”. Significa, acima de tudo, conceber seu objeto de análise como não-repetível, enfatizando, assim, a historicidade ímpar que lhe caracteriza. O golpe deferido contra as teorias e procedimentos dedutivos foi profundo e tem a marca de uma velha conhecida dos historiadores: o conhecimento idiográfico.

3.5. Perspectiva predominante da interpretação

As informações apresentadas no capítulo anterior a respeito das perspectivas predominantes da interpretação que se sobressaem são:

- o alto índice de perspectiva da interpretação factual nos números gerais, com predominância no primeiro período – 1981-1990;
- e a diminuição do modo factual e, conseqüentemente, o crescimento da perspectiva representacional no segundo período – 1991-2000.

Com base em tais dados, podemos concluir que a concepção de história, ou, mais precisamente, a concepção das possibilidades cognitivas da historiografia na RBH sofreu mudanças significativas entre 1981 e 2000. Para tanto, é preciso não perder de vista que o modo de interpretação predominante em um texto corresponde àquilo que os autores desejam ou consideram possível apreender do seu campo de observação. De outro modo, refere-se à concepção de história que guia a análise dos documentos e a redação do artigo.

O alto percentual de textos sob perspectiva factual nos números totais sugere que os debates e as contundentes críticas no âmbito da epistemologia historiográfica acerca da pretensão em conhecer os eventos *como eles realmente ocorreram* teve repercussão limitada nos artigos publicados na RBH, os quais continuaram a investigar *o que e como* aconteceram determinados fenômenos do passado em seus próprios termos.

Em outra direção, mas com igual destaque, está o percentual crescente de artigos com pretensão interpretativa representacional da década de noventa. O modo representacional pode ser considerado não apenas uma maneira diferente de se conceber as condições epistêmicas da historiografia, mas, também, uma resposta circunstanciada para as contestações teóricas do período. Entre a crença na realidade *em si* e as ideias antirreferencialistas, a perspectiva representacional ocupa um lugar intermediário, bem recebida e muito praticada pelos historiadores brasileiros.

Evidentemente, não houve uma inversão de valores, mas um deslocamento gradativo de preferência da perspectiva factual à representacional, que, no final do século XX, era muito tênue. Ainda assim, trata-se de uma alteração de fundo na concepção e produção do conhecimento histórico, que propiciou novas maneiras de observar o passado e seus sujeitos, e cujas perdas e ganhos ainda não foram devidamente avaliados.

3.6. Fontes

Qualquer historiador contemporâneo sabe que um dos requisitos de seu ofício é referenciar suas afirmações a material empírico. Remeter o leitor à fonte a partir da qual se realizou a explicação do seu objeto e permitir, *a quem possa interessar*, a

reconstrução do percurso de seu raciocínio é obrigação de ofício. As fontes, realmente, são elementos essenciais em qualquer obra historiográfica.

Embora imprescindíveis, elas geralmente não condicionam a escolha das outras opções historiográficas, tampouco definem o argumento usado pelo autor. Diferentemente disso, as fontes são elementos prioritariamente sobredeterminados e não determinantes. O significado de algumas preterições e preferências no uso de dadas fontes no período 1981-2000 é, portanto, resultado da escolha de outras opções historiográficas.

O lócus de interesse dos autores dos artigos mais recentes vai gradativamente relegando menor importância por informações materializadas em documentos emitidos pelo Estado, por exemplo, não por conta das fontes oficiais em si mesmas, mas por que elas deixaram de ser atrativas para determinadas áreas, orientações teóricas, perspectivas predominantes da interpretação, enfim, por abordagens específicas. Isso denota, entre outros motivos, a preocupação com sujeitos históricos diversos e suas representações. O deslocamento de interesses, portanto, define quais fontes serão mais ou menos pesquisadas.

Ao mesmo tempo em que as fontes oficiais diminuíram sua órbita de atração, outras modalidades foram incorporadas como dignas de análise, embora de modo muito tímido, como filme, quadro, música, escultura, caricatura, programa de rádio e televisão, manual de comportamento, peça de teatro, entre outros documentos os quais auxiliam os historiadores a compreenderem melhor os novos temas que passaram a fazer parte de sua agenda. Muda-se o interesse da análise, muda-se a procura por determinadas fontes.

Além disso tudo, o peso que as fontes têm no trabalho historiográfico deve ser relativizado pelas possibilidades que cada autor tem de manipulá-las de acordo com seus objetivos. No extremo, as fontes podem se prestar a interpretações não apenas díspares, mas excludentes entre si.

Por isso, na RBH, o significado da predileção ou preterição de algumas fontes ao longo do tempo deve ser relacionado aos recuos e avanços nas outras opções historiográficas. Em que pese a imprescindibilidade das fontes nos artigos, elas são, reitero, antes determinadas que determinantes.

Enfim, não se pode perder de vista que cada autor de artigo não tendeu a adotar todas as opções historiográficas ascendentes ao mesmo tempo. Prevaleceu

na produção da RBH a combinação entre opções historiográficas majoritárias e minoritárias, nos dois períodos, 1981-1990 e 1991-2000. Isso não nos permite concluir, por exemplo, que há uma mesma *tendência* em todos os artigos, nem na maior parte deles. O que existe é uma frequência maior no uso de *cada opção historiográfica*. As tendências, portanto, não se referem à adoção simultânea de opções historiográficas preponderantes, mas à maior inclinação no uso de determinadas áreas, recortes espacial e temporal, orientações teóricas, perspectivas predominantes da interpretação e fontes. As tendências historiográficas na RBH que apresentei dizem respeito às opções historiográficas consideradas *individualmente*.

Se a complexidade dos dados não me autoriza a afirmar que os autores da RBH não aderiram às mesmas opções simultaneamente, parece-me possível reconhecer um elemento em comum na maioria das opções historiográficas que se tornaram majoritárias ou muito praticadas no segundo período. Ele diz respeito a uma percepção dos historiadores (voluntária ou involuntária) sobre o que e como eles deveriam abordar o passado. Em outros termos, é relativo à serventia que o conhecimento histórico deve desempenhar segundo os praticantes do ofício. Essa nova função materializa-se na *ênfase concedida às diferenças*.

A expressão *ênfase às diferenças* é abstrata, sem dúvida. No entanto, ela ganha sentido à medida que a contrapomos a práticas historiográficas ocupadas em ressaltar as semelhanças de determinados objetos. De muitas maneiras, o conhecimento histórico do século XX praticou análises nas quais homogeneizou, por intermédio de determinados signos e conceitos, a heterogeneidade de realidades sociais. Sob os auspícios de termos como nação, classe, revolução, entre outros, ocultou-se a complexidade de grupos e interesses. Por vezes, fazia-se menção ao todo quando, de fato, se referia a pequenas parcelas. Não foram infundadas, portanto, as críticas de que a produção histórica era um discurso *para* (algum fim) e não *de* (alguma coisa).

Porém, a historiografia que enfatizava as semelhanças dos indivíduos pela sua condição de classe ou por um sentimento de pertença a uma nação sofreu um recuo na segunda metade do século XX. De modo elaborado, parte dos historiadores iniciaram um processo de contraposição à ênfase nas supostas semelhanças destacando a multiplicidade de grupos e interesses que foram acaçapados por tempos.

Ao enfatizar as diferenças e a heterogeneidade contida nas sociedades, os historiadores trouxeram para a cena historiográfica novos sujeitos históricos e, conseqüentemente, novas maneiras de entender e fazer a história. Com intuito de sobrelevar a *ênfase nas diferenças*, várias táticas foram adotadas, todas muito comuns em grande parte dos artigos da *Revista Brasileira de História*, sobretudo os da década de noventa, tais como o *estudo de caso*, o *questionamento de hierarquias cristalizadas* e a *nova atribuição de relevância dos objetos analisados*.

Os estudos de caso cumprem a função de, por exemplo, demonstrar que as afirmações genéricas ou as imagens-sínteses são impertinentes. Por meio de casos restritos, os historiadores conseguiram minar a credibilidade de ideias que pretendiam dizer respeito a espaços ou a recortes temporais muito abrangentes. Ao invés disso, passou-se a enfatizar o que havia de diferente em cada situação, destacando o quanto casos específicos não se enquadravam nas afirmações gerais. A partir dessa perspectiva, o todo social se tornou múltiplo: grupos específicos que foram ignorados, subsumidos em noções abrangentes ou tratados secundariamente por longo tempo tornaram-se visíveis e conquistaram maior participação no poder decisório de várias instâncias e instituições.

Simultaneamente, os estudos sociais e históricos intensificaram reflexões sobre os parâmetros por meio dos quais determinados grupos, gênero ou mesmo sociedades inteiras foram considerados, por motivos diferentes, inferiores e, por isso, relegados a um segundo plano nas narrativas de países ou regiões. A conclusão de que a hierarquização social e cultural era *histórica* e vinculada à necessidade de dominação de grupos específicos colocou em xeque o modo como o passado e mesmo o presente eram interpretados. Novas leituras se fizeram necessárias, com outros objetos, fontes, temas e preocupações.

Nos artigos da *Revista Brasileira de História*, a prática da *ênfase nas diferenças* se materializou, por exemplo, no desprezo pelas orientações teóricas (quase sempre baseadas na dedução, que, por sua vez, pressupõe alguma semelhança entre eventos distintos), na predileção por áreas como a história cultural (já que é um terreno propício para reconstruir a identidade de grupos variados), nos recortes temporais mais próximos ao nosso tempo (pois, geralmente, identifica descontinuidades recentes) ou mesmo na adesão crescente de perspectivas que enfatizam as representações de outrem (aumentando a multiplicidade de visões de mundo, sem considerá-las hierarquicamente certas, erradas, inferiores, superiores).

A *ênfase nas diferenças* se concretiza por todo lado e parece, de fato, ser uma tendência sub-reptícia que, de algum modo, condiciona compreensões, pesquisas e resultados em parte considerável dos artigos da RBH.

Evidentemente, não pretendo polarizar o conhecimento histórico produzido na *Revista Brasileira de História* em “duas ênfases” antitéticas. Como já ressaltai mais de uma vez, a complexidade do material empírico não permite essa redução: nem toda escolha que se configura como uma opção historiográfica em ascensão é resultado direto e automático da *ênfase nas diferenças*. Há textos classificados como história cultural, ou cujo recorte cronológico é próximo ao nosso tempo, que se pautam em buscar semelhanças, assim como há textos de história social e sobre períodos mais remotos que perscrutam diferenças. Quantificar o que é precisamente *ênfase nas diferenças* ou *semelhanças* em cada texto exigiria outros procedimentos, esclarecimentos e termos. Não obstante, é perceptível, na leitura dos trezentos e quarenta e três artigos, a presença cada vez mais forte de interpretações que enfatizam as diferenças em detrimento de uma busca pelas semelhanças.

De modo geral, a *ênfase nas diferenças* não tem uma única origem teórica, tampouco é exclusividade de uma historiografia renovada: tanto demandas sociais, por meio de reivindicações de grupos historicamente excluídos, quanto novos *insights* teóricos, de autores das mais variadas áreas, contribuíram para a construção de novas perspectivas sobre o passado, presente e futuro.¹⁸⁵

Enfim, parece-me que a *ênfase nas diferenças* é uma tendência do nosso tempo que se manifesta no nosso ofício: da história, nem o conhecimento produzido a seu respeito escapa.

¹⁸⁵ Embora não tenha usado a mesma expressão, *ênfase nas diferenças*, parece-me que Diehl tem conclusão semelhante quando caracteriza a cultura historiográfica das duas últimas décadas do século XX. Ver DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**. *Op. Cit.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É muito provável que após a exposição dos critérios por meio dos quais a investigação foi realizada, a apresentação dos dados e tabelas e algumas conclusões acerca do significado de cada uma das opções historiográficas, o leitor esteja a se questionar sobre a ideia original deste trabalho, afinal se trata de uma pesquisa de doutoramento. Qual é, portanto, a tese?

Na verdade, não há uma tese central, já que meu pressuposto inicial não se confirmou. A partir de um contato preliminar com as fontes e dos principais argumentos da literatura sobre a historiografia brasileira das duas últimas décadas do século XX, minha hipótese, ao elaborar o projeto, era de que as tendências teóricas na produção historiográfica da *Revista Brasileira de História* entre 1981-2000 poderiam ser caracterizadas em dois períodos cronológicos e três grupos.

Em um primeiro período, mais precisamente entre 1981-1990, o uso, ou não, de teorias pelos autores poderia ser dividido em três agrupamentos. Um primeiro grupo de textos não usava qualquer orientação teórica; esse segmento perfazia mais de 50% dos artigos. Um segundo grupo, intermediário, valia-se das proposições marxistas. E um terceiro, minoritário, apropriava-se de autores variados, como Foucault, Geertz, Bourdieu, Thompson, Benjamin, entre outros.

A passagem da década de oitenta para a de noventa apresentaria continuidades e descontinuidades nesse esquema. O grupo majoritário dos artigos, isto é, aqueles que não se valiam de orientação teórica alguma, permaneceria preponderante. O grupo intermediário, agora, seria ocupado por orientações teóricas inspiradas em autores como Foucault, Geertz, Bourdieu, Thompson, Benjamin, etc. E o terceiro grupo seria preenchido por outros autores, apropriados circunstancialmente, incluindo as orientações teóricas marxistas.

Formalmente, minha hipótese fora inspirada na tríade braudeliana das durações: o primeiro grupo corresponderia à estrutura; o segundo à conjuntura; e o terceiro aos acontecimentos.¹⁸⁶ Ou, dito de outro modo, os artigos que não se valiam

¹⁸⁶ BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2007. pp. 41-78.

de alguma teoria estariam dentro de um perfil de longa duração (profundo). Nesse caso, o período 1981-2000 seria insuficiente para perceber mudanças no predomínio desse agrupamento. O segundo grupo diria respeito à duração média, cuja modificação seria perceptível em vinte anos. E o terceiro corresponderia à curta duração (superfície), com alterações mais dinâmicas e rápidas. Deste modo, a passagem da década de oitenta para a de noventa configurar-se-ia como um momento de inflexão para o conhecimento historiográfico brasileiro, pois seria marcada não apenas por mudanças superficiais (de curta duração), mas também conjunturais. Graficamente, essa hipótese poderia ser apresentada da seguinte maneira:

1º PERÍODO: 1981-1990		
	VELOCIDADE DAS MUDANÇAS	PERCENTUAL APROXIMADO DE ARTIGOS
SEM ORIENTAÇÃO TEÓRICA	LENTA	ACIMA DE 50%
MARXISTAS	INTERMEDIÁRIA	POR VOLTA DE 30%
OUTROS: FOUCAULT, BORDIEU, GEERTZ, THOMPSON, BENJAMIN	RÁPIDA	ABAIXO DE 15%

Quadro n. 1. Tendências teóricas na RBH, 1981-1990

2º PERÍODO: 1991-2000		
	VELOCIDADE DAS MUDANÇAS	PERCENTUAL APROXIMADO DE ARTIGOS
SEM ORIENTAÇÃO TEÓRICA	LENTA	ACIMA DE 50%
OUTROS: FOUCAULT, BORDIEU, GEERTZ, THOMPSON, BENJAMIN	INTERMEDIÁRIA	POR VOLTA DE 30%
OUTROS	RÁPIDA	ABAIXO DE 15%

Quadro n. 2. Tendências teóricas na RBH, 1991-2000

A hipótese parecia pertinente e, à medida que eu pesquisava os primeiros números da RBH, ela ia se confirmando. Todos os três grupos estavam dentro do previsto para o primeiro período. No entanto, a década de noventa não trouxe todas as mudanças esperadas. Os artigos sem teoria permaneceram preponderantes e os marxistas decaíram ao grupo minoritário, porém as orientações teóricas que compunham o grupo minoritário não ascenderam ao grupo intermediário. A bem da verdade, o segundo período, 1991-2000, não apresentou nenhum grupo

intermediário: o conjunto de textos sem orientação teórica perfaz mais de 80% e o restante foi pulverizado em vários autores, sem predominância entre eles. A ideia braudeliana dos três níveis de mudança adaptada à produção historiográfica na RBH não foi bem sucedida, pois as fontes apresentaram outras características.

Refeito da primeira frustração, recorri novamente à literatura do tema, não mais para criar uma hipótese, mas para estabelecer possíveis contrapontos. Em que pese à diferença de abrangência do meu objeto de análise e aquele da literatura do tema, pareceu-me pertinente, por exemplo, verificar como e em que medida os dados relativos à historiografia brasileira como um todo se materializavam na *Revista Brasileira de História*, parte expressiva dessa mesma produção historiográfica.

No entanto, ao reler as obras referentes à história da historiografia brasileira das duas últimas décadas do século XX, com foco nos procedimentos adotados pelos autores, percebi que esse contraponto seria inexecutável, pois os conceitos das variáveis, os métodos empregados e as fontes avaliadas não pareciam ser os mesmos. Mais precisamente, os significados atribuídos às variáveis (as opções historiográficas) em cada obra e o material empírico a partir do qual os autores alcançaram os resultados de suas pesquisas eram supostamente diferentes. Não havia referenciais comuns os quais me permitissem realizar uma comparação ponto a ponto. Nesse sentido, o debate de ideias foi inviabilizado e, portanto, não tive muito a concluir.

Enfim, os percalços foram muitos: minha hipótese inicial não se confirmou, o contraste com a literatura não foi possível e não encerrei esta tese com uma imagem-síntese que apaziguasse o leitor e o fizesse compreender a mudança de uma suposta tendência historiográfica geral da década de oitenta para outra na década de noventa. Tudo isso, porém, não anula as possíveis contribuições deste estudo para outras pesquisas sobre a RBH e a história da historiografia brasileira das décadas de oitenta e noventa. Entre os resultados que me parecem mais relevantes, destaco:

- a verificação de que as mudanças nas opções historiográficas aconteceram em ritmos diferentes: houve a coexistência de predileções historiográficas em ascensão com outras em descensão;

- a crescente quantidade de artigos com referenciação espacial imprecisa ou genérica, nos quais os autores se desincumbem em delimitar o espaço em que o seu objeto está inserido. Nesse sentido, o recorte espacial deixou de ser algo relevante para percentual considerável de textos na RBH;
- a diminuição expressiva no uso de orientações teóricas, inclusive de autores tidos por muito apropriados na década de noventa;
- o alto percentual de artigos com perspectiva factual, cuja diminuição foi lenta e gradual ao longo do tempo; e, por outro lado, o crescimento da perspectiva representacional. É precisamente neste item que as discussões sobre o estatuto do conhecimento histórico se manifestam na prática historiográfica, indicando, desta maneira, novas demandas, novas perspectivas e novas histórias;
- e, sobretudo, a constatação da importância que a explicitação dos procedimentos e pressupostos em cada pesquisa de história da historiografia tem para esclarecer ao leitor o percurso de construção dos resultados e permitir o diálogo entre os pesquisadores do campo.

Todas essas informações, e outras mencionadas ao longo da tese, são estímulos a novas questões, tais como: estaria a produção historiográfica de um dos principais meios de divulgação do conhecimento histórico, realizado por grupos relevantes de historiadores no cenário nacional, em conformidade com a historiografia brasileira de modo geral, consolidando, assim, tendências das duas últimas décadas do século XX? Ou se trata de um desvio àquilo que predominou em outras searas? Ou, ainda, em que medida a produção da *Revista Brasileira de História* se aproxima e se afasta de outros suportes acadêmicos? Por ora, não há como saber. Apenas pesquisas futuras poderão respondê-las.

REFERÊNCIAS

Fontes

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 1. mar. 1981.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 2. set. 1981.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, n. 3. mar. 1982.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, n. 4. set. 1982.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 3, n. 5. mar. 1983.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 3, n. 6. set. 1984. Dossiê: À Lucta, Trabalhadores!

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 4, n. 7. set. 1984. Dossiê: ¿Hay Gobierno?

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 5, n. 8/9. set. 1984/ abr. 1985. Dossiê: Cultura & Cidades.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 5, n. 10. mar./ ago. 1985. Dossiê: Produção & Transgressões.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 6, n. 11. set. 1985/ fev. 1986. Dossiê: Sociedade & Trabalho na História.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 6, n. 12. mar./ ago. 1986. Dossiê: Terra & Poder.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 7, n. 13. set. 1986/ fev. 1987. Dossiê: Cultura & Linguagens.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 7, n. 14. mar./ ago. 1987. Dossiê: Instituições.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 8, n. 15. set. 1987/ fev. 1988. Dossiê: Sociedade & Cultura.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 8, n. 16. mar./ ago. 1988. Dossiê: Escravidão.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 17. set. 1988/ fev. 1989. Dossiê: Família e Grupos de Convívio.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 18. ago./ set. 1988. Dossiê: A Mulher no Espaço Público.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 9, n. 19. set. 1989/ fev. 1990. Dossiê: História em Quadro-Negro. Escola, Ensino e Aprendizagem.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 10, n. 20. mar./ ago. 1990. Dossiê: Reforma e Revolução.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 21. set. 1990/ fev. 1991. Dossiê: América, Américas.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 22. mar./ ago. 1991. Dossiê: Estruturas Agrárias e Relações de Poder.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 12, n. 23/24. set. 1991/ ago. 1992. Dossiê: Política & Cultura.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 13, n. 25/26. set. 1992/ ago. 1993. Dossiê: Memória, História, Historiografia. Ensino de História.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 27. 1994. Dossiê: Brasil 1954-1964.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 28. 1994. Dossiê: Espaço Plural.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 15, n. 29. 1995. Dossiê: Representações.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 15, n. 30. 1995. Dossiê: Historiografia. Propostas & Práticas.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Contexto, v. 16, n. 31/32. 1996. Dossiê: Confrontos e Perspectivas.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Editora Unijuí, v. 17, n. 33. 1997. Dossiê: Biografia, biografias.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 17, n. 34. 1997. Dossiê: Travessia: Migrações.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 18, n. 35. 1998. Dossiê: arte e linguagens.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 18, n. 36. 1998. Dossiê: Ensino de História: Novos Problemas. Do Império de Portugal ao Império do Brasil.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 19, n. 37. 1999. Dossiê: infância e adolescência.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 19, n. 38. 1999. Dossiê: identidades/ alteridades.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 20, n. 39. 2000. Dossiê: Brasil, Brasis.

Rev. Bras. de Hist. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Humanitas Publicações, v. 20, n. 40. 2000. Dossiê: Estado e Controle Social.

Bibliografia

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. In: **Lócus**: revista de história. Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006. pp. 79-94.

ARRUDA, José J.; TENGARRUINHA, José M. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/Marco Zero, v. 12, n. 23/24, pp. 7-18, set. 1991/ ago. 1992. Dossiê: Política & Cultura.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2007. pp. 41-78.

BURMESTER, Ana Maria. **A (des)construção do discurso histórico**: a historiografia brasileira dos anos 70. 2 ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 1, n. 1, mar. 1981. p. 1.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. – Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. A história no pensamento de Marx. In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. 2007. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ampus/maxispt/cap.5.doc>. Acessado em janeiro de 2011.

COSTA, Emília Viotti da. A Dialética Invertida: 1960-1990. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 14, n. 27, pp. 9-26, 1994. Dossiê: Brasil 1954-1964.

_____. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. In: **Anos 90**. Porto Alegre, n. 10, dez. 1998. pp. 7-22.

DECCA, Edgar S. de. A Revolução Acabou. **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 10, n. 20, pp. 63-74, mar./ ago. 1990. Dossiê: Reforma e Revolução.

DIEHL, Astor A. **A matriz da cultura histórica brasileira**: do crescente otimista à crise da razão histórica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

_____. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**: experiências e horizontes. 2 ed. revista e ampliada. – Passo Fundo: Ediupf, 2004.

_____. **A cultura historiográfica brasileira**: década de 1930 aos anos 1970. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

_____. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FICO, Carlo.; POLITO, Ronald. A Historiografia brasileira nos últimos 20 Anos – Tentativa de Avaliação Crítica. In: MALERBA, Jurandir. **A velha história**: Teoria e método e historiografia. – Campinas, SP: Papyrus Editora, 1996.

_____. **A História do Brasil (1980–1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. v. 1.

_____. **A História do Brasil (1980–1989)**: série de dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. v. 2.

EAGLETON, Terry. Cultura em Crise. In: **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. pp. 51-77.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

GLEZER, Raquel. História da historiografia brasileira: construção e permanências. In: SAMARA, Eni de Mesquita. Introdução (org.). **Historiografia brasileira em debate**: “olhares, recortes e tendências”. – São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002.

HUNT, Lynn A (org.). **A Nova História Cultural**. 2. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IGLÉSIAS, Francisco. A Historiografia Brasileira Atual e a Interdisciplinaridade. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 3, n. 5, pp. 129-141, mar. 1983.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

KIRSCHNER, Tereza C.; LACERDA, S. Tradições intelectuais e espaços historiográficos ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 25-39.

KOSELLECK, Reinhart. **Historia Magistra Vitae** – sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC - Rio, 2006. pp. 41-60.

_____. Linguistic Change and the History of Events. In: **The Journal of Modern History**, Vol. 61, nº 4, December 1989.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. – São Paulo: Perspectivas, 2007.

LaCAPRA, Dominick. **Rethinking intellectual history; texts, contexts, language**. 2 ed. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências Atuais da Historiografia Brasileira. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, n. 4, pp. 153-172, set. 1982.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-moderno**. São Paulo: Editora José Olympio, 1988.

MACHADO, Roberto. “Introdução. Por uma genealogia do poder”; In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4 ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

MARROU, Henri-Irénée. A História faz-se com Documentos. In: **Do Conhecimento Histórico**. 3 ed. Lisboa: Editorial Áster, 1974. p. 109.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELLO, Ricardo Marques de. O que é teoria da História? Três significados possíveis. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. No prelo.

MUNIZ, Diva do Couto G.; SALES, Eric de. Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006). In: **Textos de História**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, v. 15, n. 1/ 2, 2007. pp. 11-34.

NOVAIS, Fernando. A Universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, jan./abr. 1990.

PETERSEN, Silvia R. Dez hipóteses (e algumas conjeturas) para o conhecimento histórico no próximo milênio. In: **Anos 90**. Porto Alegre, n. 12, dez. de 1999. pp. 42-56.

_____. O Pensamento Histórico Brasileiro: relações com vertentes européias e americanas; tendências temáticas e teóricas recentes. **História em Revista**. Pelotas/ RS, v. 9, pp. 7-43, dez. 2003.

_____. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do novo e a crítica ao racionalismo. In: **Lph Revista de História**. Mariana, UFOP, v. 3, n. 1, 1992. pp. 108-126.

RAGO, Margareth. A “Nova” Historiografia Brasileira. In: **Anos 90**. Porto Alegre, n. 11, pp. 73-96, julho de 1999.

REIS, José C. “A História Metódica dita Positivista”, em: **Pós-História**: Revista de Pós-graduação em História. Assis, SP: UNESP, 1995, pp. 41-55.

RORTY, Richard. **A Filosofia e o Espelho da Natureza**. Relume-Dumará: Rio de Janeiro, 1994.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da História**: os fundamentos da ciência Histórica, Brasília: UnB, 2001.

_____. **História Viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SAMARA, Eni de Mesquita. Introdução. In: _____(org.). **Historiografia brasileira em debate**: “olhares, recortes e tendências”. – São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002.

SILVA, Helenice R. A História Intelectual em Questão. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 15-24.

SILVA, Rogério F. **História da historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaios sobre a Crítica da Cultura. – 2 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. Introdução. A Poética da História. In: **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. – São Paulo: Edusp, 2 ed. 1995.